

# TRAVESSIA



**CEM**  
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante 84

Publicação do CEM - Ano XXXI, nº 84, Setembro - Dezembro/2018



## DOSSIÊ: MIGRAÇÕES E SAÚDE

**Japoneses**

**Espanhóis**

**Sírios**

**Haitianos**

**Batistas**

**Missão Paz**

**Fotografia**

**Trabalho**

**Refugiados**

**Políticas públicas**

**Crianças**

**Psicologia**

**Psiquiatria**

**Psicanálise**

# **TRAVESSIA - Revista do Migrante**

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

## **Diretor do CEM**

Paolo Parise

## **Editor Chefe**

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),  
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),  
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)  
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires),  
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),  
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),  
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),  
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

## **COMITÊ EDITORIAL**

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),  
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),  
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp),  
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ),  
Léa Francesconi (USP), Margarida Maria de Andrade (USP),  
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC),  
Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),  
Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp), Sidnei Marco Dornelas, cs

## **PARECERISTAS AD HOC**

Érika Pires Ramos (USP), Gustavo Dias (UNIMONTES),  
Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP), Patrícia Villen (UNICAMP), Rosemeire Salata (UNESP/Car),  
Tatiana Waldman (Museu da Imigração), Verônica Pessoa (UFCG)

## **COLABORADORES**

Diego Ferrari (USP), Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

## **CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS**

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

[travessia@missaonspaz.org](mailto:travessia@missaonspaz.org)

[cem@missaonspaz.org](mailto:cem@missaonspaz.org)

[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

Capa - Sergio Ricciuto Conte

[sergioricciuto@gmail.com](mailto:sergioricciuto@gmail.com)

[www.sergioricciutoconte.com.br](http://www.sergioricciutoconte.com.br)

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

|  |   |
|--|---|
| Migração, saúde e acolhimento: intersecções políticas, sociais e culturais ..... | 3 |
| <i>José Carlos A. Pereira</i>  |   |

## DOSSIÊ MIGRAÇÕES E SAÚDE

|   |    |
|---|----|
| Anatomia da saúde pública. Epidemias e enfermidades na São Paulo dos imigrantes, na passagem para o século XX: o caso dos espanhóis ..... | 13 |
| <i>Marília Dalva Klaumann Cánovas</i>   |    |

|   |    |
|---|----|
| Migrando pelas veredas: a psicanálise no trabalho clínico-político com migrantes e refugiados ..... | 35 |
| <i>Miriam Debieux Rosa; Gabriel Binkovisk; Pedro Seicman; Ana Gebrim; Tiago Nogueira</i>            |    |

|   |    |
|---|----|
| Serviços de saúde mental para imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo: contribuições para um debate.....                 | 55 |
| <i>Luciana de Andrade Carvalho; Janaína A. Sampaio Cruz; Leonardo Augusto Negreiros P. C. Sampaio; Alexandre Branco Pereira</i> |    |

|  |    |
|--|----|
| Um olhar para a cultura, singularidade e saúde mental: o trabalho do Projeto Ponte Sedes.....  | 69 |
| <i>Caroline Shan Yuin Yu; Claudia Aparecida B. Sagula; Heloisa Schwarzman de A. Silva; Liliana Emparan; Lisette Weissmann; Vania Prata</i> |    |

## ARTIGOS

|  |    |
|--|----|
| Migração Brasil - Japão: estratégias de sobrevivência cultural ..... | 77 |
| <i>Lili Kawamura</i>   |    |

|  |    |
|--|----|
| Superando as diferenças e quebrando paradigmas: os reflexos de uma parceria entre uma Igreja Batista e uma Instituição Católica em favor da vida humana..... | 97 |
| <i>Renato de Lima da Costa</i>   |    |

Configurações da migração haitiana no Mato Grosso do Sul .....113  
*Alex Dias de Jesus*

A imigração haitiana na perspectiva da imagem-ação.....127  
*Isis do Mar Marques Martins*

A Menina Bana e Sua Mãe Fatemah (um artigo diferenciado) .....141  
Por *Ethel V. Kosminsky*

A partir de:

Alabed, Bana. **Dear World: A Syrian Girl's Story of War and Plea for Peace.** New York: Simon & Schuster, 2017.

# Migração, saúde e acolhimento: intersecções políticas, sociais e culturais

*José Carlos A. Pereira*

## MIGRAÇÃO E SAÚDE: QUESTIONAMENTOS PERTINENTES À UMA INTERVENÇÃO

O tema migração e saúde já esteve presente, em formato de dossiê, outras duas vezes na Revista Travessia. A primeira vez foi na *Edição Ano VII, n° 20, setembro – dezembro de 1994*, com nove textos sobre a crise institucional do sistema de saúde, a pobreza e outras mazelas sociais que empurram migrantes e não-migrante para doenças físicas e mentais. Já a segunda vez foi na *Edição Ano XVIII, n° 53, setembro – dezembro de 2005*, que trouxe o tema “Implicações psicológicas” nos processos migratórios que moldam e são moldados pelos migrantes no bojo das “desigualdades e injustiças sociais” produzidas pari passu com a razão iluminista, a globalização e a constante transformação das forças produtivas no âmbito do capitalismo. Esta penúltima e a última aproximam e distanciam os povos, deixando atrás de si um rastro de violências físicas e psíquicas”. Doença da civilização, estresse, barbárie como frisava Heinz Dieter Heidemann (2005) na apresentação daquela edição.

Ainda outros textos, avulsos, foram publicados pela Travessia como *Saúde e segurança no trabalho do brasileiro em Massachusetts: a experiência do ‘Projeto Parceria’*, de Carlos E. Siqueira, Andréia Barbosa (2006); *Um lugar para uma casa sem chão: escuta psicanalítica de uma família refugiada*, de Tania B. Oliveira, Larissa P. Costa, Belinda Mandelbaum (2008); *Rompendo fronteiras: os bolivianos e o acesso à saúde na cidade de São Paulo*, de Elaine Cristina C. Silva (2009); *Estresse e migração: um olhar a partir da imigração boliviana em São Paulo*, de Lineth Hiordana U. Bustamante, Elisa Brietzke, Raphael O. Cerqueira (2017)

Milhões de pessoas são postas em migração forçada ou empurradas para o trabalho análogo a escravo devido à extrema pobreza, falta de informação, carência de políticas públicas, insegurança alimentar e falta de infraestrutura sanitária na África, no Caribe, na América Latina, na Ásia. Muito da pobreza nesses países se deve ao saque que empresas transnacionais fazem sobre os seus recursos hídricos e minerais para manter o desenvolvimento dos países mais ricos. No rastro dessas migrações emerge um “mercado humanitário” (BETTS, 2013) com a chamada “ajuda humanitária”, assistencial, condicionada ao alinhamento político e ideológico dos países que a “oferecem”, aos migrantes em desesperada busca por um recomeço.

Nesse contexto, a migração e o refúgio intensificam-se também devido a crises econômicas que bloqueiam as oportunidades de melhores condições de vida e ascensão social em países empobrecidos; com a expansão de grandes obras (barragens, rodovias, ferrovias, mineradoras) e de monocultivos, catástrofes e crimes ambientais que inviabilizam a ocupação e fixação de populações com um mínimo de dignidade; devido à sangrenta intolerância religiosa, política, étnica e cultural; às buscas de oportunidades de estudo, trabalho digno, mas também fugindo da pobreza e da fome como podemos constatar nas recentes migrações venezuelanas e a das milhares de pessoas que partem da Nicarágua, El Salvador e Honduras passando pelo México com o objeto de entrarem nos Estados Unidos da América (EUA) ou Canadá.

De acordo com a OXFAM<sup>1</sup> (2018), em 2017 havia 2.043 bilionários no mundo, sendo que a cada dez deles, nove são homens. E dentre os mais empobrecidos, as mulheres são maioria. A pesquisa mostra, com base em relatório do Banco Credit Suisse, que 42 pessoas acumulam uma riqueza cujo montante só seria alcançado pela soma de tudo o que possuísem outros 3,7 bilhões de pessoas no planeta. Um escândalo para os civilizados, uma desigualdade social que nos sucumbe a todos.

A desigualdade social expressa na distribuição de renda e na feminização da pobreza, paradoxalmente, ao lado da busca por oportunidades está na base dos conflitos étnicos, culturais e políticos que empurram milhões de pessoas para fora de seus países sem a menor segurança ou certeza sobre o seu porvir, sobre o seu estatuto de cidadania ou “humanidade”. Situação essa que, por si, já causa estresse e outras doenças psicossociais que atingem a todos, especialmente as pessoas em migração.

Um período de 11 anos separou o primeiro do segundo dossiê, e do segundo para o presente dossiê foram transcorridos 13 anos. Supõe-se que muita coisa tenha se transformado de lá para cá, sobretudo, no que diz respeito à concepção política do acolhimento institucional a migrantes e acesso aos serviços de saúde, ao treinamento dos funcionários, modernização de instrumentos e equipamentos, infraestrutura em geral. Contudo, ao ler os artigos do dossiê, constata-se que, a despeito dos esforços, sobretudo, de organizações e instituições sociais, a política de acolhimento e saúde ainda é frágil e não está na agenda de prioridades dos governos.

Há que se perguntar o que, de fato, mudou no sistema de saúde de lá para cá. Mais especificamente, mudou a forma como o sistema de saúde brasileiro, universal, por princípio, recebe e trata as pessoas, inclusive os imigrantes e refugiados que aqui aportam? A nova Lei de Migração (Lei 13.445/17) prevê no seu Artigo 4º que o migrante tem direito a “acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória”. Também prevê, na Sessão 1 do Capítulo 77 a “promoção de condições de vida digna, por meio, entre outros, da facilitação do registro consular e da prestação de serviços consulares relativos às áreas de educação, saúde, trabalho, previdência social e cultura;”. Contudo, apesar da nova lei de migração, o país não dispõe de uma política migratória que dê suporte à execução da lei.

Diante disso, como concretizar o acesso ao acolhimento e à saúde sem que haja um desenho efetivo de uma política migratória? Surgiram ou se fortaleceram organizações e instituições sociais que trabalham com migrantes e refugiados no campo da saúde física e mental? Quais avanços e desafios podem ser constados ao longo dos últimos 26 anos? A saúde física e mental tem sido considerada, de forma interdisciplinar e intercultural, no processo de acolhimento com o devido preparo das instituições de acolhida, bem como dos seus funcionários? Os textos do presente dossiê abordam essas questões a partir de realidades sociais e culturais concretas, como moradia, trabalho, alteridade etc. vivenciadas por migrantes e sugerem pistas para formular respostas objetivas a esses questionamentos.

## QUESTÕES VELHAS E QUESTÕES EMERGENTES

No que tange à migração e saúde, algumas questões são já conhecidas e outras são emergentes. As incertezas quanto às possibilidades concretas de um recomeço com dignidade são a regra, assim como as oportunidades de acolhimento e trabalho digno, salvos exceções, são, invariavelmente, escassas. A despeito de algumas instituições como a ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, a OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, Fundação Walk Free, ao lado de algum esforço de países como Canadá, Alemanha, França, Brasil etc. na proposição de ações de combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo, várias daquelas questões são bem conhecidas das autoridades governamentais, muitas vezes tímidas na execução dos tratados internacionais e nas políticas domésticas de prevenção e combate aos crimes e aos criminosos. Não bastasse essa triste realidade são, principalmente, os migrantes que vivenciam no próprio corpo, no psicológico e na alma as agruras e os estresses decorrentes do processo migratório alijado de certezas e garantias de direitos.

A experiência migratória de muitas pessoas ocorre marcada por inseguranças quanto ao porvir, fragilização ou esfacelamento de laços familiares, de referenciais culturais, estranhamentos nas relações sociais no cotidiano, a começar nos locais de albergamento, no trabalho, na insegurança quanto ao seu estatuto jurídico – se documentado ou indocumentado, à dificuldade de acesso à moradia, à serviços de saúde, educação etc. Separadamente ou em conjunto essas inseguranças provocam um série de mal-estar que atinge diretamente, seja a relação social, cultural, política, econômica dos migrantes seja a sua saúde física e mental.

Em síntese, se, por um lado, o processo migratório se caracteriza pela possibilidade de novas oportunidades e melhores condições de vida, por outro, igualmente é caracterizado por permanente vulnerabilidade social, política, cultural, jurídica, laboral que afeta diretamente o equilíbrio psicoafetivo dos migrantes. Se há falta ou obscuridade na política de acolhida ou o despreparo de funcionários das instituições de acolhida, também há o risco iminente do bloqueio de todo o processo de acolhimento e da inserção social dos migrantes com consequências graves à sua saúde mental. Ao contrário disso, uma política

de acolhimento bem definida e o local de acolhimento preparado para lidar com a diversidade étnica e cultural são passos significativos no processo da acolhida e inserção social dos migrantes como protagonistas. E também há iniciativas de projetos e ações executadas por algumas organizações, que podem ser tomados como referenciais, tanto para o poder público como para outras instituições, em vista do acolhimento integral. Isto é, uma acolhida que considere toda a dimensão psicossocial, cultural e política dos migrantes. Trata-se de um processo caracterizado pela participação de diversos atores, inclusive os próprios migrantes e refugiados, como protagonistas e destinatários de direitos e responsabilidades. Os textos do dossiê trabalham bem essa questão apontando o caráter crucial delas em uma política de saúde e migração.

A saúde física e mental tem se tornado um grande desafio para a população carente de muitos países. Mesmo em Estados que dispõem de sistemas semelhantes ao SUS – Sistema Único de Saúde, como é o caso do Brasil, a despeito de os objetivos do sistema apontarem para a gratuidade, qualidade e universalidade do serviço, independente da nacionalidade ou etnia dos usuários, a sua infraestrutura (equipamentos, médicos, enfermeiros, outros profissionais de atendimento, instalações hospitalares etc.) está muito aquém das demandas apresentadas. Para os migrantes essas dificuldades são maiores e complexas se considerarmos sua vulnerabilidade política, social e cultural que, junto às possibilidades de oportunidades, caracterizam o seu processo migratório.

Concomitante à intensificação mundial das migrações, a saúde mental dos migrantes tem se constituído uma das principais questões emergentes e lacunas na formulação e implementação de políticas migratórias. Também constitui um dos maiores desafios no processo de acolhimento que, em geral, é pensado basicamente e equivocadamente apenas como um teto, cama e alimentação, substancialmente importantes, mas não suficientes. A saúde mental, ao lado da mitigação ou superação daquelas vulnerabilidades sociais, é fundamental para o acolhimento não tutelado do migrante, a partir de suas alteridades, como “o outro”. Porém, um “outro” com mais possibilidades de se inserir como protagonista; um “outro” com alteridade própria, de diferente identidade cultural, mas de igual direito político, social e humano.

De acordo com os estudos de Ana Paula Teixeira de Almeida Vieira Monteiro (2008: pp. 13-36), Portugal é o país europeu que mais tem avançado com consistência na implementação de políticas migratórias que objetivam ações de acolhimento integral. Nas Américas, do Sul e do Norte, o Canadá, a despeito de sérias e bem observadas críticas a procedimentos seletivos na entrada de imigrantes em seu território, é o país que apresenta melhores serviços de acolhimento àqueles que adentram o seu solo em busca de oportunidades laborais, estudantis ou oportunidades para recomeçar as suas vidas, no caso dos refugiados.

No Brasil, a Lei Federal brasileira (Lei nº 13.445/2017) até prevê o “acolhimento integral”. Contudo o país não dispõe de uma política migratória, o que restringe amplamente o alcance e o efeito do que prevê a Lei e do que, de fato, é acessível, aos migrantes. A Lei Municipal de Migração de São Paulo (16.478/2016 de 08

de julho de 2016) prevê o acolhimento integral aos migrantes e há, inclusive, a articulação entre atores civis, o poder público, universidades, ONGs, Igrejas com o objetivo de adequar a infraestrutura da cidade (postos de atendimento, serviços, treinamento de funcionários, escolas etc. para atendimento ao migrante). Mas, o que se nota é um maior engajamento entre essas organizações desenvolvendo atividades articuladas e complementares entre si para o atendimento aos migrantes. Já por parte do poder público, há uma lentidão ou dificuldade, nos três níveis de governo, municipal, estadual e federal, em implementar ações com vistas ao acolhimento integral.

Em São Paulo, o episódio de acolhimento aos imigrantes venezuelanos, neste ano de 2018, ilustra bem o que venho narrando. A prefeitura de São Paulo retirou moradores de rua que estavam albergados nos CTAs (Centros Temporários de Acolhimento) para o acolhimento aos venezuelanos. Na região de Santo Amaro (zona Sul da cidade) e na Zona Leste, moradores de rua, insatisfeitos com a sua saída, entraram em conflito com os venezuelanos, o que deixou muito tenso o processo de chegada desses imigrantes. Além disso, a Comissão Municipal Permanente de Direitos Humanos chegou a realizar uma Audiência Pública, no dia 28 de junho/2018, para discutir a situação dos moradores de rua e a dos imigrantes. Durante a Audiência, venezuelanos queixaram-se da inadequação dos CTAs, da falta de alimentos, sanitários danificados, o despreparo dos funcionários e a desinformação a respeito do acesso a serviços como documentação, acesso às escolas, inserção formal no mercado de trabalho, acesso à saúde, sendo que um venezuelano faleceu em um CTA devido a uma pneumonia. Por sua vez, os moradores de rua queixaram-se da sua sumária retirada, sem prévio aviso, dos CTAs para a entrada dos imigrantes venezuelanos. A Prefeitura, através de seus representantes enviados a Audiência, esquivou-se dizendo que o Governo Federal ainda não havia repassado nenhum recurso destinado a acolhida de migrantes, daí a situação difícil para o acolhimento. A Comissão Municipal Permanente de Direitos Humanos se comprometeu a acompanhar de perto a situação, inclusive conferindo se as sugestões que foram apresentadas seriam acolhidas e executadas.

O fato é que se o processo emigratório da Venezuela já havia sido estressante em razão da vulnerabilidade social na qual se encontravam em seu país, sem alimentos e sem perspectivas laborais, a chegada e o acolhimento no Brasil não sinalizaram para aquele grupo nenhuma perspectiva de melhoria da sua condição social e garantias dos seus direitos humanos<sup>2</sup>. A insegurança e a incerteza são expressas aqui como velhas questões a rondar os migrantes sem que ocorra uma efetiva mobilização institucional e pública que possa oferecer conforto moral, material e político para os migrantes.

## ORGANIZAÇÕES, INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS

Diante dos esforços inconclusos do poder público, diversas organizações e instituições (ONGs, associações, universidades, Igrejas), assumem as responsabilidades do acolhimento a migrantes e, conseqüentemente, da execução de di-

versos serviços inerentes à acolhida como a educação, documentação, acesso ao mercado de trabalho, moradia, saúde, etc. Salvo exceções, são notáveis os seus esforços para viabilizar um acolhimento integral, consciencioso da importância da alteridade dos migrantes e não migrantes, bem como das parcerias, redes, articulações entre diversos atores para buscarem respostas concretas e objetivas às demandas apresentadas.

A articulação entre a Missão Paz, a Unifesp, o Hospital das Clínicas/USP, o Grupo Veredas, o Projeto Ponte, ligado ao Instituto Sedes Sapientiae (estes dois últimos com participação direta na composição do presente dossiê “Migração e Saúde Mental), profissionais de Serviço Social e ainda com algumas UBS (Unidade Básica de Saúde) da cidade de São Paulo, profissionais de saúde (psicólogos, psiquiatras, clínico geral, nefrologista, dentista, acupunturista, nutricionista etc.) que se apresentam e atuam em caráter de voluntariado etc. compõem um conjunto de intervenção que oferece diversos serviços aos imigrantes e refugiados. As ações entre essas instituições compreendem estudos, debates, pesquisas e intervenção direta junto aos migrantes em uma perspectiva interdisciplinar, intercultural e com participação ativa dos próprios migrantes, sendo alguns dos profissionais descendentes ou migrantes de primeira ou segunda geração.

Os textos do dossiê apontam para a fundamental relevância da articulação intercultural e interdisciplinar, seja na implementação de ações concretas e diretas junto aos migrantes que demandam serviços de acolhimento seja no processo de melhor compreensão e construção de epistemologias sobre o tema migração, acolhimento e saúde mental. A chegada de migrantes haitianos e de venezuelanos ao Brasil mostrou a necessidade de ações articuladas entre governos e organizações sociais para a melhor solução de desafios interpostos no processo de acolhimento integral e também no envolvimento entre migrantes e a população autóctone nos bairros, empresas, Igrejas, escolas, parques, vilas, onde os primeiros buscam trabalho, lazer, moradia, acesso a saúde etc. Fundamentalmente, os textos destacam a necessidade de articulação, intercâmbio para o enriquecimento de saberes e estratégias entre os diversos atores, governamentais e não-governamentais, que atuam diretamente no acolhimento e prestação de serviços aos migrantes.

## MIGRAÇÃO E SAÚDE – CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

É com uma perspectiva interdisciplinar que os autores do dossiê procuram abordar o tema saúde e migração no contexto do acolhimento integral a migrantes e sua relação direta com questões sociais, políticas, culturais, linguística, social, laboral que já se manifestam, muitas vezes, nas formas e condições, seja no início do processo migratório seja, igualmente, do acolhimento e inserção social ou não dos migrantes.

Naquela perspectiva, são articuladas contribuições da psicologia, da psicanálise, da antropologia, sociologia, política, direito, clínica geral etc., salvaguardando as suas especificidades, mas salientando as intersecções

necessárias à melhor compreensão da relação entre migração, acolhimento integral e saúde mental. Isto sem desconsiderar uma característica consistente das migrações no mundo contemporâneo, a fluidez, a “rotatividade” (BAENINGER, 2012) ou a “circularidade” (HUNTER, 2011). Isto é, uma migração de retorno ou a chegada em determinado país não representam, necessariamente, o fim do processo migratório. Pode ser apenas uma etapa deste. As pessoas emigram e retornam muitas vezes de distintos lugares em permanente processo migratório. Esta dinâmica interpela conceitos tradicionais como “lugar de origem” e “lugar de destino”, já que a “circularidade” sugere diversos lugares de origem e de destino que se sucedem nas diversas etapas da migração. A circularidade também interpela políticas migratórias de fixação do migrante. Assim, há atividades, de acolhimento integral, como a “psicanálise de um só momento”, que são pensadas e planejadas para atender ao migrante uma única vez, prevendo que ele possa partir para outro lugar, cidade, região, país, continente.

Igualmente com aquela perspectiva, os autores do dossiê buscam superar desafios e contribuir para o desenvolvimento de estudos sobre migração e saúde mental no Brasil, cujo espectro teórico e de pesquisa nesse campo, a despeito de bons trabalhos já produzidos, ainda é insipiente.

Por fim, outra questão que o conjunto de textos desse dossiê traz é a do caráter multidimensional e dinâmico das migrações. O entrecruzamento entre as questões saúde física e mental com as migrações contribui para destacar, metodologicamente, as diversas implicações sociais presentes na trajetória migratória de uma pessoa, de uma família ou de uma coletividade maior como a dos sírios, venezuelanos, haitianos, congoleses etc. O traço político, social e cultural da pessoa ou de seu grupo étnico, ou como ela é percebida pela sociedade, e, sobretudo, a importância que dela se avalia para o conjunto das forças produtivas informam a tendência do caráter de tratamento político e tipo de acolhimento destinados a ela e as formas sociais como se dará o seu acesso ao sistema de serviços e proteção social, dentre eles, a saúde.

É assim que Marília D. K. Cánovas, ao abordar sobre a *“Anatomia da saúde pública. Epidemias e enfermidades na São Paulo dos Imigrantes, na passagem para o século XX: o caso dos espanhóis”* aponta que desde a passagem do século XIX para o XX, a política de saúde, voltada para imigrantes, se mostrou precária e fora da agenda de prioridades do poder público, então mais preocupado em garantir produtividade e lucros para os fazendeiros de café que empregavam imigrantes espanhóis. Para não quedar totalmente à margem da saúde, imigrantes espanhóis, lançavam mão de estratégias e alternativas originadas no próprio seio de sua colônia, como preparados caseiros, orações, simpatias ou anúncios de remédios veiculados em jornais.

Miriam Debieux Rosa, Gabriel Binfovisk, Pedro Seicman, Ana Gebrim, Tiago Nogueira, apresentam o texto “Migrando pelas veredas: a psicanálise no trabalho clínico-político com migrantes e refugiados” sobre uma proposta de campo epistemológico teórico-clínico de articulação entre psicanálise, sociedade e política. Seu objetivo é escutar a experiência de sujeitos afetados diretamente

por fatos sociais e políticos que levam à exclusão, segregação e conseqüente migração. Apontam para desafios clínico-políticos; destacam as coordenadas da clínica frente às violências de “clínica do traumático”, a “clínica migrante”, os acolhimentos que denominam de “psicanálise de um só momento”, a oficina de canção de si, a rede transferencial e a construção da Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes e Refugiados.

No texto *“Serviços de saúde mental para imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo: contribuições para um debate”*, Luciana A. Carvalho, Janaína A. S. Cruz, Leonardo A. N. P. C. Sampaio, Alexandre B. Pereira mapeiam serviços de apoio à saúde mental de migrantes e refugiados que se fortaleceram ou surgiram na cidade de São Paulo como forma de apoio, acolhimento e inserção social dos migrantes. É apresentado o Programa de Psiquiatria Social e Cultural, desenvolvido a partir do Instituto de Psiquiatria da USP. Os pesquisadores chamam a atenção para dificuldades como a “barreira linguística”, que torna a avaliação em saúde mental bastante prejudicada” e para a importância da narrativa no tratamento de uma pessoa.

Caroline S. Y. Yu; Claudia A. B. Sagula; Heloisa S. A. Silva; Liliana Emparan; Lisette Weissmann; Vania Prata, no texto *“Um olhar para a cultura, singularidade e saúde mental: o trabalho do Projeto Ponte Sedes”*, apontam que um dos aspectos ambíguos do processo migratório apontado pelos autores são os “diferentes movimentos internos de identificação de cada membro de um grupo acompanhado pelo Projeto Ponte Sedes, ora romantizando o seu país de origem, ora negando a sua cultura de origem. Os autores propõem que o migrante não precisa “reforçar” a cultura do país de origem, tampouco necessita adaptar-se à cultura do país de destino renunciando a sua própria identidade. Pois, trata-se de um “processo de dupla pertença” no qual “cada cultura tem um lugar de existir”.

Outros cinco textos compõem essa edição. *“Migração Brasil – Japão: estratégias de sobrevivência cultural”*, de Lili Kawamura, aborda sobre migrantes brasileiros no Japão, as suas estratégias e agências em vista da inserção social. Esses imigrantes criam estratégias e formas de expressão culturais articulando elementos das duas culturas, japonesa e brasileira, que viabilizam não a assimilação na sociedade de destino, mas a sua integração parcial. Estas estratégias passam pela arte, esporte, culinária, trabalho, formação de núcleos habitacionais próprios à manifestação de alteridades entrecruzadas, políticas públicas especiais, e se tornam rotas atrativas para turistas. Para Kawamura, a atual dinâmica migratória mundial coloca lado a lado portadores de padrões culturais muito diferentes gerando encontros e desencontros sociais e culturais, tanto nos lugares de destino quanto nos de saída.

Renato Costa aborda sobre uma parceria entre duas instituições religiosas, uma Igreja Batista tradicional e a Missão Paz, coordenada por padres católicos scalabrinianos, a fim de viabilizar serviços na área de educação (cursos de língua portuguesa) para imigrantes. No texto *“Superando as diferenças e quebrando paradigmas: os reflexos de uma parceria entre uma Igreja Batista e uma Instituição Católica em favor da vida humana”*, o autor observa que, a despeito de as duas tradições religiosas pertencerem ao cristianismo, são distintas as suas

respectivas interpretação e ritualização da fé. Contudo, isso não as impediu de desenvolver um diálogo inter-religioso com vistas ao acolhimento de migrantes. O autor reflete sobre alguns princípios éticos, filosóficos e teológico-cristão pelo cuidado e dignidade com o outro. Embora a parceria entre Batistas e Católicos apresentada seja pontual, ela revela o potencial do diálogo inter-religioso como um caminho para viabilizar “muitos benefícios” às pessoas empobrecidas, à conquista da justiça social e da paz.

Dois últimos textos abordam a imigração haitiana no Brasil. Alex Dias de Jesus, no texto *“Configurações da migração haitiana no Mato Grosso do Sul”*, destaca as transformações porque passa essa migração no Mato Grosso do Sul. De 2012 até hoje, ela passou por três fases importantes: a) a chegada dos haitianos em 2012-2013, vindos de Manaus-AM e de São Paulo-SP para trabalhar na construção civil, na indústria de eletrodomésticos e em frigoríficos; b) a partir de 2015, a presença de haitianos que já contavam com experiência migratória em outros locais e procuravam o Mato Grosso do Sul, através de suas redes, em busca de novas oportunidades; c) e nos anos 2016 e 2017, além da migração interna no estado, a chegada de haitianos diretamente do Haiti ao encontro de familiares e amigos. O autor aponta para a deficitária política migratória do estado. O acolhimento tem sido feito pela Pastoral do Migrante em parceria com Universidades, Ministério Público e redes de migrantes. A articulação entre esses atores e o mercado de trabalho promove a reconfiguração dessa migração apontando para a sua consolidação e feminização.

Em *“A imigração haitiana na perspectiva da imagem-ação”*, Isis do Mar Marques Martins enfoca sobre as estratégias de mobilidade e permanência de migrantes haitianos no Brasil. Apoiada em análise de fotografias e em proposições teórico metodológicas de Guilles Deleuze, suas reflexões apontam para diversas formas de relações entre migrantes, Estado, sociedade, mercado e organizações sociais, sendo que estas últimas apresentam maior abertura e se destacam na mediação para o acolhimento e inserção social dos migrantes. Ela ainda sintetiza quatro perspectivas para melhor compreender a migração haitiana: a) migração como senso comum; b) consciência da migração como um processo complexo, desafiador e que envolve as organizações sociais; c) perspectiva da migração a partir do capital e do empresariado cuja proposta de investimento envolve a garantia da permanência dos migrantes; d) perspectiva do Estado que, em geral, se exime do acolhimento e aponta para o trabalho como um caminho mais adequado à acolhida.

Ethel Kosminsky no artigo especial *“A menina Bana e sua mãe Fatemah”*, apresenta, de forma resumida, uma história de sofrimento e de sobrevivência da Guerra da Síria contada por uma menina de sete anos e sua mãe. Bana, cujo nome significa árvore, forte como uma árvore, esse foi o nome escolhido pelo pai Ghassan e a mãe Fatemah. A filha aprendeu a falar e escrever inglês com a sua mãe, depois de ter sido alfabetizada na língua do seu país. Trata-se de uma narrativa potencialmente épica sobre uma menina síria, Bana, que com apenas 5 anos de idade narrou para o mundo as crueldades vividas por ela, sua família e milhares de outras pessoas na Síria em convulsão provocada pelo próprio Estado Sírio e grupos sírios armados que reivindicavam a queda do ditador Abdal Assar.

Há conexões analíticas possíveis entre os textos avulsos e o dossiê “migração e saúde”, na medida em que os autores desse último propõem uma análise teórica e metodológica interdisciplinar e, fundamentalmente, não abordam a saúde como um tema hermeticamente fechado, isolado das outras dimensões da vida social. Ao contrário, a linguagem, o trabalho, a cultura, a religião, a expressão política, a forma de acolhimento são pilares que ajudam a formar e transformar identidades, bem como contribuem para o surgimento de conflitos de interesse no que tange a acessar direitos sociais, inclusive a saúde. Os textos avulsos fornecem elementos teóricos, casos, experiências como a dos “brasileiros japoneses” no Japão, o “encontro” harmônico entre pessoas de tradições religiosas distintas para viabilizar a acolhida a imigrantes de tradição religiosa também distinta. Em síntese, no conjunto, são elementos importantes para o acolhimento integral e para o alcance e manutenção da saúde. Na análise desses textos também há um diálogo constante em direção às organizações sociais, instituições políticas e o Estado com o objetivo de ampliar e aprofundar o olhar sobre o processo migratório, as estratégias e agências dos migrantes, mas também a ação de estruturas, como o capitalismo e próprio Estado sobre eles. Aproveitem e boa leitura.

## NOTAS

<sup>1</sup> A OXFAM é uma é uma confederação internacional formada por vinte organizações que trabalham em rede em mais de 90 países, um deles o Brasil. Ao lado de outras ONGs e confederações, ela defende mudanças orientadas para a prevenção, o combate da pobreza e da injustiça social.

<sup>2</sup> Para saber mais sobre esse processo confira o site da Câmara Municipal de São Paulo, onde há uma matéria (Comissão de Direitos Humanos realiza Audiência sobre situação dos venezuelanos) sobre o assunto. [www.saopaulo.sp.leg.br/blog/direitos-humanos-realiza-audiencia-sobre-situacao-dos-venezuelanos/](http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/direitos-humanos-realiza-audiencia-sobre-situacao-dos-venezuelanos/)

## REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Remhu**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez. 2012
- BETTS, A. Regime complexity and International Organizations: UNHCR AS A Challenged Institution. **Global Governance**, vol. 19, 2013.
- HUNTER, A. Theory and practice of return migration at retirement: the case of migrant worker hostel residents in France. **Population, Space and Place**, v. 17, n. 2, 2011, p. 179-192.
- MONTEIRO, P. T. A. V. **Migração e saúde mental**: vulnerabilidade ao stress, apoio social e saúde mental em imigrantes da Europa de Leste a residir em Portugal. Tese de Doutorado em Ciências Biomédicas apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Coimbra: Faculdade de Medicina Universidade de Coimbra, 2008.
- OXFAM. **Recompensem o trabalho, não a riqueza**. Rio de Janeiro: OXFAM/Brasil, 2018. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018\\_Recompensem\\_o\\_Trabalho\\_Nao\\_a\\_riqueza\\_Resumo\\_Word.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Resumo_Word.pdf) Acesso em: 21. out. 2018.

# **Anatomia da saúde pública. Epidemias e enfermidades na São Paulo dos imigrantes, na passagem para o século XX: o caso dos espanhóis**

*Marília Dalva Klaumann Cánovas\**

## **1 INTRODUÇÃO**

A questão da saúde e da assistência às doenças dos imigrantes estrangeiros que foram atraídos para o Estado de São Paulo, com a finalidade precípua de irrigar com mão de obra farta a lavoura cafeeira, não parece ter representado preocupação central da elite política da nossa Primeira República.

Proclamada em 1889, em meio, portanto, à avalanche imigratória, o regime político instaurado pela república, juridicamente liberal democrático, continuaria oligárquico em seu funcionamento, e as elites rurais (leia-se elites cafeeiras, no caso do Estado de São Paulo), se valeriam oportunamente das novas instituições para consolidar, pelo federalismo pelo qual se operou a descentralização republicana, uma maior autonomia regional.

Em decorrência, consolida-se, em São Paulo, o quartel-general oligárquico do Partido Republicano Paulista. O projeto político dos republicanos ou de fração deles representados pela oligarquia latifundiária cafeeira do Oeste paulista – em geral os mesmos personagens responsáveis pela política imigratória – assentava-se habilmente na prática política que forjava um discurso pelo qual a república aparecesse como o regime do progresso e da civilização, fundamentado no trabalho livre: “só o trabalho livre é fecundo”, dizia-se então. E mais: “A república, como ‘regime do trabalho’ tem no ato produtivo a condição para o exercício da cidadania”, tal como afirmaria Quintino Bocaiúva em manifesto, ao ser eleito para exercer as funções de diretor de política do Partido Republicano Brasileiro (SALLES, 1995:12-16).

Desse modo, à nascente República, apresentou-se o desafio de impor seu projeto civilizador democrático-liberal, tendo como sustentáculo o pacto social, centrado na ética do trabalho e no respeito à propriedade – embora, em seu funcionamento efetivo, se mantivesse oligárquica.

---

\* Professora Dra. do Depto de História FFLCH/USP

Nessa chave, o imigrante europeu surgirá como a opção para o escravo, recém-liberto. Importantes inversões foram canalizadas nesse intuito pelo Tesouro Nacional, impulsionando o fluxo emigratório subsidiado. Implantado o subsídio em 1887, a imigração estrangeira passou a ocorrer em larga escala, principalmente para São Paulo, tanto é assim que, entre os anos de 1891 e 1900, 65% dos imigrantes ingressados dirigiram-se para São Paulo. Nos dez anos seguintes, eles somavam 58% e, na década de 1910, equivaliam a 63%.

O ciclo do café, marco na economia brasileira, tinha em São Paulo o seu maior produtor, responsável por  $\frac{3}{4}$  do total das exportações brasileiras.

Não sem razão, o Estado de São Paulo se tornou um dos maiores beneficiados pela eficiente política de captação de braços no exterior, que tinha na subvenção da passagem do imigrante constituído em família, um dos seus principais pilares.

No entanto, acostumados a séculos de convivência com o trabalho escravo, e com a massa de homens livres pobres, agregada pelo “favor”, estes governantes, mesmo sob a República, não conseguiam dissimular a falta de convicção na adoção dos novos parâmetros, decorrentes da instituição do trabalho livre e da ampliação dos direitos civis (SOUZA, 1975:52).

A Constituição de 1891, que se seguiu à Proclamação da República e foi a diretriz do período chamado de República Velha, impôs condições à cidadania, como ser proprietário, ser alfabetizado, não ser mulher, não ser mendigo etc., discriminando e excluindo, assim, boa parcela da população, quando não pelas restrições impostas, claramente pela manipulação das eleições (RIBEIRO, 1985:136).

Assim, se no campo político, o Estado republicano ainda se encontrava em fase de estruturação, no que tange à esfera econômica, o avanço progressivo da cafeicultura dominava a paisagem movido pelo trabalho imigrante, cujo afluxo, em grande número e em reduzido espaço de tempo, não se deu sem consequências de toda ordem, especialmente sanitárias.

Convém destacar, contudo, que o Estado brasileiro que incentivava a imigração europeia desde o final do século XIX – movido, igualmente, por questões eugênicas e de melhoria racial – se mostraria despreparado para acolher tais fluxos crescentes, oriundos especialmente da Europa meridional, ainda que promovesse, sempre com mais subsídios, a vinda de maiores contingentes.

Portanto, considerando o quadro contextual brevemente esboçado, não parece desprovido de sentido afirmar que questões fundamentais – como a saúde do imigrante, então visto apenas como força de trabalho – passassem ao largo, escapando das preocupações e prioridades do Estado.

A crescente oferta de braços visando o barateamento da mão de obra sobrepunha-se, frequentemente, à demanda da lavoura. Nessa ótica, e tendo a seu dispor um exército de reserva, nada obstava a expansão cafeeira; daí, o desinteresse e até mesmo a negligência com as questões relacionadas à manutenção da saúde e à prevenção de doenças do imigrado.

O que veremos, portanto, nos primeiros tempos da República, é uma ação sanitária difusa, em geral orientada apenas para o controle das epidemias, em especial a da febre amarela.

Era no porto de Santos, por onde escoava o principal produto de exportação brasileiro, o café, que desembarcavam os milhares de imigrantes que se destinavam ao núcleo cafeeiro do Estado de São Paulo. Era exatamente ali, na cidade de Santos, que a população, desde meados do dezenove vinha sendo atacada pela varíola, pelo impaludismo, pela tuberculose e até mesmo pela febre bubônica, mas, sobretudo, pela febre amarela.

A febre amarela, conforme fica evidente no obituário semanal do jornal local, o *Diário de Santos*, era a causa de metade dos óbitos na cidade, e recaía inevitavelmente sobre os estrangeiros.

Julgava-se, então, que o responsável por esse quadro sanitário e um dos focos da doença fosse a condição do porto. Daí a determinação oficial para que as embarcações atracassem longe do cais, utilizando batelões chatos para o desembarque de passageiros e cargas (HUTTER, 1972; LOPES, [1974]), evitando-se, assim, o revolvimento das águas mais profundas do mesmo.

Cumprе ressaltar, nesse particular, que em Santos, com seu precário porto e por onde desembarcava o grosso dessa população imigrante, dificilmente atracaria um navio sem encalhar, tamanho o lodaçal que obstruía o canal.

Os enormes vapores transatlânticos alemães, os esquisitos e bojudos carregadores austríacos, as feias barcas inglesas e americanas de costado branco, os mil transportes de todas as nações, entram pela ria, encostam-se à praia, varam quase em terra, afundam as quilhas no lodo negro, constelado de cascas de ostras, de ossos, de cacos de louça, de garrafas, de latas, de ferros velhos, dessas mil imundícies que constituem como que os excrementos de uma povoação (RIBEIRO, [19..], p.75).

De fato, era péssima a impressão que provocava o porto de Santos naqueles que ali desembarcavam, mas também o clima assustava. Maurício Lamberg, fotógrafo alemão associado à Henschel & C., em sua estadia na cidade, em 1887, assim se manifestaria em seu relatório de viagem:

O clima é em geral insalubre, nos meses de verão, isto é, de novembro a maio, torna-se realmente mortífero, podendo-se dizer que essa cidade pertence ao número das mais insalubres do mundo. Não há verão em que a febre não ceife grande número de europeus. É preciso acrescentar que ultimamente Santos tem melhorado e feito obras importantes no porto: mesmo como higiene e como clima ficou sendo um pouco melhor que antigamente (SILVA, 1995, p.56).

A imagem flagrada neste cartão-postal pelo fotógrafo e editor santista José Marques Pereira no início do século XX, não deixa margem à dúvida, no tangente ao lastimável estado apresentado pelo porto em questão (ver figura 1).

**Figura 1:** Vista do antigo cais do porto, s/d.



Fonte: Acervo Iconográfico: Fundação Arquivo e Memória de Santos (Santos, SP). Autor: José Marques Pereira

A mesma sobre a cidade que tinha fama de pestilenta foi registrada por Manuel Barbosa, filho de coronel fazendeiro de café do interior que, também em 1887, ali vinha tratar de negócios:

Eu me vejo em apuros, mas é para dizer o que vem a ser esta nesga do litoral em relação à climatologia; é para achar-lhe um termo de comparação. Falam do Senegal: o Senegal é mais quente, valha a verdade, mas não é tão abafado. Lá se respira fogo, mas respira-se. Aqui não se respira nem fogo, nem coisa nenhuma. O ar é pesado, oleoso (...). Noites abafadas, miniatura do inferno (...). Ora ajunte-se o calor químico, o calor desenvolvido pela *fermentação de incalculáveis massas de detritos orgânicos* (...) (RIBEIRO, [19..], p.70-71).

De qualquer modo, o flagelo da febre amarela que parecia controlado em níveis toleráveis, reapareceria, naquele mesmo ano em que se instaurava a República brasileira (1889) numa explosão inusitada – provavelmente provocado pelo intenso calor e pelas poucas chuvas registradas no início do ano –, e não apenas ceifaria vidas, mas também comprometeria o funcionamento da economia, arruinando o escoamento do café.

Ato contínuo, nesse mesmo ano a epidemia de febre amarela ultrapassaria a barreira natural representada pela Serra do Mar e, alcançando o planalto paulista, assolaria a maior parte da zona cafeeira paulista.

Como vemos, a questão do saneamento da cidade santista impunha-se, emergencialmente, como algo inevitável, diante da revolução ali provocada pelo conjunto das transformações decorrentes da economia do café e a expansão das atividades comerciais e serviços relacionados. Movida ao aroma do café, o saneamento da cidade se colocava lado a lado, como prioridade, ao da construção do porto moderno, outro desafio a ser vencido.

Imersa nessas questões de ordem, assim se manifestava a Associação Comercial da cidade, em manifesto dirigido ao então Presidente da Província em 1889: “o saneamento de Santos torna-se uma necessidade inadiável para garantir não só a vida da população, mas *altos interesses de ordem econômica*” (ANDRADE, 1989:95).

De fato, malgrado o seu aspecto progressista, até o último quartel do dezenove a cidade portuária tinha fama de cidade fétida, putrefata. Não possuía água encanada e nem esgotos, dispondo de apenas seis chafarizes públicos. As matérias fecais eram habitualmente despejadas nas praias ou nos córregos. O “despejo”, como era chamado, era levado pelos escravos domésticos em grandes vasos de madeira, momento em que as janelas eram trancadas, tamanho o odor que exalava nas casas próximas da praia. Essas praias lodosas e sujas também eram o depósito de todo o lixo da cidade que ali aguardava as marés mais altas para a sua dispersão, o mesmo ocorrendo com os “gabinetes sanitários”, que não passavam de estacas fincadas sobre o mar.

Esse era, então, o cenário da crítica condição sanitária da cidade de Santos, nos estertores do século XIX: uma cidade abafada, acanhada, infectada e na qual, ainda em 1890, procedia-se à incineração de milhares de ratos (67.500, para ser mais preciso)<sup>1</sup>, uma vez que a peste bubônica, transmitida pela pulga do rato, alastrava-se na cidade de maneira letal, associada aos grandes focos de febre amarela ainda existentes nas habitações coletivas e nos cortiços.

Como se pode observar pelos dados do obituário do cemitério local, essa situação ainda se prolongaria por mais tempo, como revelam os registros referentes aos anos de 1890 a 1897: em sua coluna “Causa” (mortis), se patenteia que o grosso das mortes na cidade era resultante da epidemia de febre amarela (vide figura 2, terceira coluna do lado direito do livro).

**Figura 2:** SANTOS. Cemitério da Filosofia (Saboó). Livro para o assentamento dos cadáveres inhumados [enterrados]. Obituário do Cemitério Municipal de Santos. Anos 1890 a 1897 [Junho/1900].



Fonte: Acervo: Arquivo Histórico Municipal de Santos

## 2 AS FERROVIAS E A INTERIORIZAÇÃO DAS EPIDEMIAS

A ampliação da malha ferroviária para o interior do Estado de São Paulo, e o crescente avanço da epidemia de febre amarela para o interior, a partir da última década do século XIX, chamou a atenção das autoridades sanitárias que já suspeitavam da provável relação existente entre a expansão ferroviária, o fluxo migratório e a disseminação da doença.

Com efeito, a descoberta dos mecanismos de transmissão da epidemia por meio do mosquito vetor e dos próprios contaminados, transportados nos trens, junto aos demais passageiros e cargas, para a zona rural, ou seja, para locais ainda não contaminados, veio confirmar essa relação inequívoca que, no entanto, não foi imediatamente percebida pelas autoridades sanitárias.

Lembremos que naqueles tempos, finais do século XIX, ainda não havia sido estabelecido, especialmente nos portos, um padrão aceitável de atuação a respeito das práticas profiláticas sanitárias, e sequer havia consenso, por parte da comunidade médico-científica, quanto ao diagnóstico das doenças infectocontagiosas.

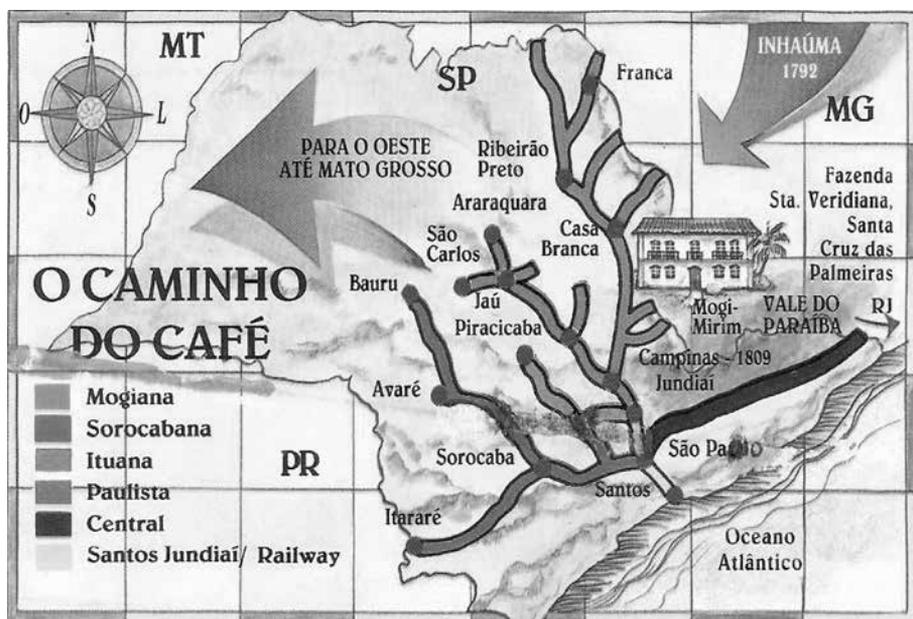
Somente em 1904, na Conferência Sanitária realizada em Paris, é que a comunidade científica internacional aceitou oficialmente a relação existente entre a febre amarela e o seu vetor, o mosquito. Até então, tais conhecimentos baseavam-se nas concepções miasmáticas das doenças, na crença de que seu contágio se desse pela exalação do solo infectado por animais ou vegetais em decomposição.

No entanto, a descoberta da microbiologia, que passará a orientar definitivamente o rumo das políticas públicas de saúde em todo o mundo, aliada à observação concreta da incidência de casos – talvez mais este fator que o primeiro, no caso brasileiro – foi o que, efetivamente, alertou as autoridades, que imediatamente passaram a inter-relacionar os três fatores associados: ferrovia/ imigrantes/epidemias.

Com efeito, nos municípios servidos pelas estradas de ferro Central, Mogiana e Paulista, em que se situavam as principais localidades produtoras de café, foi onde se registrou os maiores focos da epidemia de febre amarela e varíola.

Na Figura 3, abaixo, a possibilidade de acompanhar o roteiro então traçado pela epidemia.

**Figura 3:** O caminho do café – São Paulo



Fonte: encarte ilustrativo Revista Isto É, *São Paulo, 110 anos de Industrialização, 1880-1913*, s.d., p. 4.

Não apenas isto: era através da rede ferroviária que as populações das cidades atingidas pela epidemia fugiam para localidades ainda não atingidas. O caso mais lapidar foi o de Campinas, porta de entrada da região conhecida como Oeste Paulista, e grande produtora de café à época. Ali grassou, neste mesmo ano de 1889, uma epidemia de febre amarela de grandes proporções, que reduziu a sua população, então de 20 mil almas, para apenas 5 mil. Nem mesmo os ferroviários foram poupados, tendo morrido noventa deles (KROGH, 2013).

Dalí, as epidemias atingiram outras cidades ou regiões na rota da ferrovia. Primeiro, Limeira e Rio Claro, e logo depois, São Carlos e Araraquara, em 1895. Jaboticabal, final da linha da Companhia Paulista e considerada “a última baliza do mundo civilizado [onde] a floresta virgem começa vinte quilômetros adiante”<sup>2</sup>, seria atingida já em 1896, numa das maiores explosões da doença, que chegou a dizimar povoados inteiros, como o de São Sebastião do Turvo.

Essa localidade, então pertencente à Comarca de Jaboticabal congregava toda uma vasta região inicialmente constituída por mata virgem e propriedades agrárias esparsas, que foram paulatinamente sendo desmembradas, resultando daí novas denominações de sítios e fazendas, e depois, de povoados e vilas.

Dentre essas vilas, aquela que mais tarde seria chamada Villa Novaes, na qual, em finais da década de 1970, desenvolvemos uma extensa e inédita pesquisa de campo documental e de memória oral junto à colônia de espanhóis ali radicada<sup>3</sup>.

Inteirados, enfim, da estreita relação entre epidemia e ferrovia, os responsáveis buscaram adotar medidas de profilaxia nas estações ferroviárias, instalando estufas para a desinfecção das roupas e das bagagens dos passageiros e pulverizando os demais objetos. O isolamento de passageiros que procediam de locais contaminados também foi adotado, e dada a virulência do contágio, em 1896, a reforma da legislação sanitária previu a criação de três novos desinfetórios: em Santos, porto de entrada dos imigrantes e em Campinas e Rio Claro, importantes entroncamentos ferroviários.

Num ato de desespero, as autoridades sanitárias chegavam mesmo a lacrar os vagões que traziam passageiros embarcados em Araraquara, os quais viajavam separados dos demais, em vagões exclusivos.

Com efeito, a febre amarela já era, nesta época, a mais frequente e letal das epidemias que, curiosamente, acometia sobretudo os estrangeiros<sup>4</sup>, provavelmente por encontrá-los sem imunidade ao agente que a provocava.

Contudo, a sua interiorização flagelando cidades como Campinas e Sorocaba neste mesmo ano de 1889, em que se instaurava o regime republicano, não se restringiria apenas aos imigrantes estabelecidos no interior do Estado, nas fazendas de café. Mas era exatamente ali que a sua ação era devastadora, refém das dificuldades de transporte, da falta de recursos e de assistência, e representando um dos grandes temores dos colonos que, não dispendo de meios, não tinham como evadir-se.

Tal qual a febre amarela, que curiosamente é transmitida pelo mesmo mosquito que hoje transmite a dengue (o *Aedes aegypti*), do mesmo modo a varíola, moléstia já existente no país, também se transformaria em verdadeira epidemia. Na década de 1890, do total de óbitos ocorridos no Estado de São Paulo, um terço ocorria por doenças transmissíveis.

### 3 INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL VERSUS RECEIO DE INTERDIÇÃO

Os colonos imigrantes queixavam-se com frequência às autoridades consulares ou aos membros mais prestigiados das colônias – que muitas vezes eram os representantes da imprensa étnica que, em missão de inspeção, visitavam as fazendas – das suas dificuldades de adaptação, denunciando inúmeras situações com as quais se viam cotidianamente envolvidos.

Tais queixas, no caso dos espanhóis, eram divulgadas em seção especial nas páginas do periódico *El Diario Español*. Em não poucas ocasiões, muitos dos casos relatados, e por certo em razão dos problemas sanitários enfrentados, sua reclamação incidia justamente sobre a falta de assistência médica.

Creemos que talvez por essa razão, ações esparsas tenham sido tomadas pelas autoridades, movidas mais pelo receio de um presumível embargo dessa mão de obra por parte dos países emissores – tentando, assim, evitar as ruinosas consequências que, àquela altura, uma proibição ao embarque dos imigrantes poderia causar para a economia do país.

Por outro lado, causava pânico ao governo brasileiro a introdução de doenças importadas da Europa, como a peste, a escarlatina, a difteria, a varíola e o cólera. Em 1893, por exemplo, a cidade de São Paulo sofreu uma epidemia de cólera, que ocasionou 53 óbitos, introduzida por imigrantes italianos, cujos navios haviam feito escalas em Gênova e Marselha, portos então contaminados. A partir de então, os navios com portadores da doença foram impedidos de atracar no porto de Santos.

De maneira geral, no entanto, é forçoso constatar que as intervenções governamentais desse período, dos legisladores aos técnicos dos serviços sanitários, se concentraram basicamente em apagar o incêndio representado pela ameaça da proibição da imigração por alguns governos estrangeiros – o que, de fato, não pôde ser totalmente evitado, a considerar que, em 1889, a Itália decreta a proibição da emigração para o Brasil. Tal decreto, revogado apenas dois anos depois, seria novamente editado em 1902, fruto da contrapropaganda dos imigrantes já estabelecidos no país, de onde escreviam a parentes, amigos e autoridades consulares.

### 4 A FRAGILIDADE DO MODELO SANITÁRIO ESTADUAL

Como vimos até aqui, o modelo de organização dos serviços sanitários predominante nos primórdios da República brasileira se centrava no controle das doenças epidêmicas, tentando assim evitar solução de continuidade ao abastecimento da força de trabalho estrangeira, essencial para o desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Nessa perspectiva, e ainda que reconhecamos o então embrionário desenvolvimento tecnológico da medicina terapêutica, não fazia parte do arsenal de práticas sanitárias do período, e nem estavam previstas na legislação estadual paulista, a prevenção a doenças, a oferta de tratamento e a assistência médica individual ao cidadão.

Até mesmo os hospitais de isolamento ou as campanhas para o tratamento do tracoma, doença infectocontagiosa, caracterizada por uma conjuntivite granulosa, bastante comum entre os espanhóis emigrados, e da ancilostomose, também chamada de amarelão ou cansaço, afecção produzida por vermes e que se caracterizava por grave anemia, sempre visaram o tratamento da doença, e nunca o da sua prevenção.

Tentou-se, pela criação do Patronato Agrícola, organismo criado por lei estadual em 1911, a superação desse modelo político oligárquico, que não incluía políticas sociais, como assistência aos doentes. Por meio dele, tentava-se criar cooperativas para a assistência médica e farmacêutica do colono. Seu alcance, contudo, foi muito limitado, apesar da amplitude de seus objetivos (CÁNOVAS, 2005:157).

Somente décadas depois, com a criação dos institutos de Previdência Social nos anos de 1920, é que o Estado chamaria a si a responsabilidade da prestação de assistência individual ao cidadão; ou seja, até então era quase inexistente a atuação do Estado na oferta de assistência médica à população.

Lembremos que até então a assistência hospitalar à população nativa, e mesmo nesse período que coincide com a chegada dos imigrantes, era provida especialmente pelas Santas Casas de Misericórdia, a mais antiga delas fundada em Santos, por Brás Cubas, em 1543.

## 5 NO COTIDIANO DAS FAZENDAS E DAS CIDADES

Na zona rural, nas vilas e cidades nascidas no rastro dos cafezais, a situação dos colonos estrangeiros, e também a dos brasileiros, conforme comentamos, era calamitosa. Contrastando com o vigor da economia de exportação do café, eles padeciam, sem qualquer assistência.

Ali, tudo era ainda mais complicado e oneroso: uma simples visita domiciliar do médico e os medicamentos que por ventura ele receitasse, podiam custar ao colono o equivalente a um hectare de terra ou à remuneração recebida pelo trato de mil pés de café. Convém esclarecer que um colono adulto conseguia cuidar de dois mil pés de café anualmente, daí deduzir-se o quanto isso representava na economia familiar.

A falta de profissionais da saúde também era um agravante a considerar. Em São Carlos, por exemplo, havia em 1906 apenas seis médicos para uma população de 55 mil habitantes.

Para as mulheres, a hora do parto era especialmente problemática. O custo das parteiras qualificadas era elevado, equivalendo-se ao do médico, e, assim, na falta de uma parteira prática, o mais comum era se recorrer às vizinhas, o que ocasionava, em qualquer dos casos, altos índices de mortalidade materna e infantil.

Não bastassem as adversidades, estranhamentos e flagelos de toda ordem sofridos pelo colono imigrante no contato com uma terra estranha, as circunstâncias mais traumáticas eram, sem dúvida, as que envolviam problemas e contratemplos com enfermidades que, não poucas vezes, levavam a óbito por falta de socorro.

Úlceras, gripes fortes, bronquites, pneumonias, glaucomas, total ausência de controle da fecundidade, alta natalidade e as epidemias, como a que dizimou São Sebastião do Turvo, como vimos, eram adversidades que, de certo modo, permitem compreender a proliferação de práticas populares de cura. Magia, evocação aos santos, crenças supersticiosas, responsos, benzeduras e simpatias encontraram um terreno fértil onde a medicina passava ao largo ou era inacessível.

Entre os colonos espanhóis radicados na região próxima a Catanduva, por exemplo, havia uma simpatia corrente utilizada para ataques epiléticos: “Gaspar, Baltazar, *te quiten el mal*”, invocava-se.

Para erisipela, ainda décadas depois, se utilizava a seguinte benzedura:

[Benzedor]: *Quien eres tú, que por el mundo anda, tan pujante y tan gallardo?*

[Doente]: *Yo soy la rosa vermella, que te como la carne y te bebo la sangre;*

[Benzedor]: *Del cielo te mandaré fuego, que te queme y te abraze;*

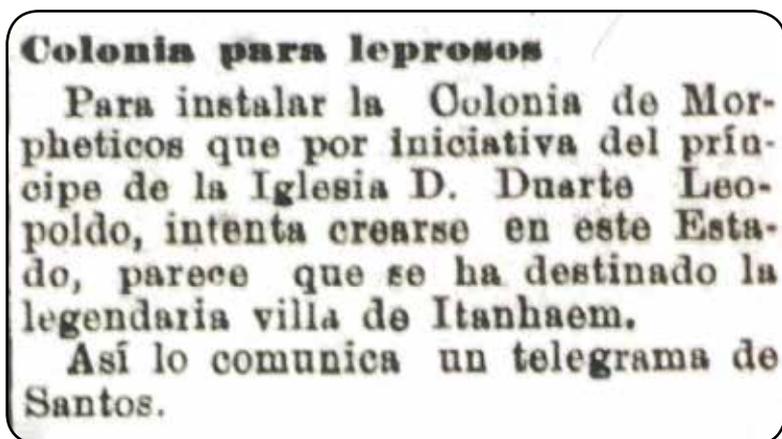
[Doente]: *Non me mande fuego que me queme ni me abraze, que yo me retiraré por los clavos de Cristo;*

[Benzedor, encerrando]: *Amén* <sup>5</sup>.

Nas cidades, entre a população, mas em especial entre aqueles refluídos do campo em situação de penúria, a situação não era diferente. Em geral, os indigentes – como era o caso da espanhola Maria Alcázar, recém-chegada do interior, onde teria falecido seu marido, que vivia perambulando pela cidade de São Paulo com cinco filhos menores, o maior com apenas sete anos de idade<sup>6</sup> –, eram assistidos em instituições filantrópicas ligadas à Igreja Católica.

A atuação da igreja podia ser notada também em iniciativas correlatas, como a criação de uma colônia de morféticos (leprosos), em 1913, em Itanhaém, no litoral sul de São Paulo, por iniciativa do bispo da Arquidiocese de São Paulo, D. Duarte Leopoldo (vide figura 4).

**Figura 4:** El Diáριο Español



Fonte: 4 - *El Diario Español*, 13.09.1913

## 6 O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES ÉTNICAS

Observamos como a população, sem alternativa, recorria aos curandeiros, aos sangradores, às práticas populares, enfim. A necessidade de atendimento aos mais carentes era crucial nesse período. Nos propósitos de sua constituição, as sociedades beneficentes espanholas não escondiam o caráter assistencial aos associados “em caso de doença e morte” (CÁNOVAS, 2009:363), refletindo os precários padrões de vida, a moradia insalubre e a alimentação deficiente e escassa dessa maioria desassistida de imigrantes.

Criadas no vácuo ou na inércia do poder público em atender à multiplicação da miséria e aos profundos desajustes sociais provocados pelo elevado grau de pauperização e os altos índices de desemprego a que estavam submetidos esses indivíduos, em especial os refluídos do campo para as cidades, tais sociedades tinham nessa assistência e no amparo a questões vitais a sua principal razão de ser, contratando médicos para o atendimento aos associados e mantendo as suas próprias farmácias.

Em Santos, para exemplificar, pudemos acompanhar, a partir de 1912, pelo *El Diario Español* onde era publicado, o *Movimiento Médico-Farmacéutico da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos*, criada em 1900, naquela cidade. Observamos que em seu “consultório social” ocorria, mensalmente, uma média de quinhentas consultas; de onze a 75 curativos e operações; e era também onde eram assistidos, em procedimentos diversos, de sessenta a 79 sócios e de 180 a 210 esposas e filhos de sócios, por três médicos que ali davam plantão das 11h00 às 14h00, um dos quais, “especialista em enfermidades de olhos, ouvidos, nariz e garganta”.

Na sua farmácia social se preparava, também mensalmente, uma média de mil fórmulas, enquanto eram realizadas de 25 a 57 visitas a domicílio. Para os sócios impedidos de trabalhar, por enfermidade ou acidente, era fornecida uma quantia mensal até o seu restabelecimento e, em caso de falecimento, provia-se a família dos gastos do enterro<sup>7</sup>.

A condição dos operários da cidade de Santos, em especial os de pouca especialização e de baixo ganho, era deplorável. De fato, os acidentes de trabalho eram frequentes, atestados pelos livros do *Obituário do Cemitério Municipal*, nos quais consta, dentre outras *causas mortis*, além da campeã, a febre amarela, outras doenças e/ou acidentes claramente identificados com o trabalho bruto e desumano no porto, como a tuberculose pulmonar e a asfixia por submersão (CÁNOVAS, 2017, p.273 e ss).

No começo do século, um trabalhador contraía a tuberculose após quatro anos de “lombaço” e morria quatro anos depois. Os pesos carregados, acima do aceitável, além da insalubridade nos armazéns frigoríficos e nos porões ou habitações coletivas, onde viviam, era situações danosas: “morrer de tuberculose era simplesmente um dos futuros possíveis de quem se iniciava no trabalho da estiva” (PEREIRA, 2008, p.128).

Nessa direção, convém destacar os inúmeros casos de espanhóis mortos por “tuberculose pulmonar”, localizados nos obituários a que tivemos acesso em nossa pesquisa (CÁNOVAS, 2017).

Outro flagelo que assolou a população paulista nesse período – tendo atirado ao leito 3/5 da população da então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro –, foi a epidemia de gripe espanhola. A doença chega a São Paulo em meados de outubro de 1918, com uma equipe de futebol vinda do Rio de Janeiro.

Aqui, tanto quanto no Rio de Janeiro, as autoridades afirmavam estar aptas a socorrer a população; no entanto, em ambos os casos, ficou ainda mais explícita “a inoperância da política de saúde de São Paulo e a ignorância do saber médico sobre a terapêutica e a forma de transmissão” (BERTOLLI FILHO, 2003). Durante os dois meses em que a epidemia se manifestou, foram a óbito aproximadamente 12 mil pessoas em São Paulo, onde era comum carroças passarem recolhendo os cadáveres nas casas e nas ruas, enquanto se abriam valas comuns nos cemitérios para enterrar os corpos apenas amortalhados, por falta de caixões.

Outra das questões cruciais do período era o tratamento aos pacientes com problemas mentais, os assim denominados alienados. O “Palácio dos Loucos” como era conhecido o Hospício Pedro II, fora fundado em 1852 na capital imperial, e sua fama logo se espalhou por todo o Brasil, tanto assim que se tornou comum o envio dos alienados ao Rio de Janeiro, deixando-os perambular como indigentes pela cidade até que fossem recolhidos pela polícia e encaminhados ao hospício.

Em São Paulo, também no ano de 1852 criou-se o Hospício Provisório de Alienados, que funcionava em prédio alugado na rua São João, e contava com os serviços de dois médicos, para nove internos. O aumento da demanda e as

críticas às condições precárias do prédio, fizeram com que o governo adquirisse uma chácara na ladeira da Tabatinguera, na Várzea do Carmo, para onde todos foram transferidos.

Em 1891 a direção do estabelecimento passa para Francisco Franco da Rocha, um dos primeiros a se especializar em psiquiatria no Brasil e responsável pela construção de um moderno asilo de alienados na cidade. Em 1898 era inaugurada a Colônia Agrícola do Juquery, grande instituição manicomial com edificações projetadas por Ramos de Azevedo. Em 1912 já eram 1.250 internos. Em 1928, esse número crescia para aproximadamente 2 mil, com fila de espera.

Para Ewerton Moura da Silva (2015), o diagnóstico mais comum entre os internos era esquizofrenia, embora também tenha verificado, em sua pesquisa, na qual se deparou com muitos internos de origem portuguesa, que a “melancolia” dos imigrantes também era sintoma comum, associado à saudade do seu país de origem.

## 7 AS SUBSCRIÇÕES PARTICULARES

Constituindo outra das práticas rotineiras no período temos as subscrições ou listas, encabeçadas por um ou mais proponentes, com a finalidade de levantamento de recursos para algum fim, geralmente procurando amenizar a crítica situação dos conterrâneos em situação de vulnerabilidade.

Por meio de tais listas, cuja iniciativa, de caráter particular, era veiculada pelo periódico étnico *El Diario Español* – quando não por própria iniciativa deste – informava-se o nome do beneficiário e a razão do encaminhamento, além de publicar as quantias arrecadadas e seus respectivos cedentes.

Algumas dessas iniciativas se dirigiam para emigrantes residentes em cidades do interior e, em sua maioria, envolviam questões de saúde. Foi o caso da subscrição iniciada por Manuel Garcia, residente em Ariranha em benefício de Juan Fontana, enfermo, residente em Itajobi, de que participam diversos subscritores com quantias variadas<sup>8</sup>.

Para o atendimento a casos de emergência, tanto imigrantes quanto brasileiros da capital ou do interior, e nesse caso desde que tivessem condições financeiras para se deslocar, existia a Santa Casa de Misericórdia. Para a população endinheirada, entretanto, havia no mesmo período o Hospital Santa Catarina e uma série de clínicas especializadas, ainda que, para casos de enfermidades mais complexas “é provável que a elite paulistana recorresse a hospitais estrangeiros, fato que pode ser confirmado pela frequência de registros de transportes de cadáveres da Europa para São Paulo” assinala Cláudio Bertolli Filho (2003: 61 e ss) na pesquisa que fez aos Livros de Enterramentos dos Cemitérios Araçá e Consolação.

Enquanto isso, proliferavam nos periódicos e revistas semanais (LOTITO, 1977 e CRUZ, 1996:81-92) os reclames de remédios, elixires, depurativos,  
8

bálsamos e outros preparados, a quem se atribuíam propriedades mágicas e efeitos miraculosos para quase todos os males, tal qual o que vemos a seguir, publicado na Revista Careta, em 1918, que se dizia “infallível na cura da sífilis” (ver figura 5).

**Figura 5:** Reclame veiculado na *Revista Careta*. Rio de Janeiro, 02.02.1918.

**Elixir de Mururé Caldas**

PRODIGIOSO DEPURATIVO VEGETAL.  
INFALLIVEL NA CURA DA SYPHILIS EM  
SUAS MANIFESTAÇÕES:  
RHEUMATISMO, NEVRALGIAS,  
DORES CONTINUAS DE CABEÇA,  
GOMMAS, ULCERAS, QUEDA DOS  
CABELLOS. ETC. ETC.

DEPOSITO: DROGARIA PACHECO<sup>4</sup>  
RIO DE JANEIRO

5. Revista Careta (RJ) - 2/2/1918

Fonte: Revista Careta. Rio de Janeiro, 02.02.1918.

O próprio *El Diario Español*, jornal da colônia espanhola, aderiu a essa prática, passando a estampar em suas edições reclames com ofertas de supostos medicamentos e elixires, de cura quase milagrosa, a exemplo desses três que destacamos na sequência, um dos quais – a famosa Emulsão de Scott – aconselhava o doente com tuberculose a usufruir de “descanso, ar, sol e cuidadosa alimentação”, tudo isto complementado pelo azeite de fígado de bacalhau, um “alimento-medicinal”.

Também o xarope Bromil, ofertado como um medicamento prodigioso, prometia cura à tosse e à bronquite, às dores nos pulmões e até mesmo a opressão e excitações nervosas, do mesmo modo que o emplasto Phenix – veiculado há muito mais tempo no periódico –, prometia alívio de qualquer dor em 24 horas e ainda curava reumatismo, angina, bronquite e até mesmo paralisia (ver figuras 6, 7 e 8).

Figuras 6 e 7: El Diario Español, 02.05.1922

**TUBERCULOSIS**

Esta terrible enfermedad, cuidada a tiempo, es hoy combatida con muchas esperanzas de éxito. Requiere descanso, aire, sol y cuidadosa alimentación. El Aceite de Hígado de Bacalao se emplea como alimento-medicina, y bajo la conocida forma de la

**EMULSION de SCOTT**



se presta para la digestión la más delicada.

Exijase solamente la legítima.

**TOS ?**

**BROMIL**

"Bromil" es el mejor Jarabe para curar la tos las demás dolencias del pecho y de los pulmones.

"Bromil" cura cualquier tos, bronquitis, ronquera, catarro, dolores en los pulmones, opresión; hace cesar las sofocaciones del asma y combate los accesos de tos en la coqueluche.

"Bromil" hace al enfermo sentir sus beneficios desde las primeras dosis, habiendo casos en que la cura se opera con pocas cucharadas de "Bromil".

"Bromil" reúne en sí propiedades sedativas, balsámicas, desinfectantes, tónicas y febrífugas. He ahí por qué el "Bromil" cura y alivia cualquier tos, combate las excitaciones nerviosas, suelta el catarro, fortifica los pulmones y regulariza la respiración.

Fonte: El Diario Español, 02.05.1922

Figura 8 – El Diário Español , 06.06.1912



El famoso  
**Emplasto "Phenix"**  
Kaiser hace 44 años

El pronto alivio de cualquier dolor. Es aconsejado por las celebridades médicas y usado en todos los hospitales. Se encuentra a la venta en todas las farmacias y droguerías.

Americana Chemical Wfs. & Imp. Co. - New York

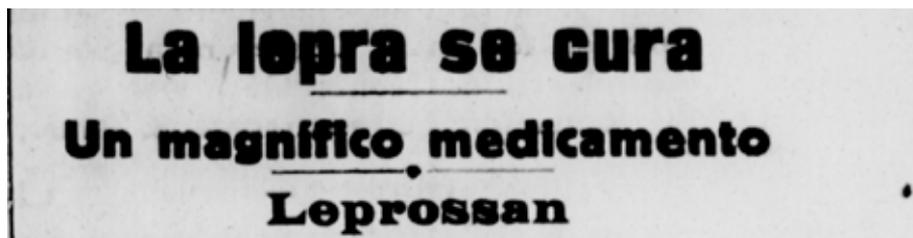
Unicos depositarios en el Brasil:  
**CHARLES KANIEFSKY**  
Rua 11 de Agosto, 30-S. Paulo

Labels in the illustration: ARTRITE, ASMA, DORES DE PEITO, RHEUMATISMO, ANGIOCORONARIA, NEURALGIAS TORCÉLICAS, PARALISIS, RHEUMATISMO, DORES NAS COSTAS, MOJAVAS.

Fonte: El Diario Español, 06.06.1912

Porém, mais do que isso, oferecia-se também a cura da lepra, com algumas injeções de Leprossan, como podemos ver na imagem, parcialmente reproduzida a seguir (ver figura 9).

**Figura 9:** Imagem parcial do reclame do medicamento Leprossan



Fonte: El Diario Español, 06.06.1912

## 8 NOTAS CONCLUSIVAS

As questões envolvendo a saúde pública, e no caso aqui presente, a saúde dos imigrantes que aqui chegaram no período da imigração em massa, é daquelas esferas em que melhor se pode vislumbrar o descompasso entre o papel que deles era esperado, força de trabalho farta e barata e exército de reserva para o café, e a incapacidade de gestão dos setores públicos e técnicos competentes, em especial no que tange à questão da saúde, dessa enorme massa populacional.

Observamos que tais setores estiveram empenhados, sem sucesso, é bom lembrar, em estancar as epidemias que grassavam pelo interior do estado, e que dizimavam populações inteiras, até mesmo extinguindo povoações, como vimos. Mas seu foco central mirava, prioritariamente, a salvaguarda da lavoura e da economia agroexportadora do café para quem a mão-de-obra imigrante era fundamental.

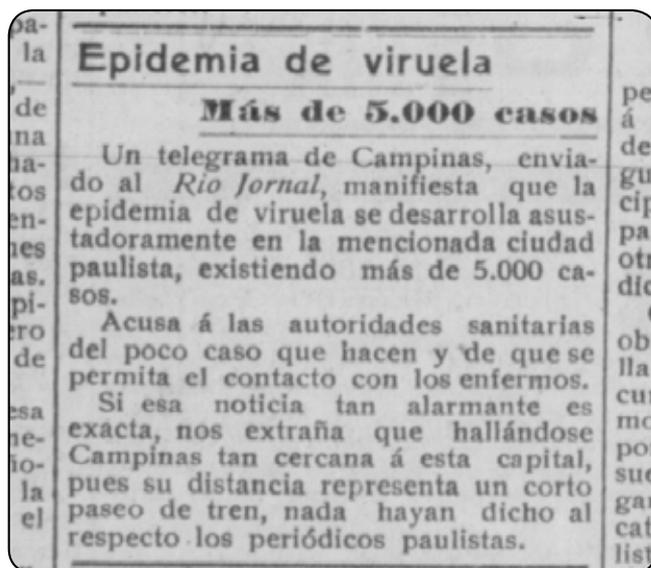
No entanto, a complexa dinâmica populacional que se instaura com a chegada desses enormes contingentes emigratórios que, em maioria, se deslocavam de um lugar para outro em busca de melhores oportunidades ou fugindo dos conflitos envolvendo fazendeiros e capangas das fazendas, acaba frustrando os resultados dessas ações, que buscavam mitigar os efeitos, quase sempre letais, das epidemias.

Nessa chave, e considerando a carência ou mesmo a falta de atuação na gestão da assistência médica, é que pudemos constatar, no cerne do período em pauta, a proliferação de práticas populares e ancestrais, que acabavam se disseminando como único recurso dessa população desassistida, e que continuaria excluída, ainda durante décadas, das ações públicas para atendimento na área da saúde.

Assim, malgrado os avanços científicos, vimos praticamente encerrar a segunda década do século XX sem que se lograsse o estancamento das epidemias. Campinas será palco de uma assustadora epidemia de varíola, no início dos

anos 1920, fruto do “pouco caso das autoridades sanitárias”, e, como sugere a matéria, provavelmente em convivência com os “periódicos paulistas” que dela sequer se referiam (ver figura 10)

**Figura 10:** Epidemia de viruela



Fonte: El Diario Español, de 21.02.1920.

A marca da crise nas políticas públicas de saúde, naquele contexto histórico, extravasava os setores envolvidos, vindo a receber até mesmo a atenção de segmentos literários. Monteiro Lobato (1948, p.285), por exemplo, publica em 1918 *O Problema Vital*, coletânea de artigos sobre saúde pública que foram veiculados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Na visão do escritor, ao referir-se ao nosso homem do campo, o caipira, figura que, àquela altura, já se mesclara à do imigrante, afirmava:

A nossa pobre gente rural possui ótimas qualidades de resistência e adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol. Mas é um homem em estado latente [...]. É assim porque está amarrado pela ignorância e falta de assistência às terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, catequizam o corpo e atrofiam o espírito. O caipira não é assim. Está assim. (LOBATO, 1948, p.285)

E continuaria assim, conforme seu olhar visionário, por obra de “uma elite predadora”.

## NOTAS

<sup>1</sup> Sobre as questões sanitárias da cidade, ver o cronista e médico sanitário do *Hospital de Isolamento*, Dr. Guilherme Álvaro, em “A campanha sanitária de Santos”. In: *Serviço Sanitário do Estado de São Paulo*. São Paulo: Casa Duprat, 1919, especialmente pp. 45; 49; 106; 110 e 177.

<sup>2</sup> Visão do viajante De Racourt, que teria percorrido a região em 1900. Apud: MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2 ed. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 176.

<sup>3</sup> A esse respeito, ver: CÁNOVAS, Marília. “Os Espanhóis de Villa Novaes e suas Narrativas”. In: *Travessia: Revista do Migrante*. São Paulo, Gráfica e Editoria Peres Ltda., ano XVII, n. 49, maio-ago. 2004, pp. 31-39 e *Hambre de Tierra. Imigrantes Espanhóis na Cafeicultura Paulista, 1880-1930*. São Paulo, Lazuli, 2005

<sup>4</sup> Cf. MUNHÓS, Wilson Toledo. *Da circulação trágica ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880*. São Paulo: Mestrado, PUC-SP, 1992, p. 105. A considerar a análise de Munhós quanto à nacionalidade do atingido pela febre amarela, estudo que abrangeu doze anos (1876 a 1887), a maioria tinha origem europeia (78,7%) e apenas 17% eram brasileiros, dos quais apenas 2,2% pertenciam a pessoas de cor – negros, pardos, crioulos –, conforme indicação das certidões de óbitos analisadas pelo autor, que conclui pela menor suscetibilidade dessas populações à doença. A esse respeito, ver também GAMBETA, Wilson Roberto. *Soldados da Saúde. A Formação dos Serviços de Saúde Pública em São Paulo (1889-1918)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1988, p. 33 (Tabela I), em que o autor apresenta uma estatística comparativa entre os brasileiros e os estrangeiros com febre amarela, internados e falecidos no Hospital de Isolamento, em Santos, entre os anos 1893-1895.

<sup>5</sup> RANGEL, Wellman Galvão de França. “Algumas contribuições espanholas ao folclore paulista”. In: *RAMSP – Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. CXLIV, ano XVIII, nov-dez/1951, p. 404. O autor recolheu farto material, numa pesquisa que desenvolveu na cidade de Catanduba, na década de 1940, junto aos membros mais antigos da comunidade espanhola, ali residentes. A grafia dos termos, como se observa, já apresentava acentuada influência do português: no texto, a palavra *vermella*, se grafada em espanhol seria *roja*.

<sup>6</sup> EDE 06.10.1921.

<sup>7</sup> *El Diario Español*, 11.06.1913 e 26.03.1914.

<sup>8</sup> *El Diario Español*, 18.6.1912.

## REFERÊNCIAS

ÁLVARO, G. **A campanha sanitária de Santos**. São Paulo: Serviço Serviço Sanitário do Estado de São Paulo/Casa Duprat, 1919.

ANDRADE, W. T. F.. **O Discurso do Progresso: a Evolução Urbana de Santos, 1870-1930**. Tese de Doutorado, São Paulo:, FFLCH- USP, 1989.

- BERTOLLI FILHO, C. **A Gripe Espanhola em São Paulo, 1918**: Epidemia e Sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CÁNOVAS, M. **Santos e Imigração na Belle Époque**. Cotidiano urbano, práticas associativas e militância política, 1880-1922. São Paulo: Edusp, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Imigrantes Espanhóis na Pauliceia**. Trabalho e Sociabilidade Urbana, 1890-1922. São Paulo: Edusp, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Hambre de Tierra**. Imigrantes Espanhóis na Cafeicultura Paulista, 1880-1930. São Paulo: Lazuli, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Os Espanhóis de Villa Novaes e suas Narrativas”. In: **Travessia - Revista do Migrante**. São Paulo, Ano XVII, n. 49, maio-ago. 2004, pp. 31-39.
- CRUZ, H. F. “A Cidade do Reclame: Propaganda e Periodismo em São Paulo, 1890-1915”. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 13, jun. 1996, pp. 81-92.
- EL DIARIO ESPAÑOL. Edição de 06.06.1912.
- \_\_\_\_\_. Edição de 18.6.1912.
- \_\_\_\_\_. Edição de 11.06.1913.
- \_\_\_\_\_. Edição de 26.03.1914.
- \_\_\_\_\_. Edição de 21.02.1920.
- \_\_\_\_\_. Edição de 06.10.1921.
- \_\_\_\_\_. Edição de 02.05.1922.
- GAMBETA, W. R.. **Soldados da Saúde**. A Formação dos Serviços de Saúde Pública em São Paulo (1889-1918). Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1988.
- HUTTER, L. M. **Imigração Italiana em São Paulo, 1880-1889**: Os Primeiros Contatos do Imigrante com o Brasil. São Paulo: IEB-USP, 1972.
- KROGH, D. S. S. **A reconfiguração urbana de Campinas no contexto das epidemias de febre amarela no final do século XIX (1880-1900)**. Dissertação de mestrado. Campinas: Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. PUC-Campinas, 2013.
- LOBATO, M. “Um fato”. In: \_\_\_\_\_. **O Problema Vital**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1948.
- LOPES, B. **O porto de Santos e a febre amarela**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1974.
- LOTITO, M. P. **A Cidade como Espetáculo – Publicidade e Vida Urbana na São Paulo dos Anos 20**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1977.

- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2 ed. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MUNHÓS, W. T. **Da circulação trágica ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880**. Dissertação de mestrado. São Paulo: , PUC-SP, 1992.
- PEREIRA, A. A. A. **História e Literatura no Porto de Santos: o romance de identidade portuária “Navios Iluminados”**. Dissertação de mestrado. São Paulo: , FFLCH-USP, 2008 .
- RANGEL, W. G. F. “Algumas contribuições espanholas ao folclore paulista”. **RAMSP – Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, vol. CXLIV, ano XVIII, nov-dez/1951.
- RIBEIRO, J. **A carne**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.p (Romance de 1888)
- RIBEIRO, M. T. J. **Desejado e Temido**. Preconceito contra o Imigrante Italiano em São Paulo na Primeira República. Dissertação de mestrado. São Paulo: , FFLCH-USP, 1985.
- SALLES, I. G. **República: A Civilização dos Excluídos (Representações do “Trabalhador Nacional”, 1870-1919)**. Tese de doutorado. São Paulo: , FFLCH-USP, 1995.
- SANTOS (Município). **Livro para o assentamento dos cadáveres inhumados** [enterrados]. Obituário do Cemitério Municipal de Santos. Cemitério da Filosofia (Saboó). Santos: Anos 1890 a 1897.
- SANTOS (Município). **Livro para o assentamento dos cadáveres inhumados** [enterrados]. Obituário do Cemitério Municipal de Santos. Cemitério da Filosofia (Saboó). Santos: Anos 1898 a 1908.
- SANTOS (Município). **Livro para o assentamento dos cadáveres inhumados** [enterrados]. Obituário do Cemitério Municipal de Santos. Cemitério da Filosofia (Saboó). Santos: Anos 1910 a 1913.
- SILVA, E. M.. **Do sonho à loucura: imigrantes portugueses e a doença mental em São Paulo (1929-1939)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Escola de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, UNIFESP, 2015.
- SILVA, I. R. “Santos insalubre, café, porto e exploração. Palco ideal para as lutas dos anarquistas”. In: PEREIRA, M. A. F. (Cord.). **Santos, Café & História**. Santos: Leopoldianum, 1995.
- SOUZA, M. C. C. “O Processo Político-partidário na Primeira República”. In: Mota, C. (org.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1975.

## RESUMO

Concebido, em parte, como decorrência do processo de imigração em massa, o modelo sanitário adotado pelo Estado de São Paulo refletiu o vínculo que associava o imigrante exclusivamente aos interesses da economia do café. O impacto da chegada da massa estrangeira e a complexa dinâmica populacional observada após a entrada daqueles largos contingentes, se, por um lado, provocou um desequilíbrio motivado pelo aparecimento de inúmeras moléstias trazidas por eles, por outro, os fez defrontar-se com as doenças tropicais, exóticas aos seus corpos, causando, conseqüentemente, um choque entre populações imunológica e culturalmente distintas. Diante disso, e dada a carência da assistência prestada aos imigrantes pobres e enfermos, e a negligência das oligarquias estaduais com respeito a medidas sanitárias, este artigo pretende discutir como soluções alternativas germinaram no seio da colônia espanhola radicada em São Paulo, quer sejam as originadas pelas associações de beneficência e ajuda mútua ou as de caráter filantrópico exercidas por membros da colônia, destacando, ainda, como o uso de antigas práticas caseiras populares de cura proliferaram junto às tradições terapêuticas dos imigrantes, enquanto crescia, estimulado pelos reclames nas publicações semanais, o uso de medicamentos, elixires e preparados, a quem se atribuíam propriedades miraculosas.

**Palavras-chave:** Imigração em massa; Imigração espanhola; Saúde Pública; Epidemias; Associações Benéficas; Práticas Terapêuticas Populares.

## ABSTRACT

Conceived, in part, as a result of the mass immigration process, the sanitary model adopted by the State of São Paulo reflected the bond that associated the immigrant exclusively with the interests of the coffee economy. The impact of the arrival of the foreign mass and the complex population dynamics observed after the entry of those large contingents, if, on the one side, caused an imbalance motivated by the appearance of numerous diseases brought by them, on the other, made them face the diseases tropical, exotic to their bodies, causing, consequently, a clash between immunologically and culturally distinct populations. Given the lack of assistance to poor and sick immigrants and the neglect of state oligarchies regarding sanitary measures, this article intends to discuss how alternative solutions germinated within the Spanish colony located in São Paulo, whether originated by charitable associations and philanthropic associations carried out by members of the colony, highlighting how the use of old popular home practices of healing proliferated alongside the therapeutic traditions of immigrants as it grew, stimulated by the advertisements of weekly publications, the use of medicines, elixirs and preparations, to which miraculous properties were attributed.

**Keywords:** Mass immigration; Spanish immigration; Public health; Epidemics; Beneficent Associations; Popular Therapeutic Practices.

# Migrando pelas veredas: a psicanálise no trabalho clínico-político com migrantes e refugiados

*Miriam Debieux Rosa\**; *Gabriel Binkovisk\*\**; *Pedro Seicman\*\*\**;  
*Ana Gebrim\*\*\*\**; *Tiago Nogueira\*\*\*\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

O Grupo Veredas - Psicanálise e Imigração consiste em um projeto de extensão do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL) da USP, coordenado pela Profa. Dra. Miriam Debieux Rosa. As atividades de extensão tiveram seu início em 2004, a partir do pós-doutorado “História, Clínica e a Cultura em Psicanálise”, de Taeco Toma Carignato. Esse projeto foi inscrito no Fundo de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo inicialmente com o título “Migração e Cultura: experiências de atendimento a pessoas em situações de vulnerabilidade psíquica e social” e tem se desdobrado em vários aspectos da questão por meio de uma proposta ético-política, ampliando em muito os dispositivos de escuta-intervenção e o escopo psicanalítico de leitura do fenômeno migratório e de suas consequências.

Visamos escutar a experiência de sujeitos afetados diretamente por fatos sociais e políticos que levam à exclusão, segregação e consequente emigração

---

\* Professora do IP/USP onde coordena o Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política da USP (PSOPOL), o grupo Veredas: Psicanálise e migração. E-mail: debieux@terra.com.br

\*\* Psicanalista, Doutor em Psicologia e Mestre em Clínica Transcultural pela Université Paris 13 Sorbonne Paris Cité, Pesquisador Pós-Doutorando no Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política, PPG de Psicologia Clínica - IPUSP.

\*\*\* Psicanalista, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, supervisor e membro do Grupo Veredas: Psicanálise e Imigração. E-mail: seincman@gmail.com

\*\*\*\* Psicanalista, doutora em Psicologia Clínica pelo IP-USP e mestre em Sociologia pela Universidade Paris Diderot, supervisora e membro do Grupo Veredas: Psicanálise e Imigração. E-mail: acgebrim@gmail.com

\*\*\*\*\* Psicanalista, Doutorando em Psicologia Clínica pela USP, mestre em Psicologia pela PUC-SP, membro do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política da USP e membro do grupo Veredas: Imigração e Psicanálise. email: tiagosanchesnogueira@gmail.com

do país de origem e a busca de refúgio em país estrangeiro ou a migração dentro do próprio país. São experiências com pessoas exiladas no campo social – pessoas excluídas da partilha dos bens materiais e culturais, tradicionalmente fora da psicanálise – objeto da assistência social – sendo, por vezes, tidos como seres de necessidade ou excluídos do “ouro” da psicanálise<sup>1</sup> pelos seus próprios diagnósticos de pobreza - de inteligência, de recursos psíquicos, expressos por diagnósticos como deficientes, perversos, psicóticos, pobreza simbólica e/ou cognitiva.

Nossa principal proposição é de estabelecer espaços de escuta e intervenção com essa população, visando elaborações singulares e grupais que apontem diferentes possibilidades de reconstituição de laços sociais. Com isso, esperamos favorecer vínculos afetivos e de trabalho, de modo a possibilitar revisar e elaborar formas de viver os “novos contextos”. Temos como premissa que os impasses no laço social que dizem respeito ao campo da política podem desarticular os sujeitos em sua relação com a linguagem (Rosa, 2016). Nossa posição ética é de escutar as pessoas marcadas pelo exílio e banimento da vida pública, que erram invisíveis e/ou superexpostos pela cidade. Propomos uma escuta clínica que aposte num deslocamento da vítima silenciada ao sujeito aguerrido. Ao longo dos anos de trabalho e de muitas parcerias, fomos tecendo um espaço ético-político-epistemológico de escuta e intervenção, no social e na polis, onde a psicanálise vai até os confins da palavra e do sujeito, como propõe sua matriz ética fundamental.

## 2 MIGRAÇÃO E CULTURA: FUNDAÇÃO E DESTINOS

Na perspectiva psicanalítica, os laços sociais remetem à condição constitutiva do homem e da civilização, condição esta que inaugura a entrada do homem na linguagem e na cultura e que o insere simultaneamente no jogo relacional, afetivo, libidinal e também no jogo político, jurídico. Os laços sociais têm seu fundamento na linguagem (Lacan, 1992), mas, a partir deste ponto, materializam-se nos modos de relação em um dado tempo e lugar, pautando a construção da história de cada um, inserida no campo discursivo de seu tempo, e caracterizando os laços sociais como laços discursivos.

Os discursos que circulam num dado tempo indicam os modos de pertencimento possíveis àqueles sujeitos e procuram, ideologicamente, equiparar-se ao campo simbólico da cultura e da linguagem. É nesta medida que, nos casos em questão, revisando e rememorando histórias e acidentes de vida, é possível a elaboração do luto do exílio, a partir do qual o imigrante, migrante, refugiados e “retornados” possam vir a constituir vínculos com a cidade.

Ao longo dos anos, o Projeto Veredas foi constituindo uma sólida equipe de pesquisadores, supervisores e demais parceiros<sup>2</sup>. Contamos também com a participação de estagiários da Graduação e Pós-Graduação da PUC-SP e USP e inúmeros psicólogos e psicanalistas voluntários trocando experiências em

supervisões e reuniões clínicas. Temos nos tornado referência, através da prática transformada em teses, dissertações, artigos e trabalhos apresentados na área de atendimento psicanalítico fora dos enquadres tradicionais, em situações de precariedade e urgência. Nesse contexto clínico e epistemológico, a perspectiva do inconsciente como discurso do Outro, tal como cunhado por J. Lacan (1966), ganha destaque em seus desdobramentos – o inconsciente é a história, a história da criança na família, da família no campo sociopolítico; o inconsciente é o político (Lacan, 1967).

O eixo das pesquisas que desenvolvemos está no mal-estar na transmissão (da cultura e da história) e no laço social (constituição e destituição) na contemporaneidade. Temos pesquisado e produzido, particularmente sobre as expressões da violência, os efeitos e as dimensões coletivas do trauma, do desamparo e da violação de direitos; as modalidades de resistência e enfrentamento dos sujeitos em situações de violência/vulnerabilidade; a construção/transformação do laço social na contemporaneidade; imigração e migração, e o desenvolvimento de práticas clínico-políticas de intervenção. Os projetos de pesquisa são articulados a dispositivos de pesquisa-intervenção psicanalítica com populações em situação de vulnerabilidade social.

### 3 AS SUBJETIVIDADES EM QUESTÃO E NOSSAS TESES DE TRABALHO

Falamos de um campo de constituição subjetiva, mas também das estratégias do poder de destituição subjetiva através das práticas sociais que desartoram o sujeito e o silenciam. A escuta psicanalítica supõe atravessar o território discursivo a que estão submetidos – mais além do desamparo social, encontramos o desamparo discursivo (Rosa, 2016). Usamos este termo para articular a noção de desamparo de Freud com a estratégia discursiva de poder.

Rosa (2016) reitera que a tese nesta direção é de que se produz um desamparo discursivo quando o discurso social e político, carregado de interesses e visando manter ou expandir seu poder, mascara-se de discurso do Outro (campo da linguagem) para capturar o sujeito em suas malhas — seja na constituição subjetiva, ou nas circunstâncias de destituição subjetiva

A dessubjetivação promovida no processo fica evidente – vemos como ativistas políticos em seu país chegam a nação de acolhida no lugar de vítima e reclamante de auxílio. Não só pelas violências sofridas, mas pelas estratégias de acolhida e o modo como a condição de ilegalidade implícita na busca de refúgio que os torna, no discurso, próximos de marginais, bandidos.

Em um primeiro momento, ser refugiado significa ser perseguido por uma posição. Porém, contém ainda a pecha de fugitivo, covarde, refugio, daquele que perde a morada da palavra. Lidamos assim com sujeitos em urgência social, em situações de sofrimento sociopolítico, o que denota a perda da moradia da

própria subjetividade. Por conta disso, as instabilidades geradas pela violência social criam contextos potenciais de crise. A trama de vida de um sujeito se articula à trama de opressão perpetrada no contexto social, o que pode gerar adoecimento. Logo, as intervenções devem promover uma direção sempre dupla: do sujeito ao social, do social ao sujeito.

Atualmente, populações em deslocamento pelo mundo encontram-se com regulações migratórias cada vez mais restritivas, e o direito ao livre trânsito e circulação nos países que paradoxalmente mais teriam condições de recebê-las é sistematicamente cerceado. Esse mesmo direito de livre circulação, previsto no artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)<sup>34</sup>, vem sendo descumprido por políticas que criminalizam a imigração. No lugar do acolhimento e integração, proliferam-se políticas de militarização das fronteiras e impedimentos de circulação humana. Nesse sentido, suspeição é elemento central na forma como os que logram chegar são recebidos nos países mais ricos. Suspeição essa que pretende triar os “verdadeiros” dos considerados “falsos” refugiados, separação integralmente moral daqueles que teriam direito de se instalar dos que são sistematicamente devolvidos aos seus países ou impedidos de se deslocar.

Consideramos que a separação entre imigração e refúgio não concerne à clínica. Nesse sentido, perguntamos: como separar por grau de vulnerabilidade, necessidade ou importância, por exemplo, pessoas oriundas de minorias étnicas perseguidas em seus países, militantes políticos fugindo da repressão, pessoas se deslocando em função de sua orientação sexual, sobreviventes de guerra, de pessoas que migram devido a condições de extrema pobreza? (Gebrim, 2015). Quão extrema deve ser a pobreza para que possa haver alguma justificativa aceitável de migração? Tratamos, portanto, de nos posicionar diferentemente em relação à economia moral hegemônica em torno das populações migrantes, e, em contrapartida, propomos o acolhimento e a escuta de sujeitos em deslocamento.

Do ponto de vista dos processos dos sujeitos, separamos as diferentes instâncias de construção de narrativas. Nas excessivas difusões de imagens de sujeitos à deriva em mares, nas fotos de barcos abarrotados de pessoas agonizantes, nos percursos marítimos que beiram litorais em que aportar não é possibilidade, mas risco, vemos – literalmente no mesmo barco – um conglomerado de realidades bastante heterogêneas. No campo jurídico, diante do advogado, ou de oficiais de elegibilidade, a permanência dos sujeitos depende, sobretudo, da credibilidade de sua narrativa, ofertada somente para aqueles que logram provar uma perseguição ou seu fundado temor – ou seja, a narrativa dos fatos é paradoxalmente fiadora da possibilidade de permanência ou não no novo país.

Nesse sentido, como destaca Gebrim (2015), o trabalho de acolhimento e escuta de migrantes na área da saúde – ainda que, eventualmente, estejam inseridos em equipamentos que respondem à lógica legal de concessão de refúgio

– opera em outro registro. Mesmo tendo em vista a multidisciplinaridade no acolhimento aos refugiados, pensamos que a escuta psicanalítica dos imigrantes não se configura como uma especialidade ante tantas emergências sociais, tais como conseguir documentos, trabalho, aprender a língua do país de acolhida, entre outras.

Ao contrário, trata-se de modalidade fundamental de acolher o sujeito integralmente em suas urgências sociais e psíquicas, levando em conta suas escolhas, angústias, arrependimentos, lutos, para poder reiterar o desejo que o conduziu à busca de uma vida digna, ou mesmo, a possibilidade de seguir vivendo também em nome dos que não sobreviveram, e pela preservação da história de seu grupo social. É, portanto, exercício de direito proporcionar espaços de diálogo, escuta e acolhida, espaços de palavra, que terão a sua especificidade.

Esse espaço à palavra supõe a escuta clínico-política dos sujeitos e de seu *pathos* - anseios, sofrimento sociopolítico e desejos (Rosa, 2016). Para que tal trabalho possa ocorrer, operamos fora do *setting* consagrado por uma psicanálise tradicional: no contexto do que chamamos de uma rede de acolhimento (intra/inter) institucional, na qual o migrante confia e com a qual estabelece um campo de transferência. Caracterizam-se, assim, as bases para uma clínica migrante (Seincman, 2017), que aprofundaremos a seguir.

#### 4 LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS DO VEREDAS

Fomos compondo diferentes parcerias ao longo dos anos. Nosso laço mais antigo é com a Missão Paz, instituição reconhecida pela expertise no tema e que gerencia a Casa do Migrante, albergue onde realizamos intervenções psicanalíticas junto a pessoas recém-chegadas na cidade de São Paulo advindas de outros países ou estados já há quase 15 anos. Participamos e coordenamos a Rede de Cuidados em Saúde do imigrante, onde ocorrem articulações entre profissionais da rede de atenção, saúde, assistência, direitos humanos etc., abordando temas caros ao campo da migração e sempre buscando relacionar os casos às diversas instituições envolvidas. Atuamos ainda em parceria com o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) e no Abrigo Aparecida, na região do Belenzinho, Zona Leste de São Paulo. Estamos começando um projeto junto à escolas visando interceptar concepções discriminatórias e patologizantes das crianças filhas de imigrantes, assim como favorecer a diversidade e interculturalidade nas escolas.

Em relação à prática nos abrigos, é preciso fazer uma consideração para com o termo “migrante”: mesmo os abrigados brasileiros também vivenciam uma situação de migração entre estados, ou mesmo de “estrangeiridade” em sua própria cidade, uma vez que suas histórias são frequentemente marcadas pela exclusão a violência. Esses aspectos também foram indicados nas falas e no brincar de crianças abrigadas, que trazem a marca desses percursos, em suas rupturas e percalços em se estabelecer em novos laços.

Entendemos que a escuta psicanalítica pode favorecer, junto a esses sujeitos, a elaboração dessas vivências e a construção de possibilidades singulares no contexto em que vivem, relativas à constituição de laços e vínculos. Ao oferecer uma escuta psi, tentamos articulá-la intimamente com as questões sociais que se apresentam e que, dessa forma, incidem conjuntamente sobre sintomas e sobre as diversas formas de opressão que o sintoma denuncia.

Utilizamos o dispositivo de *escuta de corredores*, ou *escuta migrante*: uma maneira do profissional se desprender de seu “território de origem” para se abrir a uma experiência de entrar em contato com o território do outro, com suas contradições e suas riquezas. É um dispositivo de enquadre mínimo, pois não se utiliza a priori de uma sala de atendimento ou de hora marcada. Os psicólogos circulam pela área comum da instituição e muitas vezes são abordados ou convidados a conversar com alguém.

A partir desse dispositivo mínimo, à medida da necessidade de cada caso, vamos propondo outros dispositivos, sempre temporários e cuja tessitura se dá em coautoria com a instituição, seus trabalhadores e seus usuários. Por exemplo, atendimentos individuais, atendimentos em grupo, oficinas, articulações em rede, reuniões de discussão de caso, grupos de escuta das equipes.

A partir de cada caso que se constrói, podemos escutar e compor na rede transferencial:

- a – Os impasses de um sujeito para se estabelecer no campo
- b – As questões institucionais que afetam determinado usuário do serviço e também seus profissionais.
- c – As possíveis articulações interinstitucionais que se fazem necessárias, especialmente em casos graves ou de grande urgência.

Uma peculiaridade tem sido a de mães sozinhas com seus bebês ou crianças pequenas, além de algumas famílias. Temos desenvolvido intervenções bastante precisas nessas composições. A criança atravessa a fronteira da língua e a estranheza dos diferentes traços físicos e, através da dimensão lúdica, facilita a interação entre as pessoas do abrigo. Por outro lado, conflitos culturais logo traduzidos por preconceitos ocorrem frente ao modo de conceber os cuidados com as crianças, qualificando como descuido ou indiferença as diferenças culturais, ponto trabalhado por nossa equipe. É digno de nota que as técnicas de maternagem constituam um dos principais espaços de diferença, mas também se configurem como um lugar deveras importante para a intervenção em situação transcultural (Moro, 2010).

Mais recentemente, viemos costurando nossa atuação junto ao Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI). O CRAI surgiu a pouco menos de quatro anos na cidade de São Paulo, constituindo-se em um primeiro dispositivo público, no Brasil, de orientação para imigrantes e de coordenação de serviços e redes de apoio a essas populações (que incluem imigrantes em busca

de asilo, migrantes regularizados ou não regularizados). Trata-se de um serviço que responde a demandas que abarcam o campo do judiciário, da assistência social, do cuidado em saúde, do direcionamento no mercado de trabalho e também no suporte psicossocial.

A parceria entre CRAI e Veredas deu-se a partir de outubro de 2017, inicialmente de forma experimental, tornando-se contínua a partir de abril de 2018. Desde então, um grupo de mais de uma dezena de psicólogos (graduados ou acadêmicos) e psicanalistas exercem atividades clínicas de escuta e de trocas com a equipe de atendentes mediadores culturais e assistentes sociais, a fim de ampliar o potencial de compreensão e de intervenção desse serviço inovador dentro do cenário brasileiro.

Trata-se de uma prática clínica cuja ética mora no primado de um acolhimento da palavra e da situação do sujeito migrante, que muitas vezes se mostra bastante encorajado diante da concretude de suas tarefas numa situação de migração: o sujeito deve conseguir trabalho, moradia, educação para os filhos, compreender-se numa língua e num país de jogos culturais e sociais bastante complexos e poliformes. Além disso, há todo um recorte transcultural que frequentemente passa batido em órgãos e serviços por onde navegam estes sujeitos: são questões que envolvem toda a malha cultural, religiosa, linguística que o sujeito carrega, muitas vezes acompanhada de uma coleção de experiências violentas, desumanizantes e potencialmente traumáticas.

Os atendimentos dão-se tanto individualmente, com o clínico escutando um sujeito, como em escutas de famílias, mães e filhos, ou, ainda, em companhia de outros profissionais do serviço, que recorrem ao nosso trabalho quando detectam algum sofrimento psíquico mais eloquente em meio a atendimentos que seguidamente detêm-se em questões mais burocráticas (relativas à regularização da vida no Brasil) ou assistenciais (orientação dentro da rede de acolhimento psicossocial ou dos centros temporários de acolhimento [CTA] espalhados pela cidade de São Paulo). Alguns destes atendimentos configuram-se seguindo um *setting* psicanalítico bastante convencional, com sessões semanais, num desenrolar transferencial onde o que está em jogo frequentemente é a experiência migratória e a elaboração de sofrimentos vividos na atualidade, eventos potencialmente traumáticos e outros tantos dramas que seguidamente acometem a vida desses sujeitos. No entanto, um dos diferenciais da prática analítica do grupo Veredas no CRAI vem sendo a constância de acolhimentos que temos chamados de “psicanálise de um só momento”. Configura-se aí uma escuta onde o sujeito faz uso do dispositivo apenas uma vez, depositando sua história e seus dramas, numa espécie de oferta ao clínico que deve tentar elaborar tanto a efemeridade do encontro quanto o seu desejo (e intenção) de continuar a se encontrar com o sujeito que lhe outorga a palavra num ato só, em apenas um momento.

Além disso, outra proposta de intervenção no CRAI é uma oficina de composição de canções, batizada de *Oficina de canção de si*<sup>5</sup>. Esta tem como

objetivo a construção de narrativas que possibilitem retirar o sujeito do vazio do silenciamento promovido pelas situações traumáticas, como no caso daqueles que viveram experiências extremas de desenraizamento. Trata-se de uma proposta de fazer existir, ao mesmo tempo, compositores e intérpretes que possam “inventar memórias” (como fazem os poetas), operando a construção de recordações e recuperando fragmentos de experiência perdida.

Julgamos que há dois principais efeitos da oficina: o primeiro é promover certa clarificação acerca daquilo que o sujeito refugiado viveu, de modo que, ao narrar sua história e vê-la transformada em música, torna-se possível a recuperação daquilo que de algum modo ficou exilado devido à experiência traumática; já o segundo efeito importante é o de demonstrar uma proposta desse tipo opera na resignificação dos espaços de acolhida destes que vivenciaram experiências de desenraizamento.

## 5 A CLÍNICA MIGRANTE E SUA REDE TRANSFERENCIAL

Temos operado com a noção de uma *clínica migrante*. Nela, é o psicanalista/psicólogo que se desloca, migrando ao buscar refúgio de alguns dos pressupostos totalizantes de seu campo disciplinar. Enfatiza-se a posição de estrangeiridade do analista, destituído do *setting* tradicional, de sua língua materna, de suas referências culturais. A posição de compor a clínica através de uma vivência de estrangeiridade passa a ser o que em alguma medida permite um encontro possível com o sujeito em sua condição de migração (e onde há o risco da errância).

Tomamos o manejo da transferência na relação com o migrante como a condição de construção de uma narrativa endereçada ao outro. Um outro que não se configure como o perseguidor ou inimigo, nem aquele do qual depende para receber direitos ou que o interpele como ser que necessitaria unicamente de cuidados materiais, concretos. Trata-se da reconstrução de um outro junto ao qual ele recupere a sua posição de sujeito de um discurso polissêmico, produtor e produto de sua história e de desejos que compõem de modo enigmático e que podem ser construídos na relação.

Em muitos casos, porém, a relação transferencial tomada somente como vínculo entre o psicanalista e o migrante não é suficiente para amparar ambos nessa construção narrativa. Nessas situações, só é possível construir e reconstruir narrativas com o amparo necessário, muitas vezes obtido em uma rede transferencial. Por conta disso, temos a transferência como aspecto central presente não apenas na relação com o psicanalista, mas em todo o campo de relações que o migrante estabelece.

Entendemos a rede transferencial como a análise da dimensão inconsciente presente nas relações entre os diversos serviços, profissionais e familiares envolvidos em determinado caso. Com a rede transferencial, torna-

se possível o amparo da angústia sentida pelos usuários dos serviços e pelos seus profissionais. Isso ocorre porque leva-se em conta o sujeito e sua angústia em articulação com a forma como é posicionado nas tramas discursivas e de cuidados institucionais e sociais:

Com o objetivo de não repetir a violência a que esse público foi exposto, faz-se fundamental tomar em conta a forma como se articulam os discursos existentes sobre esses sujeitos e como, por vezes, estes são excluídos desses discursos. Os discursos que se produzem pelos profissionais (...) incidem diretamente nas possibilidades ou na falta de possibilidades de inserção no laço social e no lugar de fala (SEINCMAN, 2017, p. 97).

As intervenções na rede transferencial não apenas levam em conta todo o contexto que envolve determinado caso, como também incidem sobre esse mesmo contexto. A posição migrante “não é um processo individual, ela articula em uma mesma situação posições subjetivas e o campo discursivo, incidindo nas relações profissionais, familiares e sociais e conformando um complexo campo transferencial” (SEINCMAN, 2017, p.97). Nesse sentido, são intervenções que afetam tanto cuidadores quanto aqueles de quem se pretende cuidar.

A figura de referência de um acolhimento em rede transferencial geralmente é escolhida pelo próprio migrante e pode ser qualquer um: algum profissional da instituição, um amigo, um psicanalista. Essa figura se torna ponto-chave para o estabelecimento da rede, sendo as ancoragens os:

Fios que mantêm o sujeito ligado à vida apesar, e para além, dos avatares e das desventuras do cotidiano. Restituir o seu reenlace no mundo da linguagem, não porque a palavra lhe falte, mas porque ela perdeu o sentido, atuada na repetição infrutífera dos atos errantes e/ou cambaleantes, coloca-se em questão na escuta do caso (BROIDE, 2017, p. 88).

Essa escuta na transferência leva em conta os vários momentos do processo migratório. Indicamos diferentes tempos para o sujeito separar-se do acontecimento, formular uma narrativa e contar uma saga que o situe em sua história e na história da comunidade (Rosa, 2016):

- a. A ruptura com uma certa ordem do país de origem, que já delega ao sujeito uma posição de estrangeiridade com sua própria cultura, ou seja, antes de ser estrangeiro em terra de acolhimento, o migrante vivenciou a estrangeiridade em terra natal.
- b. O tempo da chegada ao novo país (momento de esquecer), quando se reatualiza a estrangeiridade já em terra de acolhimento no novo país.

- c. A elaboração do processo migrante, que envolve o aspecto estrangeiro que se repete. Isso ocorre no tempo da construção da vida no país da acolhida (momento da implicação e elaboração) e possibilita uma nova inserção, perpassada pelo desejo e amparada por uma rede transferencial.

Somado a isso, podemos pensar também nos processos migratórios de sujeitos cuja trajetória foi marcada por acontecimentos-limite. Por limite, compreendemos as vivências de profunda violência e destruição, tais como a guerra, tortura e outras situações de barbárie de potencial traumático, tantas vezes relatadas por migrantes recém-chegados ao Brasil. É importante diferenciar nesse ponto duas dimensões de um acontecimento-limite vivido pelo sujeito: a de um trauma accidental, tal como uma catástrofe ambiental (terremotos, tsunamis, furacões), do trauma intencional (perpetrado por um outro sujeito). Do trauma intencional podemos situar os atos realizados por um outro humano, e nesse sentido são acontecimentos que põem em questão o sujeito com sua própria cultura. Trata-se da própria cultura e da posição do sujeito no laço em situação de ruína.

Nesse caso, pensamos que tanto o processo de deslocamento quanto o de chegada são profundamente marcados pelos acontecimentos-limite vivenciados outrora, acontecimentos esses que, pelo excesso de violência do outro, culminam em ejetar o sujeito do laço social, promovendo sofrimento sociopolítico e impasses para o sujeito, tal como teorizado por Rosa:

Retomando nosso percurso com esta experiência clínica, afirmamos que a psicanálise implicada ao abordar a dimensão sociopolítica do sofrimento lança desafios e exige intervenções não-convencionais que caracterizamos como prática psicanalítica clínico-política para abordar a questão da angústia e do luto em sua face política, ou seja, a produção sociopolítica da angústia e do impedimento dos processos subjetivos (ROSA, 2016, p. 192).

Pensar a transferência a partir da intervenção clínica inclui, nesse sentido, a reflexão sobre poder restituir a possibilidade de laço e endereçamento a um outro. Para tal, entendemos que a forma que um migrante encontra para ser acolhido em seu local de chegada influencia diretamente na possibilidade de que os acontecimentos-limite que viveu possam deixar de se reatualizar em estado bruto.

Por lado, ressaltamos que o próprio acolhimento, dependendo da maneira como é praticado, pode por vezes deslizar para a repetição de laços violentos. Nesse caso, determinadas vivências no país de acolhimento terminam por reatualizar a cena ou posições do traumático, tal como a situação da vítima e de seu algoz, como, por exemplo, quando alguns serviços de saúde reconhecem

e acolhem uma família imigrante, mas só reconhecem na mulher dessa família “a mãe do menino doente” e não como uma mulher, costureira, cozinheira, enfim, com diversos desejos e maneiras de se colocar no laço.

Desse modo, uma recepção em que o sujeito é demandado a contar sua história - em uma narrativa em que se posiciona exclusivamente como uma vítima, retirando sua luta, sua trajetória pessoal e política - pode se configurar como um modo violento de sujeição ao outro. Trata-se, portanto, de cuidar para que um acolhimento possa se constituir como um amparo para que o sujeito inicie o processo de elaboração daquilo que foi vivido, considerando não apenas os aspectos sociopolíticos de sua chegada, mas também os conflitos e impasses que a sua decisão de partir e/ou fugir implicam.

## 6 O SUJEITO E O CAMPO POLÍTICO: IMPASSES, DIREÇÕES, ENCRUZILHADAS

São distintas as modalidades com as quais os migrantes fazem frente ao laço social que lhes é ofertado ou imposto. Vemos mulheres que encontram na maternidade de um filho brasileiro o modo de legalização de si mesmas e da família; já outras conseguem recusar posições de vítimas de violência de seus maridos ancoradas na nova inserção cultural. Alguns sujeitos desenvolvem novas trajetórias de trabalho, as vezes até se dedicando aos cuidados e assistência a outros imigrantes, enquanto outros desenvolvem novas aptidões, embora a maior parte das pessoas se dedique aos trabalhos de comércio ambulante ou em construção civil. O casamento com brasileira ou brasileiro é visto como uma saída interessante para resgatar o vínculo e inserir-se na nova terra. Enfim, invenções ou recuos, diversos são os caminhos possíveis para alinhar a nova existência à dimensão fantasmática que situa o sujeito em seu lugar de fala.

Contudo, pudemos distinguir alguns processos que suspendem as elaborações dos deslocamentos e sofrimentos e exigem práticas específicas. Ressaltamos a angústia, culpa e superação das violências, de alguns dos sujeitos que atendemos que vêm de situações de violência aguda em seu país de origem. Exemplifico com Isac (nome fictício) que, de volta ao lar, com o irmão, africanos do Congo, encontraram sua casa com os pais e outros irmãos incendiada por rebeldes. Em pânico, os irmãos fogem cada um em uma direção, para garantir chances de sobrevivência para pelo menos um deles. Isac toma um navio e vem parar no Brasil. Aqui, sofre de insônia e de crises de angústia, quando é invadido pelas imagens da casa incendiada. Considera que seu maior sofrimento é não saber o destino ou paradeiro do irmão e não ter como ou onde procurá-lo. Outro exemplo é Hassab (nome fictício), que quer morrer e tenta suicídio. Depois de assassinados seus pais, por questões políticas em Angola, foge. Ao chegar ao Brasil, recebe a notícia de que as duas irmãs que ficaram no país foram também assassinadas.

Essas situações remetem à angústia intensa frente à perda de laços afetivos fundamentais e à segurança subjetiva das pessoas, perda esta muitas vezes relacionada à culpa do sobrevivente, experiência descrita sobre os sobreviventes do holocausto (bastante presente na obra de Primo Levi). Além das dores e humilhações a que são expostos, sobrevivem questões sobre sua própria ética e culpa relativa ao desfecho dos seus familiares, com dúvidas sobre sua possibilidade de sobreviver enquanto os outros morreram. Crises de angústia, desejo de morte e tentativas de suicídio nos demandam intervenções urgentes com esses casos. Nossos manejos visam relançar o sujeito em sua trajetória e história. Como resultado pudemos testemunhar como alguns passavam a dizer “não posso morrer” seja para testemunhar o ocorrido, seja para dar andamento à trajetória da família.

Outros casos remetem-nos a abalos psíquicos estruturais e impossibilidades de reorganização. A questão diagnóstica nesses casos não pode ser fechada supondo haver estrutura previamente psicótica que explicasse as dificuldades destes sujeitos, sob pena de desconsideração dos efeitos disruptivos das situações traumáticas.

Destacamos também outros casos que transformam o exílio forçado pela violência, abandono ou miséria em uma errância sem fim. Algumas pessoas chegam à Casa do Migrante intensificando e eternizando a sua condição de “estar de passagem”, ou seja, sem intenção de se fixar em São Paulo ou outro lugar.

Nestes casos o corte e abalo provocado pela ruptura dos laços são repetidos e passam a ser contados pelo sujeito como um modo de vida – chegam e logo pensam no próximo destino, sempre transitório, independentemente da idade, de projetos de vida, de laços com os outros. Ao menor sinal de angústia deslocam-se novamente, sem ponto de búscula, e repetem o movimento a que foram inicialmente lançados de modo involuntário (ROSA et. Al. , 2009). O sujeito encontra-se habitando, desse modo, uma encruzilhada: toma as direções que parecem se forjar numa repetição da fuga de um lugar de angústia e perda, levando-o a uma repetição sem que haja possibilidades de elaboração. Por isso, a encruzilhada, aqui, é a da própria continuidade da existência subjetiva do sujeito.

### *6.1 Diferentes estratégias e direções clínico-políticas para cada tempo*

As narrativas dos imigrantes inicialmente enfocam a partida – muitas vezes motivadas por condições extremas – e as escolhas que se processaram, e só depois, na própria transmissão, são ressignificadas. A narrativa tem um tempo diferente da dimensão do acontecimento – contar antecipado pode fixar, enrijecer e estagnar um desenrolar de acontecimentos sem sentido, que só depois terão algum efeito de significação (Rosa, 2016).

Partir da pátria envolve uma escolha, seja por fuga da pobreza, de catástrofes ou de perseguição política. As pessoas partem tendo enfrentado o horror dos abusos de poder, deixando a terra arrasada, mas também sua infância, pessoas queridas, sua história. A hora da partida, a cena, seus motivos e intensidades são partes fundamentais na construção da cena e do relato.

Para sustentar a partida, um trabalho precisa ser realizado. Em tal trabalho, os termos se invertem: a partida é sempre uma escolha – uma escolha forçada por viver, por construir um novo lugar para existir no mundo. No tempo de partir e esquecer para poder retomar um caminho, e o longo processo do luto, elaboração e construção da narrativa da vida e história de um sujeito, uma geração ou uma nação, cabem algumas estratégias específicas que envolvem a separação de um tempo da vida para outro, a busca de novas referências.

Refúgio, oriunda do latim *refugere* (composta pelo intensificativo *re-*, mais *fugere*), que significa fugir - a vítima que fugiu do país de origem e que comporta compaixão, mas também sobre a qual recaem concepções morais, que retornam sobre ela como culpa e vergonha. Retomamos a etimologia da palavra refúgio/refugiado (Rosa & Sanches Nogueira, 2017) desdobrando em dois sentidos para promover uma dialética entre espaço e existência - o termo remete tanto a acolhimento quanto à fuga, podemos dizer, fuga da palavra. Desse modo, a palavra “refúgio”, enquanto acolhimento, só faz sentido se a tomarmos como possibilitando um lugar de valor singular, no qual as imagens do sujeito possam ser processadas em palavras. A posição do psicanalista indicará essa condição ética que possibilita a singularidade do sujeito no laço com a alteridade e sua diferença.

Para construir uma história, não basta uma sequência de fatos, mas trata-se da produção de tramas de significâncias, tramas de sentido. É precisamente com o que o sujeito tem que lidar para poder se situar em uma rede discursiva.

Quanto à relação entre trauma, luto, experiência e transmissão, formulamos uma direção possível de tratamento que incide na direção da transformação do trauma em experiência compartilhada e na construção da posição de testemunha, transmissor da cultura. Além disso, faz-se necessário utilizar práticas que levem em consideração as pré-condições sociopolíticas e subjetivas necessárias para a elaboração do luto, para fazer valer a dimensão do desejo, a melhor defesa contra o gozo mortífero (Alencar, 2011).

Essas estratégias visam restituir um campo mínimo de significantes, referidos ao campo do Outro, que possam circular – em outros termos, visam resgatar o poder da palavra de presentificar experiências que restaurem o valor daquele sujeito, além de situá-lo frente as condições históricas e sociais que geraram as situações de sofrimento. Isso possibilita ao sujeito localizar-se e poder dar valor e sentido à sua experiência de dor, articulando um apelo que o retire do silenciamento. Pois existe uma diferença fundamental entre o silêncio mortífero e o silêncio sintomático. Sintomatizar o silêncio – cavado na angústia, no instante perpétuo, no estado melancólico – é a isso que apontamos nesse tipo

de intervenções clínicas. É fato: para tratar o trauma provocado pela intervenção do Outro totalitário que pretende reduzir os homens a restos, em que se tenta apagar todas as marcas da subjetividade é necessária uma elaboração que finque suas bases na reconstituição do laço social que norteia o funcionamento do campo social.

Como abordar a questão da angústia e do luto tanto considerando a produção sociopolítica da angústia, como o impedimento político do processamento subjetivo das situações traumáticas?

Sob o efeito destrutivo de situações traumáticas os sujeitos podem:

- desarticular sua ficção fantasmática
- perder o laço identificatório dos semelhantes para com eles - estes tendem a recuar diante do terror - com o que perdem a sua solidariedade e são lançados fora da política.

O que está em jogo é a potência enlouquecedora do traumático pois, segundo Pujó (2000), o encontro com o mesmo, em repetição sem maior deslocamento ou metaforização, desnuda a incoercível resistência do trauma à sua tramitação. As condições de degradação põem em destaque a necessidade vital de velamento do caráter mortificante do impacto pulsional, ou seja, “a necessidade de faltar ao Outro ali onde o sujeito experimenta-se gozado”. Por isso, em nossa intervenção, a noção de rede e do deslocamento de significantes tem um lugar preponderante.

## 6.2 *Forjando uma rede de acolhimento interinstitucional*

A direção do trabalho clínico-político supõe que no manejo das transferências podem se situar estratégias de elaboração da necessidade de atuar e repetir a exclusão que o sujeito sofreu. Tal exclusão se dá na repetição de lugares de submissão ou posições objetalizantes no laço. O que se repete socialmente é a exclusão do migrante, tomando negativamente seu caráter de estrangeiro. Porém, não vemos essa exclusão como algo do migrante, mas algo que os profissionais por vezes atuam sem se dar conta. Por isso, nos interessam os espaços onde os diversos profissionais, em um determinado caso, se reúnam e possam discutir.

Nessa medida, nossa prática inclui uma reflexão ativa, junto com a rede de serviços de saúde, saúde mental e de assistência social, sobre modalidades de intervenção, de aprimoramentos dos serviços para atendimento dessa população com sua peculiaridade cultural e linguística e a proposição conjunta de novos dispositivos. Abrange também proposições conjuntas com o campo dos direitos e a proposição de aprimoramento das políticas públicas.

A rede intra/interinstitucional possibilita um trabalho de inserção do migrante em novos laços, sem ter sua estrangeiridade anulada ou objetificada. Uma rede discursiva pode ser tecida no cuidado multidisciplinar que a rede intra/interinstitucional proporciona. O desejo dos profissionais se situa como desejo de amparo (contrapondo-se ao desamparo), para que possa ficar a cargo do refugiado o desejo da inserção social. A particularidade do caso e do tempo de cada caso indica a tática de dispositivo de escuta: individualmente, em grupos, dentro e fora da instituição etc.

Uma clínica migrante coloca o profissional, no campo da migração, em deslocamento entre instituições de um território, migrando entre o discurso das diversas áreas e se refugiando, ao mesmo tempo, dos pressupostos por demais totalizantes de uma única disciplina.

Nesse ínterim, surgiu no ano de 2012 a Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes e Refugiados. Ela é fruto de uma demanda de discussão de casos clínicos acompanhados pelo Grupo Veredas na instituição Missão Paz, em especial no seu projeto Casa do Migrante. Pouco a pouco, estabeleceu-se a periodicidade de encontros mensais, que passaram a reunir diversos atores do campo da saúde que acompanhavam os casos que eram pauta de discussão. A demanda inicial, portanto, era como se pensar encaminhamentos efetivos para alguns casos clínicos que pareciam não aderir facilmente aos serviços públicos oferecidos. Nesse sentido, era necessário compreendermos conjuntamente as especificidades de alguns casos e pensar em estratégias integradas de encaminhamentos.

O que começou a partir de uma pequena discussão de casos clínicos para se pensar os encaminhamentos para a rede de atendimento em saúde, tornou-se, com o tempo, um espaço ampliado. Desde então, de forma não institucionalizada, a Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes e Refugiados vem se encontrando todas as primeiras sextas-feiras do mês. Com o tempo, ao longo desses mais de seis anos, diferentes atores circularam pela rede, e, assim, o grupo foi se ampliando significativamente.

De forma geral, atualmente, participam do grupo profissionais representantes dos seguintes serviços: psicólogos de diferentes CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) da cidade - CAPS infantil, adulto, álcool e outras drogas; médicos, enfermeiros e agentes de saúde de diversas UBS (Unidades Básicas de Saúde), psicólogos e outros profissionais das equipes NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), profissionais da AMA (Assistência Médica Ambulatorial); psiquiatras e psicólogos do Ambulatório Transcultural do Hospital das Clínicas, psicólogos e assistentes sociais de abrigos voltados à população migrante na região do centro, como a Casa do Migrante, Terra Nova, Arsenal da Boa Esperança; a equipe de saúde mental da Caritas; membros do Bibliaspa; representantes do Centro de Convivência da Mulher Vítima de Violência Doméstica; diversos atores da Missão Paz; psicólogas do Projeto Ponte do Instituto Sedes Sapientiae; representantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; também da Coordenação

de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Município, médicos da Santa Casa; como também pesquisadores ou profissionais autônomos no campo da saúde. Desde 2017, o Grupo Veredas voltou a coordenar essas reuniões mensais.

Os temas abordados nas reuniões da rede pretendem abarcar os seguintes pontos:

- a) discussões e elaborações conjuntas de estratégias de encaminhamentos efetivos para alguns casos clínicos mais sensíveis – geralmente, é o caso de pessoas em maior grau de vulnerabilidade e exclusão, e que, portanto, necessitam de atenção mais personalizada;
- b) bibliografia que aborde estratégias de integração e acolhimento à população migrante;
- c) apresentação de serviços da rede e outros atores importantes na integração e saúde para imigrantes e refugiados;
- d) elaboração em conjunto de estratégias de sensibilização e capacitação dos profissionais dos equipamentos de saúde e assistência da cidade de São Paulo para o acolhimento de imigrantes e refugiados;
- e) interlocução com o poder público para proposições de políticas públicas no campo da saúde do imigrante.

A título de ilustração, trazemos uma vinheta de discussão de caso interdisciplinar e interinstitucional que envolve vários serviços da rede. O eixo da discussão deu-se a partir de uma orientação médica para um casal de imigrantes não ter mais filhos. O casal já tinha dois filhos portadores de anemia falciforme (condição que atinge preponderantemente algumas populações oriundas da África e é cercada por muitas crenças de fundo mágico-religioso). A profissional diz que “eles não poderiam ter mais filhos, pois nasceriam com a doença”. Apesar da orientação médica, a mãe acaba por engravidar. Segundo ela, o seu filho nasceu com essas dificuldades porque as famílias, dela e do marido, não aprovavam a união deles.

Os pais entendiam a condição do filho como uma maldição dos familiares, que não atuaria no terceiro filho porque a maldição não atravessaria o oceano. A discussão girou sobre os diferentes saberes que circulavam em paralelo, de modo a que a simples informação médica sem um trabalho com a organização cultural do casal não gerava o efeito esperado: doença genética ou advinda de uma maldição. Considerou-se que a saúde ocidental, científica, também é uma modalidade do sistema de crenças, e as convicções também em nosso meio são baseadas em crenças religiosas e científicas. Muitas são as questões: como amparar e cuidar dessa família? Eles têm direito de ter outro filho? Os profissionais de saúde têm direito de impedir? Ponderou-se que a busca por ter um segundo filho fica articulada com o desejo de ter autorizada a relação amorosa pelos familiares.

O casal precisou romper com as suas famílias de origem e sair de seu país para estarem juntos. Ainda, sem essas considerações, as intervenções dos profissionais de saúde junto aos pais poderiam ser entendidas como mais uma desaprovação dessa união. Trabalhou-se sobre modalidades de intervenção considerando e incluindo a cultura e os processos do imigrante.

Destacamos que a discussão envolveu vários profissionais da saúde e dos direitos humanos - enfermeiros, advogados, psicólogos, médicos, assistentes sociais, entre outros -, e que a discussão de um caso se desdobra em inúmeras outras situações desse tipo, silenciadas no campo da saúde e do direito dada a delicadeza e complexidade das questões que envolve. Poder abrir e debater questões complexas a partir de uma situação concreta supõe a efetivação de uma rede transferencial onde não há o imperativo de um saber, mas guiada por um não saber na condução de um caso.

É interessante notar que como a rede não é institucionalizada, sendo a participação dos profissionais espontânea e bastante assídua. Os atores presentes são, particularmente, os que se sentem sensibilizados pelas questões relativas à imigração e ao refúgio, e que na ausência de subsídio de formações ou capacitações em seus próprios equipamentos, buscam na rede transferencial um meio de se fortalecerem enquanto profissionais, assim como seus lugares de trabalho.

A multidisciplinaridade no acolhimento aos refugiados permite intervenções que levem em conta o contexto cultural e a realidade social, política, cultural e subjetiva de imigrantes e refugiados, e que essas vivências possam ser menos marcadas pela violência e mais pela riqueza do que pode ser uma experiência migratória.

### *6.3 Veredas: uma posição ético-política do analista*

A escuta que propomos se utiliza da presença e da palavra. Uma presença em que o analista é convocado a suportar e servir de mola ao relançamento das significações. Nesse sentido, em nossa clínica, a “presença da palavra” que se suporta pela “presença do analista” ocorre na diversidade das intervenções: em atividades grupais sobre várias temáticas, em oficinas, em escutas singulares, na publicização dos acontecimentos e conflitos nas instituições e vida social. Tentamos operar com a noção de migração tanto na clínica como no social e no político. É uma posição.

Apresentamos o trabalho e a elaboração de uma prática psicanalítica que contribui para emergência de um sujeito que se separa da ordenação vigente que o sacrifica, para comparecer como quem questiona essa ordem e se movimenta criando ações de transformação; nessa dimensão, é reconhecendo-se como falta-a-ser que a alteridade, a diferença, não é significada como ameaça mas como encontro, com o qual se faz o novo. Avançamos através da ética da

psicanálise, não recuando nas situações difíceis e de impasse sociopolítica, tentando promover um enquadre transferencial onde na urgência seja possível a emergência do sujeito.

Ao lidar com sujeitos expostos cotidianamente a situações de violência de Estado, identificamos o desafio, para o trabalho de psicólogos, psicanalistas e demais clínicos, de encontrar formas de atuação que não individualizem adoecimentos que são originariamente sociais. Há que se cuidar, contudo, para não perder de vista a importância dos espaços de acolhimento, que até por não individualizarem a opressão podem sustentar a potência daqueles que foram sistematicamente oprimidos e também a possibilidade de construção de resistências coletivas à opressão e humilhação social.

Pode-se dizer que o psicanalista escuta o sujeito quando não o confunde com o modo, muitas vezes degradado, no qual ele é apresentado no laço social. Laço, nesse caso, marcado por preconceitos de classe, raça, gênero e cultura. Tais preconceitos levam ao sofrimento para além da dor de existir, ou dos padecimentos neuróticos ou psicóticos, o sofrimento sociopolítico: considerar essa dimensão permite elucidar os modos de enredamento do sujeito a seu gozo, desejo, saber e verdade, nas estratégias de poder e os seus impasses nestes tempos sombrios (Rosa, 2018).

Nesse ponto destacamos a resistência do analista à escuta. A condição dessa escuta será enfrentar a resistência dos clínicos frente ao horror e ao gozo nas cenas vividas mas também sobretudo resistência de classe social, cultural, que quer manter modos de vida ameaçados caso o outro acesse ao lugar de fala.

Há várias dimensões presentes nas narrativas: o endereçamento, a posição enunciativa, a referência, uma perda, uma escolha, uma partida, um esquecimento, o reconhecimento e seus rastros, um tempo *a posteriori*, um elemento disparador da narrativa. Indicamos diferentes tempos para o sujeito separar-se do acontecimento, formular uma narrativa e contar uma saga que situe o sujeito em sua história e na história da comunidade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, salientamos algumas direções do tratamento:

- não confundir o silêncio neurótico com silenciamento traumático – o que imprime outras marcas às intervenções.
- separar a alienação estrutural do sujeito ao discurso do Outro, da alienação ao discurso social e ideológico. – problema dos diagnósticos antecipados.
- separar o acontecimento violento (não traumático) e a produção do traumático, trabalho do sujeito.
- a construção de uma narrativa de si: De vítima ou algoz para sujeito político, testemunha de um tempo. Com isso restituir um campo mínimo de significantes que possam circular, referidos ao campo do Outro.

- ir até o sujeito, fazer presença, dar contorno ao eu, lembrar seus apoios identitários, referir-se à história do país, às condições que permitiram a emergência do acontecimento violento. OU seja, desnaturalizar as condições de miséria e desmascarar o conflito social do qual fazem parte: para isso as intervenções visam: desarticular gozos, recuperar memórias e a história.
- repensar as bases do pacto social vigente.
- reposicionar o sujeito em relação ao seu discurso, seu luto, sua voz.

## NOTAS

<sup>1</sup> Aqui fazemos referência à famosa metáfora proposta por Freud ([1918], 2010) em Os caminhos da terapia psicanalítica, onde ele distingue o “ouro puro da análise” e o “cobre da sugestão direta”, colocando-se como questão a transformação que a psicanálise deveria aceitar a fim de ser operante em contextos de pobreza e em espaços de assistência social.

<sup>2</sup> Para mais detalhes da equipe atual e do presente do projeto Veredas: [www.veredaspsi.com.br](http://www.veredaspsi.com.br)

<sup>3</sup> “Toda pessoa é livre de deixar todo país” Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948

<sup>4</sup> Ao longo do ano de 2018, a *Oficina Canção de si* foi desenvolvida por nossos colegas Tiago Sanches Nogueira e Julia Florez.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, S. L. de S. **A experiência do luto em situação de violência: entre duas mortes.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 2011.

BROIDE, E. E. **A supervisão como interrogante da práxis analítica:** Desejo de analista e a transmissão da psicanálise. São Paulo: Escuta, 2017.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas.** Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wpcontent/uploads/2014/12/dudh.pdf>>.

FREUD, S. **História de uma neurose infantil:** (“O homem dos lobos”): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Trad. e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GEBRIM, A. Imigração e Saúde Mental : desafios clínico-políticos. In: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2015.** 1ª ed. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2015, p. 179183.

LACAN, J. A ciência e a verdade. In: \_\_\_\_\_. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Seminário, Livro XIV. A lógica do fantasma.** (Seminário inédito, aula de 10/05/1967). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_. **Seminário 17 - o avesso da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MORO, M. R. **Grandir en situation transculturelle.** Bruxelles: Fabert, 2010.

- PUJÓ, M. "Trauma e desamparo", **Revista Psicoanálisis y el hospital, Clínica do Desamparo**. Buenos Aires: Ediciones Del Seminario, vol. 17, p.29, 2000.
- ROSA, M.D. & NOGUEIRA SANCHES, T. "Intimidade e alteridade: a experiência do refúgio e a clínica psicanalítica", **Calibán - Revista Latino Americana de Psicanálise**. Tema: Intimidade. Volume 15, n.1, 2017.
- ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Editora Escuta / FAPESP, 2016.
- ROSA, M. D.; BERTA, S.; CARIGNATO, T.; ALENCAR, S. A condição errante do desejo e a prática psicanalítica clínico-política. São Paulo: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. vol.12 n. 3 São Paulo Set. 2009.
- SEINCMAN, P. M. (2017). **Rede transferencial e a clínica migrante: psicanálise em urgência social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

## RESUMO

O Grupo Veredas - Psicanálise e Imigração consiste em um projeto de extensão do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL) da USP, coordenado pela Profa. Dra. Miriam Debieux Rosa. Apresentaremos seu campo epistemológico teórico-clínico de articulação entre psicanálise, sociedade e política. Procuramos escutar a experiência de sujeitos afetados diretamente por fatos sociais e políticos que levam à exclusão, segregação e consequente migração do país de origem e a busca de refúgio em país estrangeiro ou dentro do próprio país. Nesse artigo apresentamos os desafios clínico políticos que os trabalhos em várias instituições de acolhimento a imigrantes e refugiados nos incitaram a desenvolver. Destacamos as coordenadas da clínica frente às violências que chamamos de clínica do traumático, a clínica migrante, os acolhimentos que temos chamados de psicanálise de um só momento, a oficina de canção de si, a rede transferencial e a construção da Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes e Refugiados.

**Palavras-chave:** trauma; sofrimento sociopolítico; migração.

## ABSTRACT

The Veredas Group - Psychoanalysis and Immigration consists of an extension project of the Laboratory of Psychoanalysis, Society and Politics (PSOPOL) of USP, coordinated by Professor Miriam Debieux Rosa, PhD. Initially, we will present its theoretical and clinical epistemological field of articulation between psychoanalysis, society and politics. We seek to listen to the experience of subjects directly affected by social and political facts that lead to the exclusion, segregation and consequent emigration of the country of origin and the search for refuge in a foreign country or migration within the country itself. In this article we present the political clinical challenges that we found in the psychoanalytic care in the several institutions for immigrants and refugees challenges that have encouraged us to create. We highlight the coordinates of the psychoanalytic clinic in cases where there are violence and we name the various aspects: traumatic clinic, migrant clinic, the so-called psychoanalysis one encounter, the self-song workshop, the transference network and the construction of the Health Care Network for Immigrants and Refugees.

**Keywords:** Trauma; sociopolitical suffering; migration.

# Serviços de saúde mental para imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo: contribuições para um debate

*Luciana de Andrade Carvalho\**

*Janaína Alves Sampaio Cruz\*\**

*Leonardo Augusto Negreiros Parente Capela Sampaio\*\*\**

*Alexandre Branco Pereira\*\*\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

A questão migratória tem ganhado grande relevância nos últimos anos no cenário brasileiro, com destaque para a cidade de São Paulo. O número de imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio que vêm ao Brasil tem aumentado gradativamente, especialmente após 2010. Na Polícia Federal, em 2010, foram feitos 59.442 novos registros de estrangeiros (SINCRE, 2016); já em 2015, este número foi de 117.745 (VELASCO & MANTOVANI, 2016; CAVALCANTI et al, 2015). O aumento também é observado em relação ao número de refugiados e solicitantes de refúgio: em 2010 foram feitas 966 novas solicitações de refúgio e haviam 3.904 refugiados reconhecidos; em 2017, houve 33.866 solicitações e o número de refúgios concedidos chegou a 10.145. Desses, 5.134 refugiados continuavam morando no Brasil em 2017 (SNL, 2016, 2017).

---

\* Médica Psiquiatra colaboradora do Programa de Psiquiatria Social e Cultural (ProSol) IPq HCFMUSP

\*\* Médica Psiquiatra colaboradora do Programa de Psiquiatria Social (ProSol) IPq HCFMUSP. Mestranda do Instituto de Estudos Brasileiros-USP.

\*\*\* Médico Psiquiatra Assistente do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - IPq HCFMUSP. Coordenador do Programa de Psiquiatria Social (ProSol) IPq HCFMUSP. Mestrando do Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP

\*\*\*\* Antropólogo Mestrando no programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar (PPGAS/UFSCar), membro do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/UFSCar). Colaborador do Programa de Psiquiatria Social e Cultural (ProSol) IPq HCFMUSP. Voluntário no Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo e do coletivo Conviva Diferente

Na cidade de São Paulo também foi observado um aumento no número de imigrantes. Segundo o Censo de 2010, havia 151.029 imigrantes em São Paulo (IBGE, 2010) e, em registros da Polícia Federal de 2016, São Paulo já contava com 385.120 imigrantes residentes. Em São Paulo, as nacionalidades mais numerosas de imigrantes são: portugueses, bolivianos e chineses (SÃO PAULO COSMOPOLIS, 2017). Por mais que os dados oficiais sejam subestimados, é possível observar um crescimento da presença dos migrantes.

Há muitas décadas, existem na cidade projetos, associações e organizações não-governamentais (ONG) que realizam projetos voltados a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo. Estas ações estavam praticamente restritas à sociedade civil até o ano de 2013. A partir deste ano a prefeitura começou a desenvolver algumas ações específicas à população de imigrantes e refugiados, com a criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) que tem uma coordenação voltada a esta população, hoje chamada de Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção de Trabalho Decente (SMDHC, 2018). Projetos de centros de acolhida específicos para imigrantes e refugiados, assim como projetos para a facilitação no acesso a documentação foram implementados nos últimos anos (CRAI, 2015).

Na área da saúde, as discussões e ações voltadas à população imigrante já ocorrem há algum tempo. No entanto, ainda não existem projetos específicos. Em 2016, a Secretaria Municipal de Saúde realizou um projeto para aumentar a conscientização de profissionais de saúde do SUS em relação a xenofobia e discriminação, por meio de grupos facilitados por imigrantes e refugiados (GAETA et al, 2017). No entanto, discussões acerca de especificidades no cuidado e formas de melhorar o acesso ainda são restritas à academia e grupos de profissionais que trabalham com esta população.

Imigrantes e refugiados que chegam ao Brasil têm direito, em teoria, a acessar o Sistema Único de Saúde (SUS), que é universal e gratuito (BRASIL, 1988). A situação real, no entanto é bem distinta, pois além das dificuldades já vivenciadas pela população brasileira neste acesso à saúde, como poucos horários para consulta, longo tempo de espera, número restrito de profissionais (ALMEIDA, 2013), imigrantes e refugiados enfrentam outros entraves como: barreiras linguísticas, desinformação em relação a direitos, gratuidade e funcionamento, dificuldades quanto ao transporte derivadas do estabelecimento de moradia em regiões periféricas da cidade (SILVA, 2009; WALDMAN, 2011; SÃO PAULO, 2015). Alguns destes impedimentos podem ser contornados por políticas públicas implementadas visando a outros grupos vulneráveis, na falta de diretrizes que os contemplassem integralmente. A portaria 940/2011, criada para a população em situação de rua, é um exemplo disso, pois dispensa a exigência de se apresentar o endereço do domicílio permanente para aquisição do Cartão Nacional de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). Em São Paulo, ações desenvolvidas que promovem acesso e permitem um melhor cuidado de

grupos de imigrantes dependem das estratégias desenvolvidas pelos próprios profissionais dos serviços, como se observa na UBS Bom Retiro, que vem há mais de 10 anos desenvolvendo um trabalho com a comunidade boliviana (AGUIAR, 2013 ; STEFFENS & MARTINS, 2016)

## 2 SAÚDE MENTAL E MIGRAÇÃO

A saúde mental é uma questão bastante estudada em relação à migração. Considera-se que a mobilidade humana coloca o indivíduo diante de novas realidades e desafios, requerendo um processo de adaptação que pode não ser fácil para muitas pessoas. À título de ilustração de como tais questões aparecem, na Psicologia Intercultural se fala em aculturação, que é quando ocorre o encontro entre culturas diferentes, levando a reações diferentes dos indivíduos, podendo haver assimilação, integração, separação ou segregação (BERRY, 2005; DANTAS, 2012). Além disso, nos últimos anos também passou a se falar de “síndrome de Ulisses”, uma categoria criada por um psiquiatra espanhol para definir um conjunto de sintomas manifestados por migrantes que se encontram em situações de privação social e incerteza de futuro, além de terem vivido diversas perdas no processo migratório. A ideia dessa categoria é dar relevância à questão migratória, não se restringindo apenas aos sintomas (ACHOTEGUI, 2012). Porém, questiona-se se a criação de um tipo de diagnóstico que não leve à patologização do indivíduo migrante (KNOBLOCH, 2015; PUSSETTI, 2012).

Apesar de migrantes se exporem a diversos estressores, não se observam índices mais elevados de transtornos mentais comuns em imigrantes quando comparados a populações locais (KIRKBRIDE & JONES, 2011). A exceção se faz para refugiados, que costumam apresentar taxas mais elevadas que a população local, principalmente de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (KIRMAYER et al, 2011; TURRINI et al, 2017). Além disso, existem vários estudos que mostram que migrantes têm maiores taxas de quadros psicóticos (CANTOR-GRAAE & SELTEN, 2005), porém, ainda não é claro se isso está relacionado à migração em si, a eventos prévios à migração ou a eventos pós-migração (como discriminação) (VELING et al , 2008; MORGAN & HUTCHINSON, 2010). Também existe uma discussão importante em relação à metodologia utilizada em muitos desses estudos, uma vez que muitos foram feitos na Inglaterra com imigrantes negros, oriundos de ex-colônias inglesas (MORGAN et al , 2010). Pode haver um viés na forma de diagnosticar, pois médicos brancos costumam realizar mais diagnósticos de psicose em negros , por não compreenderem certos repertórios culturais e formas de expressão de sofrimento, por racismo e assimetrias de poder (FERNANDO, 1991; WILLIAMS & EARL, 2007).

Ao pensar em cuidados em saúde mental para imigrantes e refugiados, portanto, deve-se levar em conta o contexto do indivíduo, tanto o pré-migratório quanto o pós-migratório. Uma boa avaliação deve ser capaz de relacionar as

queixas e sintomas às situações de vida e significados atribuídos (KIRMAYER et al, 2011). Isto é de extrema importância e vale para qualquer caso, para imigrantes e refugiados em situação de maior privação social. Dessa forma, modelos biopsicossociais, apesar de sua grande abrangência, podem ajudar a dar conta da complexidade apresentada.

Além disso, deve-se ressaltar a questão da barreira linguística, que torna a avaliação em saúde mental bastante prejudicada. O discurso do indivíduo é um dos elementos mais importantes para a avaliação: o que ele conta sobre sua história de vida, o que ele sente, o que ele pensa. Outro ponto que sofre com esta barreira é a psicoterapia, uma das principais ferramentas terapêuticas disponíveis, e que pode ser impossível de ser feita em alguns casos (DOW, 2011; GIACCO et al, 2014).

Também existem diferentes compreensões e concepções sobre o que é saúde mental, doença mental, loucura, se são categorias válidas e até de que forma abordar ou cuidar disso. A ida a um psiquiatra ou psicólogo pode ser altamente estigmatizada por algumas pessoas, o que dificulta a busca por estes profissionais e a oferta de cuidado.

### 3 SERVIÇOS DE APOIO PSICOLÓGICO ESPECÍFICOS A IMIGRANTES E REFUGIADOS

Na experiência de profissionais e organizações que trabalham com imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo, reconhece-se uma demanda por um suporte em saúde mental dessa população. Muitas vezes os problemas estão ligados a questões sociais (estar sem emprego ou estar em moradia temporária), sendo que a indefinição de certas situações também geram angústia.

O desafio para aqueles que começaram a trabalhar nesta área sempre foi o de conseguir desenhar serviços que fossem capazes de atender à demanda de uma forma que fosse bem recebida pela população em questão.

De uma maneira geral, existem grupos e profissionais que trabalham com suporte psicológico ou psicoterapia, ligados a ONGs, Instituições de ensino ou centros de acolhidas. O profissional de saúde mental estando nestes locais é capaz de se aproximar de queixas e questões vividas, assim como realizar as articulações necessárias com profissionais de outras áreas, como assistência social e direito. Por se tratar de um tema complexo e multifacetado é através do trabalho multidisciplinar em rede que é possível dar algum tipo de resposta ou encaminhamento a problemas levantados por uma avaliação que leva em conta o contexto do indivíduo (KIRMAYER et al, 2011; SEINCMAN, 2017).

A seguir enumeramos e apresentamos brevemente alguns dos serviços de suporte psicológico ou psicoterápico voltado a imigrantes e refugiados presentes hoje na cidade de São Paulo.

## **I) ONGs**

### *a) Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo (Caritas)*

O Centro de Referência para Refugiados é um projeto da Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP) é voltado apenas para o atendimento de refugiados e solicitantes de refúgio. Ele foi fundado em 1989. Atualmente, ele é composto pelos programas de proteção, integração, assistência social e saúde mental, realizando orientações, avaliações e encaminhamentos relacionados a questões legais, sociais e trabalhistas, visando a uma melhor integração local (CARITAS, 2018).

O programa de saúde mental, foi iniciado em 1998 (SANTANA & LOTUFO NETO, 2004) a partir de um projeto de uma psiquiatra. Até 2007, o programa contava com esta psiquiatra e uma psicoterapeuta como parte da equipe. Nos anos seguintes, houve mudanças na estrutura da Caritas e a equipe de saúde mental foi mudando seu perfil, tendo sempre pelo menos um psiquiatra e um psicólogo. A partir de 2016, o programa passou a ter apenas uma psicóloga. O trabalho sempre se baseou na realização de oficinas (grupo que realiza uma atividade específica em conjunto), grupos de conversa (psicoterapêuticos ou não) e atendimentos individuais.

### *b) Missão Paz*

Projeto de missionários scalabrinianos criado nos anos 1930 para fornecer auxílio a migrantes. Atualmente, o projeto tem 4 elementos: a Casa do Migrante, a Pastoral do Migrante, o Centro de Estudos Migratórios e a Igreja da Nossa Senhora da Paz. A Pastoral do Migrante tem diversos projetos para auxiliar os migrantes em relação a questões de documentação, trabalho, saúde e assistência social (MISSÃO PAZ, 2018).

Tanto na Casa do Migrante como na Pastoral, há grupos que provêm suporte psicológico desde 2001 (RABINES, 2014).

## **II) Projetos**

### *a) Grupo Veredas: Imigração e Psicanálise*

O “Veredas” é um projeto de extensão universitária ligado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Seu trabalho se iniciou em 2004, a partir de um trabalho de pós-doutorado (ROSA et al, 2015).

A partir da teoria psicanalítica o grupo desenvolve um trabalho de acolhimento e escuta para os moradores da Casa do Migrante, da Missão Paz (CARIGNATO et al, 2006; ROSA, 2012, VEREDAS, 2018). Nos últimos anos, passou a atender na Pastoral do Migrante da Missão Paz e está desenvolvendo um projeto em parceria com o Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI).

## b) Projeto Ponte

O projeto Ponte é parte do Instituto Sedes Sapientiae. Ele foi fundado em 2010 e oferece atendimentos em grupos para migrantes nacionais e internacionais, tendo a psicanálise como sua base teórica. Mais recentemente fez parceria com o CRAI para atender os profissionais que estão com os imigrantes e que necessitam de suporte psicológico (PROJETO PONTE, 2018).

### III) Centros de Acolhida

Existem 5 centros de acolhida governamentais que são exclusivos para a população de imigrantes e refugiados. Centros de Acolhida são moradias coletivas para pessoas que estão sem residência. Essas moradias têm caráter temporário, normalmente o indivíduo pode ficar lá por alguns meses. É comum que haja psicólogos como parte da equipe e que oferecem apoio psicológico.

- Centro de Acolhida para Imigrantes - Bela Vista: administrado pela organização SEFRAS
- Centro de Acolhida para Imigrantes – Bom Retiro: administrado pela Instituição Lygia Jardim, apenas para mulheres e crianças.
- Centro de Acolhida para Imigrantes – Pari: administrado pela Missão Scalabriniana
- Centro de Acolhida para Imigrantes – Penha: administrado pela Associação das Irmãs Palotinas, apenas para mulheres e crianças
- Casa de Passagem Terra Nova: administrado pela CROPH, apenas para refugiados/solicitantes de refúgio ou vítimas de tráfico humano que estejam na cidade há menos de 3 meses.

### IV) Centros Temporários de Acolhimento (CTA)

Os CTAs foram criados em 2017 para acolhimento rápido, disponibilizando mais vagas além daquelas existentes nos centros de acolhida da cidade. Existem 19 CTAs atualmente (SÃO PAULO, 2014), sendo que dois deles foram destinados em 2018 para o abrigo de venezuelanos trazidos para São Paulo (SÃO PAULO, 2018); . Eles contam com psicólogos como parte das suas respectivas equipes:

- CTA São Mateus
- CTA Butantã

#### 3.1 Programa de psiquiatria social e cultural - PROSOL

Em relação a suporte psiquiátrico, existe apenas um serviço especializado em São Paulo. Atualmente, ele se chama Programa de Psiquiatria Social e Cultural (ProSol). Ele foi criado em 1997 no Instituto de Psiquiatria (IPq) do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) IPq/

HC/USP. O ProSol surgiu a partir de uma demanda da Secretaria Estadual de Saúde e começou por meio de uma parceria com o Centro de Referência para Refugiados da CASP. A equipe da Caritas havia detectado uma demanda por cuidados em saúde mental nos refugiados e solicitantes de refúgio que atendia. Indivíduos que necessitassem desse cuidado específico seriam encaminhados ao serviço no IPq. No entanto, os indivíduos não iam ao hospital. Com isso, a equipe do serviço passou a frequentar a Caritas para identificar os problemas. A partir dessas ações, estruturou-se um núcleo de saúde mental na própria Caritas (SANTANA & LOTUFO NETO, 2004).

No início, o núcleo de saúde mental na Caritas contava com uma psiquiatra (que estruturou o núcleo) e uma psicoterapeuta. O trabalho se baseava em atendimentos individuais e oficinas em sala de espera, que tinham a Arteterapia como base. Além disso, a presença de profissionais de saúde mental discutindo casos e dificuldades nos atendimentos com outros membros da equipe se mostrou de grande importância. Avaliações psiquiátricas eram realizadas na CASP, casos de maior complexidade e que necessitassem de medicação eram encaminhados ao serviço ambulatorial iniciado no IPq/HC/USP (SANTANA & LOTUFO NETO, 2004).

Hoje, tanto o ambulatório do IPq/HC/USP quanto o programa de saúde mental da Caritas estão bastante diferentes, uma vez que, ao longo dos anos, as demandas, a estruturação da rede e os profissionais foram mudando. Como mencionado anteriormente, o programa de saúde mental da Caritas conta com uma psicóloga contratada que realiza atendimentos individuais e articulações com parceiros para desenvolver outras atividades.

O ProSol acontece durante uma manhã por semana no próprio IPq/HC/USP, que faz parte de um hospital de nível terciário. Os encaminhamentos no SUS seguem a lógica da hierarquia por níveis de complexidade. A porta de entrada do sistema de saúde é o nível primário, representado pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), hospitais de média complexidade são os de nível secundário. A complexidade é determinada pela gravidade da doença apresentada e tratamentos que tecnologias mais avançadas e custosas. O paciente deve iniciar no nível primário e ser gradativamente encaminhado até atingir o nível terciário. Quando se fala em tecnologias, entende-se “equipamentos”. No entanto, na área de saúde, o conceito de tecnologia pode ser expandido e compreendido como um conjunto de ferramentas necessárias para a realização do trabalho. Como o trabalho em saúde pressupõe uma relação entre profissional de saúde e paciente em algum ponto, existem algumas “ferramentas” que podem ser usadas nesta relação. Para estabelecer uma distinção entre as tecnologias em saúde existentes, utilizam-se as denominações: leves, leve-duras e duras. Estas, dizem respeito a equipamentos e instrumentos (como um aparelho de Ressonância Magnética) e as leve-duras são ligadas a um saber técnico estruturado. As tecnologias leves são aquelas ligadas às relações humanas e ao ato do cuidado (MERHY, 2002). No caso do ProSol, a complexidade da população atendida não está no nível do transtorno, mas sim no nível social, psíquico e relacional. Há necessidade de tecnologias leves e leve-duras mais elaboradas para a realização deste trabalho.

A grande maioria dos encaminhamentos de imigrantes e refugiados que o ProSol recebe são oriundos de ONGs ou centros de acolhida. A escolha por manter esta forma de recepção, além de estar ligada à origem do ambulatório, também se relaciona à possibilidade de garantir acesso a este grupo. As mudanças na vida de um imigrante ou refugiado que chega ao país sem emprego e rede de suporte social são bastante complexas. Normalmente, o principal suporte vem de ONGs. A moradia, por exemplo, é um centro de acolhida (do qual deve sair em três meses, normalmente) e pode demorar a conseguir trabalho. Entendendo as limitações para o acesso a serviço de psiquiatria, receber os encaminhamentos de diferentes serviços vai ao encontro do princípio de equidade do SUS. A equidade é um dos princípios do SUS, e tem como objetivo a diminuição das desigualdades. Reconhecendo que há diferenças entre as pessoas, elas vão acessar os serviços de formas diferentes, tendo mais ou menos dificuldades (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). Para garantir o acesso a todos, é preciso, portanto, desenvolver ações para auxiliar as pessoas que encontram barreiras e a ultrapassa-las. Com isso, o ProSol compreende que é importante poder receber migrantes internacionais dos serviços que eles frequentam e que podem encaminhá-los. Além da dificuldade de acesso para imigrantes e refugiados, existem as barreiras linguísticas, culturais e de informação. No serviço há profissionais que falam algumas línguas, há contato com intérpretes e se encoraja que estes busquem se especializar em interpretação na área de saúde. Também é possível marcar consultas com um tempo de espera menor do que em outros serviços e há a realização de acolhimento, caso alguém apareça sem consulta marcada.

Outro fator importante para o grupo de refugiados e solicitantes de refúgio é a construção da confiança (FELDMANN et al, 2007; MURRAY et al, 2010). Se um refugiado é encaminhado a nosso serviço por algum profissional ou amigo de sua confiança, há mais chances dele vir. Isto é evidenciado a partir de um levantamento realizado com dados (ainda não publicados) em que os anos com maior número de primeiras consultas (2012 e 2014) foram os anos em que a psiquiatra contratada na Caritas também atendia no ambulatório no IPq. A psiquiatra realizava a avaliação na CASP e, ao encaminhar ao hospital, reforçava que estaria lá e receberia o paciente. Em 2018, o antropólogo da equipe tornou-se voluntário na Caritas e tem feito esta ponte, o aumento no comparecimento das pessoas encaminhadas já foi percebido pela equipe.

O trabalho desenvolvido utiliza estudos da Psiquiatria Cultural como base. Não é comum aprender sobre esta área e como questões culturais influenciam em quadros psiquiátricos nos períodos de residências de Psiquiatria do Brasil. A Psiquiatria Cultural tem suas origens no século XIX, ligada à busca da universalidade dos transtornos mentais: se eles existiam em todos os lugares do planeta, se havia alguns casos específicos de certos lugares e se a apresentação psicopatológica seria semelhante. Estes questionamentos estavam muito ligados a ideias preconceituosas de raça, evolução e civilização (KIRMAYER, 2007). Hoje em dia, entende-se que a cultura influencia na forma como pessoas expressam

sofrimento e manifestam sintomas. Mais do que isso, a relação terapêutica e tratamentos oferecidos também são influenciados. Para poder compreender melhor o contexto e ponto de vista do paciente, é preciso investigar suas concepções sobre seu quadro. O trabalho de Arthur Kleinman é de grande importância para auxiliar nesta investigação (KLEINMAN 1978, 1988; KLEINMAN & BENSON, 2006).

Atualmente, o ProSol conta com psiquiatras, psicólogos e antropólogos em sua equipe. Todos são voluntários. Também há residentes de Psiquiatria fazendo a sua especialização no IPq, e que realizam atendimentos como parte de sua formação. No momento, as principais atividades assistenciais têm sido consultas psiquiátricas e gerência de casos. Os profissionais não médicos são gerentes de caso, estabelecendo uma relação longitudinal com o paciente, considerando os aspectos não médicos (culturais, sociais, econômicos e simbólicos) que venham a ser importantes para construção de uma abordagem terapêutica mais integral.

Nos atendimentos psiquiátricos, pretende-se fazer Psiquiatria de uma forma que o diagnóstico psiquiátrico de um transtorno seja visto como mais um elemento na vida do indivíduo e que interage com outros como: eventos passados, eventos presentes, questões culturais, questões subjetivas, rede de suporte social atual, demandas além da saúde.

Pretende-se que a conduta vá além da prescrição de um medicamento. Discute-se com o paciente suas impressões e receios em relação à medicação, orienta-se sobre outros espaços a buscar e elementos que podem enriquecer a vida do indivíduo, realizando orientações que extrapolam a dimensão médica do problema, como encaminhamentos para cursos de português, programas de empregabilidade, serviços de auxílio em regularização migratória, de assistência social e para outras atividades diversas. O contato com outros serviços que atendem a esta população é bastante importante para articular algumas demandas que surgem. Assim, o ProSol preza pela estruturação e fortalecimento de uma rede extra-hospitalar.

O serviço, no entanto, encontra dificuldades para prover um cuidado que consideraríamos mais adequado. O fato de os atendimentos acontecerem apenas de manhã e uma vez por semana é um empecilho a muitas pessoas, principalmente se iniciam um novo trabalho. Muitos não querem levar uma declaração de comparecimento num hospital psiquiátrico para seu patrão no período probatório. Para algumas pessoas, também é onerosa e desgastante a vinda até o hospital, que fica numa região central da cidade. Morando em centro de acolhida, muitas vezes se consegue um suporte (em geral dinheiro para a passagem), porém, ao sair, pode já não ser mais tão fácil conseguir o suporte dinheiro, além do tempo de deslocamento, uma vez que muitos imigrantes e refugiados estão indo morar em bairros periféricos.

Como o ambulatório ocorre dentro de um hospital psiquiátrico, algumas pessoas se sentem incomodadas ao encontrarem-se com outros pacientes, além do estigma de se perceber entrando em um hospital voltado ao cuidado de pessoas com transtornos mentais.

## 4 CONCLUSÃO

A cidade de São Paulo apresenta uma história longa na atenção a imigrantes e refugiados. Com o aumento do número de novos migrantes internacionais nos últimos anos, os serviços existentes tiveram de rever suas estruturas e novos serviços foram criados. Na área da saúde mental existem trabalhos sendo realizados há décadas. Os desenhos dessas abordagens e serviços foram construídos a partir das demandas e perfis dos imigrantes e refugiados, com o objetivo de atender às suas necessidades. Estes trabalhos são e devem ser dinâmicos, prontos a realizarem auto-observação e autocrítica de tempos em tempos, uma vez que o perfil da população atendida (em qualidade e quantidade) muda conforme os movimentos globais (políticos, econômicos, sociais, ambientais etc).

O trabalho em rede surge como um elemento de grande importância para a promoção da saúde mental dos migrantes. Suas necessidades não são atendidas apenas por especialistas médicos ou psicólogos, atender as demandas por moradia e emprego é um grande promotor de saúde mental.

O presente trabalho apresentou um conjunto de serviços especializados (psiquiátricos e psicológicos) presentes em São Paulo que pretendem oferecer um cuidado sensível a especificidades da experiência migrante e a questões culturais. Porém, existem outras formas de cuidado e redes que se estruturam independente da sua ligação com a área da saúde. Organizações comunitárias, religiosas e políticas compõem uma rede de suporte de enorme importância, consistindo em outras formas de cuidado que podem ser muito mais potentes do que o que é ofertado no hospital. É preciso integra-las na rede de saúde para que se possa prover um cuidado verdadeiramente mais integral.

## REFERÊNCIAS

- ACHOTEGUI, J. Emigrar hoy en situaciones extremas: el síndrome de Ulisses. **Aloma**, v. 30 n. 2 p79-86, 2012.
- AGUIAR, M. E. **Tecnologias e cuidado em saúde**: a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o caso do imigrante boliviano e coreano no bairro do Bom Retiro - SP. Dissertação de mestrado. Faculdade de Medicina, Programa de Medicina Preventiva. São Paulo: USP, 2013.
- ALMEIDA, D. N. A. Saúde no Brasil: impasses e desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde-SUS. **Revista Psicologia e Saúde**. Campo Grande, v. 5, n. 1, p 01-09, jan./jun. 2013.
- BERRY, J.W. Acculturation: living successfully in two cultures. **International Journal of Intercultural Relations**, n. 29, p 697-712, 2005.
- BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoofederal.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoofederal.pdf)> . Acesso em: 01 nov. 2018

- CANTOR-GRAAE, E.; SELTEN, J.P. Schizophrenia and migration: a meta-analysis and review. **American Journal of Psychiatry**. v. 162 n.1 p12-24. jan. 2005.
- CARIGNATO, T.T.; ROSA, M.D.; BERTA, S.L. Imigrantes, migrantes e refugiados: encontros na radicalidade estrangeira. **REMHU**, ano XIV, n. 26 e 27, 2006.
- CARITAS. **Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo. São paulo**: CARITAS, 2018. Disponível em: <[http://www.caritassp.org.br/?page\\_id=85](http://www.caritassp.org.br/?page_id=85)> . Acesso em: 01 nov. 2018
- CARITAS. **Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo. São paulo**: CARITAS, 2018. Disponível em: <<http://caritassprefugio.wixsite.com/casp/a-caritas>> . Acesso em: 01 nov. 2018
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D., **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Anuário 2015**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília-DF: OBMigra, 2015. Disponível em: <[ftp://ftp.mtps.gov.br/obmigra/dados/anuarios/anuario\\_OBMIGRA\\_final.pdf](ftp://ftp.mtps.gov.br/obmigra/dados/anuarios/anuario_OBMIGRA_final.pdf)> . Acesso em: 01 nov. 2018
- CENTRO DE REFERÊNCIA E ACOLHIDA A IMIGRANTES-CRAI. **Relatório Anual 2014-2015**. Coordenação de Políticas para Migrantes - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Prefeitura de São Paulo. 2015. São Paulo: CRAI, 2018. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Relatorio%20Anual%20CRAI.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Relatorio%20Anual%20CRAI.pdf)> . Acesso em 01 nov. 2018
- DANTAS, S. D. Orientação e Psicoterapia Intercultural. In: DANTAS, S. D. (Org.). **Diálogos Interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais**. São Paulo: IEA/U SP, 2012.
- DOW, H. D. Migrants' Mental Health Perceptions and Barriers to Receiving Mental Health Services. **Home Health Care Management & Practice**. v.23 n.3 p176-185, 2011.
- FELDMANN, C. T.; BENSING, J.M.; RUIJTER, A. BOEIJEL, H.R. Afghan refugees and their general practitioners in The Netherlands: to trust or not to trust? **Sociology of Health & Illness**. v. 29 n.4, 2007.
- FERNANDO, S. **Mental health, race and culture**. London, UK: Palgrave Macmillan; 1991.
- GAETA, R. M.; SILVEIRA-JUNIOR, N. C.; OLIVEIRA, G.L.; LEITE, A.S.C.; OROZCO, Y.P.; FERREIRA, F.R.; DOS SANTOS, M.C. A implantação da política municipal de saúde para imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo/SP. In: ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Inovação e direito à saúde na cidade de São Paulo (2013-2016)**. Brasília-DF: OPAS; 2017. Disponível em: <<http://iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/34091>> . Acesso em 01 nov. 2018
- GIACCO, D.; MATAVOV, A. PRIEBE, S. Providing mental healthcare to immigrants: current challenges and new strategies. **Curr Opin Psychiatry**. v.27 n.4 p282-288. 2014
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2017b). **Censo Demográfico 1940-2010**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>>. Acesso em: 01 nov. 2018
- KIRKBRIDE, J. B.; JONES, P. B. Epidemiological aspects of migration and mental illness. In: BHUGRA, D.; GUPTA, S. (ed.). **Migration and Mental Health**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

- KIRMAYER, L. J. Cultural psychiatry in historical perspective. In: BHUGRA, D. ; BHUI, K. (Ed), **Textbook of Cultural Psychiatry** (pp. 3-19). Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- KIRMAYER, L. J.; NARASIAH, L.; MUNOZ, M.; RASHID, M.; RYDER, A. G.; GUZDER, J.; HASSAN, G.; ROUSSEAU, C.; POTTIE, K. Common mental health problems in immigrants and refugees: general approach in primary care. **Canadian Medical Association Journal**, 183:1–9, 2011.
- KLEINMAN, A.; EISENBERG, L.; GOOD, B. Culture, Illness, and Care: clinical lessons from anthropologic and cross-cultural research. **Annals of Internal Medicine**. v. 88 p251-258, 1978.
- KLEINMAN, A. **Rethinking Psychiatry: from cultural category to personal experience**. New York: Free Press, 1988.
- KLEINMAN, A.; BENSON, P. Anthropology in the Clinic: The Problem of Cultural Competency and How to Fix It. **PLOS Medicine**. v.3 n.10 p1673-1676, out 2006
- KNOBLOCH, F. Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental. **Psicol. USP**, v. 26 n. 2 p169-74, mai-ago. 2015.
- MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Princípios do SUS**. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus>> . Acesso em: 01 nov. 2018
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_populacao\\_situacao\\_rua.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf)> . Acesso em: 01 nov. 2018
- MISSÃO PAZ. **Acolhimento**. Disponível em: <<http://www.missaospaz.org>> . Acesso em: 01 nov. 2018
- MORGAN, C.; HUTCHINSON, G. The social determinants of psychosis in migrant and ethnic minority populations: a public health tragedy. **Psychol Med Journal**. v. 40 p705–709, 2010.
- MORGAN, C.; CHARALAMBIDES, M; HUTCHINSON, G.; MURRAY, R. M. Migration, Ethnicity, and Psychosis: Toward a Sociodevelopmental Model. **Schizophrenia Bulletin**. v.36 n.4 p655-664, jul. 2010.
- MURRAY, K. E.; DAVIDSON, G. R.; SCHWEITZER, R. D. Review of Refugee Mental Health Interventions Following Resettlement: Best Practices and Recommendations. **American Journal of Orthopsychiatry**. v.80 n.4 p576–585, out 2010.
- PROJETO PONTE. **Projeto Ponte**. Disponível em: <<http://projetopontesedes.com.br>> . Acesso em 01 nov. 2018
- PUSSETTI, C. “O Silêncio dos Inocentes”. Os paradoxos do assistencialismo e os mártires do Mediterrâneo. **Interface (Botucatu)**. v. 21 n. 61 p263-72, 2012.
- RABINES, B C. A. Y. **Sul-americanos atendidos no serviço psicossocial do Centro Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo: resgate da memória do atendimento a oitenta e seis imigrantes entre 2001 e 2004**. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia/USP. São Paulo: USP, , 2014.
- ROSA, M. D. Migrantes, imigrantes e refugiados: a clínica do traumático. **Revista de Cultura e Extensão USP**. São Paulo, v. 7, 2012.

- ROSA, M. D.; ALENCAR, S. L.; CARIGNATO, T. T., MOUNTIAN, I. Apresentação - Desigualdades, deslocamentos: clínica e políticas na imigração e refúgio. **Psicologia. USP**. São Paulo, v. 26 n. 2, mai/ago 2015.
- SANTANA, C. L. A.; LOTUFO NETO, F. Psicodinâmica e cultura: a implantação de um programa de saúde mental para refugiados em São Paulo. In: BIAGGI, D. S.; PAIVA, G. J. (Org). **Psicologia, E/Imigração e Cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004
- SÃO PAULO. (Município). **Acolhimento para Imigrantes**. 10/12/2014.  
Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/migrantes/crai/index.php?p=186982](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/crai/index.php?p=186982)>. Acesso em: 01 nov. 2018
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde (Coordenação de Epidemiologia e Informação) CEInfo. Alguns aspectos da saúde de imigrantes e refugiados recentes no município de São Paulo. **Boletim CEInfo Análise**. São Paulo, Ano X, nº 13, Dez 2015.  
Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/publicacoes/Boletim\\_CEInfo\\_Analise\\_13.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/publicacoes/Boletim_CEInfo_Analise_13.pdf)> . Acesso em: 01 nov. 2018
- SÃO PAULO. (Município). **Prefeito visita CTA São Mateus, que abriga imigrantes venezuelanos**. 2018(b). Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeito-visita-cta-sao-mateus-que-abriga-imigrantes-venezuelanos>> . Acesso em: 01 nov. 2018
- SÃO PAULO COSMÓPOLIS. (Org.) **Imigrantes em São Paulo: diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos**. São Paulo: IRI-USP, 2017. 170 p.  
Disponível em: <<http://143.107.26.205/documentos/eBook%20Cosmopolis.pdf>> .  
Acesso em: 01 nov. 2018
- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA (SNL). **Refúgio em números, 2016**. Brasília-DF: MJSP, 2017.  
Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017\\_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf](http://www.justica.gov.br/news/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf)> .  
Acesso em: 01 nov. 2018
- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA (SNL). **Refúgio em números, 2017. – 3ª ed.**. Brasília-DF: MJSP, 2017. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros\\_1104.pdf/view](http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view)> .  
Acesso em: 01 nov. 2018
- SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DE SÃO PAULO (SMDHC), Prefeitura de São Paulo. **A secretaria**. Disponível em:  
<[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/a\\_secretaria/index.php?p=148581](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/a_secretaria/index.php?p=148581)> . Acesso em: 01 nov. 2018
- SEINCMAN, P. M. **Rede Transferencial e a clínica migrante: psicanálise e urgência social**. Dissertação de mestrado, Programa de Psicologia Social/PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, 2017.
- SILVA, E. C. C. Rompendo barreiras: os bolivianos e o acesso aos serviços de saúde na cidade de São Paulo. *Travessia*. São Paulo, , Ano XXII, nº 63, p26-31, jan – abr. 2009.
- SISTEMA NACIONAL DE CADASTRAMENTO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS (SINCRES). **Base de dados 2015**. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/anuarios>> .  
Acesso em: 01 nov. 2018
- STEFFENS, I.; MARTINS, J. “Falta um Jorge”: a saúde na política municipal para migrantes de São Paulo (SP). **Lua Nova**. São Paulo, v.98 p275-299, 2016.

- TURRINI, G.; PURGATO, M.; BALLETTTE, F.; NOSÈ, M.; OSTUZZI, G.; BARBUI, C. Common mental disorders in asylum seekers and refugees: umbrella review of prevalence and intervention studies. **Jornal Internacional de Sistemas de Saúde Mental**. v.11 n.51, 2017.
- VELASCO, C.; MANTOVANI, F. Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF. **Portal G1**. 25 de junho de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>> . Acesso em: 01 Nov. 2018
- VELING, W., HOEK, H.W.; MACKENBACH, J. P. Perceived discrimination and the risk of schizophrenia in ethnic minorities: a case-control study. **Social psychiatry and psychiatric epidemiology[Journal]**. v.43 p953–959, 2008.
- VEREDAS. **Saúde mental** Disponível em: <<https://www.veredapsi.com.br/sobre>> . Acesso em: 01 nov. 2018
- WALDMAN, T. C. Movimentos Migratórios sob a perspectiva do Direito à Saúde: Imigrantes bolivianas em São Paulo. **Revista de Direito Sanitário. São Paulo**, v.12 n.1 p 90-114. 2011.
- WILLIAMS, D. R.; EARL, T. R. Commentary: race and mental health—more questions than answers. **International Journal of Epidemiology**. v.36 p758–760, 2007.

## RESUMO

O número de imigrantes e refugiados aumentou nos últimos anos no Brasil e na cidade de São Paulo. Há anos, a cidade de São Paulo se caracteriza como um polo de atração de migrantes, havendo diversos serviços já voltados a esta população. Porém, com a mudança do perfil e número, os serviços têm se reinventado para atender às demandas. As questões de saúde mental surgiram como elementos importantes na percepção de profissionais, o que fez com que programas e projetos fossem desenvolvidos para garantir um suporte específico. São apresentados brevemente alguns serviços de suporte em saúde mental para esta população existentes hoje na cidade de São Paulo. O Programa de Psiquiatria Social e Cultural (ProSol), que presta atendimento psiquiátrico, é apresentado em maiores detalhes considerando suas especificidades na provisão de acesso e cuidado a imigrantes e refugiados.

**Palavras-chave:** imigrantes; refugiados; serviços de saúde mental; psiquiatria cultural

## ABSTRACT

The number of immigrants and refugees has increased in recent years in Brazil and the city of São Paulo. For years, the city of São Paulo has been characterized as a pole of attraction for migrants, with several services already destined to this population. However, with the change in profile and number, services have reinvented themselves to meet the demands. Mental health issues emerged as important elements in the perception of professionals, which meant that programs and projects were developed to guarantee specific support. Some mental health support services are presented briefly for this population today in the city of São Paulo. The Program of Social and Cultural Psychiatry (ProSol), which provides psychiatric care, is presented in more detail considering its specificities in providing access and care to immigrants and refugees.

**Keywords:** immigrants; refugees; mental health services; cultural psychiatry

# Um olhar para a cultura, singularidade e saúde mental: o trabalho do Projeto Ponte Sedes

Caroline Shan Yuin Yu\*

Claudia Aparecida Barros Sagula\*\*

Heloisa Schvarzman de Araújo Silva \*\*\*

Liliana Emparan \*\*\*\*

Lisette Weissmann \*\*\*\*\*

Vania Prata \*\*\*\*\*

*Segundo a mitologia grega, Procusto era um homem muito grande, quase um gigante; seu nome significa – O Esticador. Esse gigante morava nos altos da Serra de Elêusis onde possuía uma espécie de hospedaria que abrigava os viajantes que por ali passavam a caminho de Atenas. Devido às suas habilidades de ferreiro, Procusto construiu uma cama de ferro na medida exata de seu tamanho para acomodar seus hóspedes vindos de terras distantes. Ao deitar-se em tal cama, caso o viajante não se adequasse perfeitamente às suas proporções, ou seja, se as extremidades de seu corpo fossem maiores que a cama, Procusto rapidamente cortava o que excedia. Se o viajante fosse menor que a cama, com o auxílio de instrumentos e roldanas, Procusto esticava-o até que preenchesse completamente o que faltava. Assim davam-se os dias de Procusto que munido de intensa crueldade eliminava qualquer alteridade existente entre ele e o outro.*

---

\* Psicóloga pela PUC-SP (2008). Aprimoramento em Psicoterapia Psicanalítica de casal e família pelo Instituto Sedes Sapientiae (2013). Integrante do Projeto Ponte. Atua como consultora externa em projetos com estrangeiros intercambistas da BRASPA.

\*\* Psicopedagoga e psicanalista; Instituto Sedes Sapientiae; Profa. da PUC-SP

\*\*\* Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (USP). Membro do Projeto Ponte

\*\*\*\* Doutoranda em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia Clínica da USP. Psicanalista e membro do Dpto. De Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Coordenadora do Projeto Ponte.

\*\*\*\*\* Dra. em Psicologia Clínica; Dpto de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Profa. da BSP; membro do Projeto Ponte.

\*\*\*\*\* Psicóloga (Universidade Metodista); Psicanalista (Centro de Estudos Psicanalíticos – CEP); membro do Projeto Ponte.

# 1 INTRODUÇÃO

Na dualidade entre hospitalidade e hostilidade, nenhum viajante escapava da condição narcísica de Procusto, o gigante violento que nada aceitava senão aquele que refletisse a própria imagem e suas identificações (PEREIRA, 2011).

Será que o mesmo fenômeno de intolerância às diferenças (GARCIA, 2004), apresentado no mito de Procusto, não está se repetindo no processo das migrações atuais?

Acreditamos que sim. O aumento das migrações e a produção de sujeitos deslocados, refugiados, exilados, perseguidos, “sem papéis”, indocumentados é um efeito político e multifatorial da globalização (SANTOS, 2005), que tem provocado discussões intensas e ações controversas na sociedade. Os inúmeros discursos que tentam dar conta deste mal estar contemporâneo refletem fortes ambiguidades entre o acolhimento, o assistencialismo, a exclusão e a xenofobia (VIÑAR, 1998).

Percebe-se no fenômeno migratório a manifestação latente de um conflito entre a constatação das condições precárias de vida do migrante no país de origem e a possibilidade de acolhida no país de destino. A migração implica uma condição de estrangeiro, tanto com relação ao país de origem quanto ao de acolhida. E a angústia diante do estrangeiro pode encontrar na higienização uma possibilidade de restabelecimento do conforto, tendo como medida a aculturação na tentativa de anular a alteridade, obturando o horror que a singularidade provoca (KOLTAI, 2000).

Entendemos que a migração diz de um processo de travessia, um “entre” e nos mostra que a ambiguidade está sempre presente e deve-se dar um espaço para a sua manifestação também. Escolhemos o nome Projeto Ponte Sedes pensando na importância de trazer ao trabalho com estrangeiros o questionamento do lugar de origem e destino, já que abandonar esses espaços internos não é possível psiquicamente porque eles constituem o próprio sujeito.

Como equipe de profissionais que trabalha com migrantes e refugiados percebemos a importância de cuidar também da saúde mental destes sujeitos, pois além de precisar de cuidados na saúde física é necessário olhar os aspectos emocionais. Apostamos na premissa de que a saúde é muito mais do que a ausência de sintomas. Sendo assim, acreditamos que a nossa intervenção possa favorecer a escuta do sofrimento psíquico que pode ocorrer como efeito da migração.

Em consonância com a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é: “Um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de afecções e enfermidades” (OMS, 1946).

Ainda assim, nos atentamos aos diferentes atravessamentos que cada cultura demanda ao pensar e tratar a saúde (KAËS, 1998). Portanto, nos lançamos no desafio de um olhar amplo sem perder as singularidades de cada grupo étnico.

Por isso, nossa aposta é que a intervenção psicanalítica tenha um efeito de subjetivação nos estrangeiros, já que procura devolver-lhes algum traço de sub-

jetividade perdida no processo migratório (ROSA, 2016). Ao perder o contexto compartilhado, o migrante perde referenciais que o constituíam. Com isso, neste processo, a sua identidade sofre mudanças - tem que se construir uma nova história. Se o sujeito não revisita esta identidade, compromete esta travessia. O migrante precisa admitir que perdeu alguma coisa e isso pode acarretar uma crise de identidade - precisa elaborar um conflito para construir-se novamente (FREUD, 1976). Aos poucos, ser escutado e escutar a outros começa a ser vivido como uma oportunidade de ajuda subjetiva, para estreitar os laços com outros e compartilhar vivências.

Há uma ambiguidade presente no migrante, que deve ser respeitada, assim como as resistências da língua e o tempo necessário, subjetivo, para o movimento de elaboração do processo de migração (CASTANHO, 2005). Fazemos constantemente a interlocução entre clínica e cultura em nosso trabalho; no trabalho com migrantes, devemos considerar não somente o plano simbólico ficcional, mas também devemos escutar a realidade, a cultura de cada povo, para não correr o risco de interpretar a partir de um lugar etnocêntrico e colonizador. Na tentativa de quebrar as amarras da colonização (CASTANHO et al, 2018), nos atendimentos, oferecemos um espaço para que cada sujeito e cultura tenham o seu lugar de fala e escuta.

O importante é cruzar, atravessar a ponte das lembranças e narrativas do país de onde nascemos e daquele que escolhemos viver agora, integrando a experiência de migrar.

O Projeto Ponte Sedes foi criado em 2010 e funciona na clínica psicológica do Instituto Sedes Sapientiae. O instituto é um marco na cidade de São Paulo, devido à sua posição política na defesa dos direitos humanos. Na época da ditadura no Brasil e em países vizinhos, acolheu em sua casa vários migrantes e exilados políticos, que mais tarde, contribuíram na construção do próprio Departamento de Psicanálise da instituição.

Somos uma equipe de psicanalistas que oferece atendimento psicológico/psicanalítico a refugiados, migrantes internos e internacionais, exilados, indocumentados, brasileiros retornados, enfim, todos aqueles que apresentam uma demanda por terapia relacionada ao sofrimento advindo da migração. Atendemos pacientes de diferentes origens, majoritariamente de países latino-americanos e do continente africano, oferecendo atendimentos, preferencialmente, grupais, como também familiares, institucionais e individuais.

O nosso dispositivo de atendimento clínico se baseia principalmente na sustentação do lugar de estrangeiro (KOLTAL, 1998) assumido pelo analista/coordenador de grupo ao falar em português com os pacientes (BETTS, 2000), não recorrendo ao apoio do tradutor, o que implica poder falar e ser escutado preferencialmente na língua portuguesa, ainda que possa, eventualmente, falar na sua língua de origem.

Mudar de lugar, de um país geográfico a outro corresponde a uma mudança de língua, de sonoridades, ritmos e palavras. Ao propor falar em português, mar-

camos essa condição de mudança, de travessia - um atravessamento da língua materna à língua do país de destino (EMPARAN, 2014), de um país geográfico a outro, e também que a língua materna possa ter o seu lugar (VORCARO, 2000). Entendemos então a posição de um sujeito “entre culturas”, uma vez que acolhemos também o “não saber falar”, aquilo que não se entende, representando um passado ainda presente e que se faz circular pela palavra, muitas vezes traumático, e que pode encontrar através de um processo de sublimação a possibilidade de elaboração, um ir e vir em que pode regredir para poder progredir.

Acreditamos, então, que a cultura e a língua estão em movimento e em construção – não defendemos a ideia de que o migrante precisa “reforçar” a cultura do país de origem ou que necessite se “adaptar” à cultura do país de destino às custas de uma renúncia forçada da própria identidade em busca de uma nova filiação no país de destino. Compreendemos que é um processo em que há uma dupla pertença - o migrante é filho de uma língua e da outra - e que cada cultura tem um lugar de existir (MELMAN, 1992).

Apostamos, por fim, no descolamento da posição de vitimização do migrante em direção a lugares subjetivos potentes (KOLTAL, 2012). Este é o cerne de nosso trabalho analítico, que tem o intuito de possibilitar a elaboração da travessia da migração e de promover o trabalho de subjetivação do migrante, ajudando-o a ocupar novamente o lugar de ator de sua própria história.

## 2 TRABALHO CLÍNICO-INSTITUCIONAL

No âmbito do Projeto Pontes nos deparamos com a necessidade de atender profissionais de instituições que acolhem migrantes, pois eles também apresentam um sofrimento psíquico. Na maioria das vezes, os profissionais se veem no dilema de lidar, ao mesmo tempo, com seu desejo de onipotência e a realidade de sua impotência frente as necessidades que o migrante apresenta.

Nos nossos trabalhos institucionais nota-se que existe uma forte empatia e identificação com os migrantes. Por muitas vezes os próprios profissionais também são migrantes estrangeiros ou migrantes internos e, invariavelmente, se sentem afetados pelas suas próprias histórias, trazendo à tona que também sofreram abusos e maus tratos em suas vidas. Começam a se entrelaçar os relatos das histórias de vida dos profissionais das instituições de serviço e apoio aos migrantes e os dos migrantes. Trabalhamos sobre as distintas formas de se defrontar com as dificuldades e percalços que a vida apresenta através do diálogo sobre as semelhanças, as diferenças e os afetos que aparecem frente a essas situações.

Nossa proposta ao atender os profissionais das instituições que cuidam dos migrantes é tentar criar um espaço que contenha, trabalhe e elabore as angústias inerentes à função. Por isso acreditamos na riqueza do atendimento institucional como possibilidade de ampliar o horizonte de cuidado da clínica com migrantes, multiplicando assim os efeitos de acolhida e intervenção com esses sujeitos.

### 3 TRABALHO CLÍNICO COM CASAL E FAMÍLIA

Muitas vezes, o casal e a família fazem a função de entorno fundamental para as pessoas que migram. Migrar em família é trazer parte das raízes do núcleo de origem e criar um suporte entre os membros frente ao diferente da nova cultura. Ainda que a família durante este processo de migração possa ser um bom suporte para seus membros se inserirem neste novo país, muitas vezes, ela se mostra resistente e nega a possibilidade de conhecer uma nova cultura deixando seus membros fechados dentro dela, impossibilitando-os de construir uma nova história.

Vemos a necessidade de certa abertura da cultura familiar para a formação de novos vínculos. Porém, na migração, pode existir uma fantasia familiar e coletiva na qual o migrante é aquele que “traiu”, abandonou seu país, cultura, família e comunidade. Esta fantasia de traição precisará ser elaborada por cada um de forma a adotar uma posição de pertencimento frente a cultura de origem e a do país de acolhida.

Acreditamos na importância do atendimento de casal e família, onde estas questões possam ser discutidas e trabalhadas na tentativa de facilitar que, tanto a cultura de origem, quanto a nova cultura possam ser pensadas e integradas. Assim esses sujeitos teriam condições de seguir no novo país sem perderem a sua alteridade, conseguindo construir uma interculturalidade como espaço de diálogo e mudanças (WEISSMANN, 2016).

### 4 SOBRE O TRABALHO CLÍNICO-GRUPAL

Valorizamos a escolha do grupo terapêutico, prioritariamente, por oferecer a possibilidade de encontro entre os migrantes, suas culturas e experiências vividas no processo migratório. Trabalhamos com grupos diversos, seja em nacionalidade, cultura, língua, gênero, religião e idade. Eles são oferecidos semanalmente dentro da clínica do Instituto Sedes Sapientiae.

Guiamo-nos pelo conceito de interculturalidade, no qual o grupo estrutura uma trama que vai se inscrevendo através da passagem pela diversidade cultural, em que um modifica e é modificado pelo outro. Também trabalhamos no sentido de que cada um possa apropriar-se de sua experiência de migração, uma escolha que implica perdas e ganhos. Dessa forma, apostamos na potência deste encontro como catalisador do trabalho analítico.

Nesse sentido, as funções do terapeuta, do grupo e da instituição aparecem como âncora, de forma a manter um cenário estável frente a toda instabilidade acarretada pelas migrações. Não obstante, essa função também pode representar e produzir movimento, sobretudo quando, por exemplo, o migrante tem medo de conhecer a cidade e sua gente, sair em busca de trabalho, entre outros. O processo grupal, então, suporta e convive com as faltas e as viagens de seus membros, os empregos temporários, a saudade do país de origem e da família.

Os migrantes falam, em grupo, de sentimentos de insegurança, do lugar de estrangeiro e uma sensação de estranheza que tem diferentes tempos internos para ser elaborada - pois, o que se fala é sobre a transitoriedade (FREUD, 1976), uma posição subjetiva “entre” de quem está com um pé aqui e outro lá, entre a origem e o destino. A migração implica uma condição de estrangeiro, tanto com relação ao país de origem quanto de acolhida (SAYAD, 1998).

Podemos perceber os diferentes movimentos internos de identificação de cada membro do grupo, ora idealizando o país de origem, ora negando a sua cultura de origem – uma ambiguidade presente nesta travessia da elaboração da migração.

Nossa intervenção consiste em que os membros do grupo, apesar das diferentes origens e línguas, falem português, acreditamos que o grupo ofereça suporte uns aos outros. Assim circula no grupo uma posição subjetiva entre o “não saber falar” e o “saber falar”, sustentada pela possibilidade de dizer também a partir da sua língua de origem (seja ela qual for) e de ser amparado pelos outros membros, dando lugar a um sujeito entre culturas (KAËS, 2011).

## 5 CLÍNICA AMPLIADA

Em geral, os migrantes encontram-se em uma situação de vulnerabilidade e precariedade que, por vezes, demanda direitos ao país de trânsito ou destino, principalmente com relação a moradia, emprego, transporte, cursos de português (caso do Brasil e de outros países lusófonos), equipamentos públicos de saúde, assistência jurídica, tramitação de documentos etc.. Por isso, a necessidade de estabelecer redes e parcerias com os dispositivos (grupos, ONGs, associações, Poder Público) existentes na nossa cidade. Estas são reivindicações legítimas que a sociedade precisa acolher. Por isso a importância do trabalho em rede, onde cada equipamento possa contribuir com sua especificidade, na forma de uma clínica ampliada.

Cabe compartilhar aqui que essa percepção é efeito da experiência do Projeto Ponte Sedes ao longo da sua história como projeto, desde a frustração inicial da não chegada de migrantes até a mudança de estratégia clínica, o que nos fez nos deslocar e permitiu entrar em contato com o cotidiano dos migrantes na cidade de São Paulo, bem como circular pelos espaços de diálogo sobre migração.

Esta é uma clínica que impõe desafios, como a necessidade de contato e estabelecimento de parcerias com instituições e associações por onde esses migrantes transitam, o que fortalece o trabalho em rede. Isto demanda aos analistas deslocar-se de seus equipamentos de origem e conhecer novos territórios por onde os migrantes circulam. Reconhecemos que estes sujeitos em deslocamento têm necessidades urgentes, o que nos leva, por um lado, a escutar a partir do nosso lugar singular de analistas o sofrimento psíquico dos sujeitos que migram, por outro, oferecer um lugar de fala àqueles que a sociedade não quer ouvir.

## REFERÊNCIAS

- BETTS, J. "Meu pai é melhor que o teu: considerações sobre o bilinguismo e aprendizagem da língua estrangeira." in COSTA, A. M. M. et al. **Imigrações e fundações**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.
- CASTANHO, P. **Entre línguas e afetos: uma investigação psicanalítica da língua em grupos multilíngues**. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia/USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- CASTANHO, P.; EMPARAN, L.; PRATA, V.; SAGULA, C.; SILVA, H.; WEISSMANN, L.; YU, C. A Clínica com migrantes no Projeto Ponte: analisando as heranças psíquicas da colonização. **Revista Percurso: São Paulo**, 2018 (no prelo)
- EMPARAN, L. "Limites e (im)possibilidades de atravessar as fronteiras entre a língua de origem (materna) e a estrangeira (paterna)". In: PÓVOA NETO, H. et al (Orgs.). **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. Rio de Janeiro: LéO Christiano Editorial, 2014.
- FREUD, S. "Luto e melancolia" (1914-1916). In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v.14. Rio de Janeiro: Imago 1976.
- \_\_\_\_\_. "Sobre a transitoriedade" (1916). In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v.14. Rio de Janeiro: Imago 1976.
- GARCIA, N. C. **Diferentes, desiguales y desconectados**. Mapas de la Interculturalidad. Barcelona: Gedisa, 2004.
- KAËS, R. "Différence Culturelle, Souffrance De La Langue Et Travail Du Préconscient Dans Deux Dispositifs De Groupe". In: \_\_\_\_\_. *et al.* **Différence Culturelle Et Souffrances De L'identité**. Paris: Dunod, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Um Singular Plural: A Psicanálise à Prova do Grupo**. São Paulo: Loyola, 2011.
- KOLTAI, C. (Org.) **O estrangeiro**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- \_\_\_\_\_. Política e Psicanálise. In: \_\_\_\_\_. **O estrangeiro**. São Paulo: Editora Escuta, 2000.
- \_\_\_\_\_. Identidades mortíferas em tempos de vitimização. In: PASTORI, S.; NICOLAU, R. **Encontro transcultural: subjetividade e psicopatologia no mundo globalizado**. São Paulo: Escuta, 2012.
- MELMAN, C. **Imigrantes: Incidências Subjetivas Das Mudanças de Língua e País**. São Paulo: Escuta, 1992.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)**. Nova Iorque: OMS, 1946. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAdede/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>> . Acesso em: 01/11/2018
- PEREIRA, M. Sobre a hospitalidade e a hostilidade: uma discussão do conflito frente ao imigrante. **Contextos Clínicos**, Rio Grande do Sul, 4(1):8-17, jan. -jun, 2011.
- ROSA, M. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade** São Paulo: Edusp, 1998
- SANTOS, B. S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.
- VIÑAR, M. "O Reconhecimento do próximo: notas para pensar o ódio ao estrangeiro". In: KOLTAL, C. **O Estrangeiro**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- VORCARO, A. A linguagem maternante: hipótese de trabalho sobre as condições do advento da fala e seus sintoma. In: CARIGNATO, T; ROSA, D. M.; PACHECO FILHO, R. A. **Psicanálise, cultura e migração**. São Paulo: YM Editora & Gráfica, 2002.
- WEISSMANN, L. **Interculturalidade e vínculos familiares: uma intervenção psicossocial**. Tese de Doutorado, IP/USP. São Paulo: IPq/USP, 2016.

## RESUMO

Nesse texto, pretendemos apresentar e refletir sobre o Projeto Ponte Sedes, criado em 2010 e que funciona na clínica psicológica do Instituto Sedes Sapientiae. O Projeto Ponte Sedes aponta para a importância de trazer ao trabalho com migrantes o questionamento do lugar de origem e destino, já que abandonar esses lugares internos não é possível psiquicamente porque eles constituem o próprio sujeito. Como equipe de profissionais que trabalha com migrantes e refugiados percebemos a importância dos cuidados com a saúde mental. Pois, ao perder o contexto compartilhado, o migrante perde referenciais que o constituíam. Com isso, a sua identidade sofre mudanças - tem que se construir uma nova história. Se o sujeito não revisita esta identidade, compromete a sua travessia. Os serviços de suporte em saúde mental, desenvolvidos no âmbito do Projeto Ponte Sedes, contribuem para a melhor percepção do descolamento da posição de vitimização do migrante em direção a lugares subjetivos potentes. Este é o cerne de nosso trabalho analítico, que tem o intuito de possibilitar a elaboração da travessia da migração e de promover o trabalho de subjetivação do migrante, ajudando-o a ocupar novamente o lugar de ator de sua própria história.

**Palavras-chave:** Projeto Ponte Sedes; cultura; identidade; migração; saúde mental

## ABSTRACT

In this text, we intend to present and reflect on the Ponte Sedes Project, created in 2010 and that functionate in the psychological clinic of the Sedes Sapientiae Institute. The Ponte Sedes Project indicate to the importance of bringing to work with migrants the questioning of the place of origin and destination, since abandoning these internal places is not possible psychically because they constitute the subject itself. As a team of professionals working with migrants and refugees, we understand the importance of mental health care. For, by losing the shared context, the migrant loses references that constituted it. With this, its identity undergoes changes, one has to build a new history. If the subject does not revisit this identity, it compromises their crossing. The mental health support services developed under the Ponte Sedes Project contribute to a better perception of the detachment of the migrant's victimization position towards powerful subjective places. This is the core of our analytical work, that has the aim of making possible the elaboration of the crossing and of promoting the work of subjectivation of the migrant helping him to occupy again the place of actor of his own history.

**Keywords:** Bridge Project Sedes; culture; identity; migration; mental health

# Migração Brasil - Japão: estratégias de sobrevivência cultural

*Lili Kawamura\**

## 1 INTRODUÇÃO

De fins dos anos 1980, as denominadas novas migrações internacionais, com o “boom” econômico dos países desenvolvidos, passam a compor o cenário mundial, como as migrações de latino-americanos (mexicanos e brasileiros) para os Estados Unidos, de brasileiros e peruanos (em menor proporção) para o Japão e africanos, sudeste-asiáticos e latino-americanos para países europeus, como Alemanha, Inglaterra, França, Espanha e Portugal, dentre outros. A intensificação desse processo, com novos migrantes e refugiados para várias partes do mundo, aponta para a crescente movimentação internacional de pessoas por motivos econômicos, políticos, religiosos, violência etc., em sua maioria gerados pela globalização, avanço das novas tecnologias e exclusão social. A presente migração internacional vem chamando a atenção de governantes e da população dos países de destino, com levas e levas de refugiados e movimentação de migrantes por vários motivos e para todos os lugares. Essa dinâmica chega ao nível político, com propostas crescentes de cerceamento da entrada de migrantes em países com mercados atraentes, em vista das crises mundiais e da pressão da população local, com o apoio de governos, atualmente cada vez mais autoritários. Estados Unidos da América - EUA, países europeus como Itália, Alemanha, Inglaterra, Espanha, tradicionais receptores de migrantes passam a adotar medidas de contenção imigratória, sendo seguidos por outros países, principalmente sob governos autoritários, crescentes no atual contexto mundial.

Nos anos 1980 e 1990, EUA, países europeus e o Japão abriram suas fronteiras para trabalhadores estrangeiros, para atender seus interesses de mercado. Japão, como potência tecnológica mundial, com necessidade premente de mão-de-obra, a partir do final dos anos 1980, busca descendentes de japoneses fora do país (*Nikkei*), o que evitaria a diversidade étnica e cultural da sociedade

---

\* *Doutora em Sociologia - USP; Pós-Doutorado- Universidade de Nagoya / Japón; Livre docência - Unicamp; Foi Professora Associada Unicamp; Profa visitante de la Univ. de Tsukuba y Univ. Tenri (Japão); Profa. Colaboradora da Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto (Japão); Atual Pesquisadora sobre Migrações Internacionais*

nipônica, além de favorecer maior integração, com a equivocada ideia de que os *Nikkei* portariam a tradicional cultura nipônica. Tanto os empregadores japoneses quanto os trabalhadores brasileiros ou peruanos eram movidos basicamente por objetivos econômicos. No entanto, as questões que se apresentam nas relações entre japoneses e migrantes fundamentam-se basicamente nas diferenças culturais.

Quem eram os *Nikkei*, primeiros migrantes entre a América Latina e o Japão? Esse grupo foi duplamente homogeneizado. No país de origem, os descendentes eram avaliados, mesmo que integrados na sociedade, por seu fenótipo, sendo identificados como “japoneses”. Em outros países latino-americanos eram identificados como chineses ou coreanos, conforme a maioria no local. Essa situação expressa o desconhecimento cultural dos países de origem dos descendentes, bem como o histórico preconceito e discriminação contra as pessoas não originárias da Europa, em decorrência das antigas políticas de branqueamento da população pelas elites e governos, contra a presença dos africanos escravizados no país e de imigrantes asiáticos (DEZEM, 2005; TAKEUCHI, 2002). De sua parte, os antigos imigrantes japoneses na América Latina, em particular no Brasil, também se distanciavam do entorno, preservando sua tradição, com vistas ao retorno breve e discriminando os locais como “*gaijin*” (estrangeiros), o que manifesta a sua efetiva condição social deslocada no país. No Japão, mesmo com fenótipo similar, *Nikkei* significava “*gaijin*” (estrangeiro), especialmente pela origem fora do país e pela acentuada diferença cultural. Essa dupla homogeneização colocava a maioria migrante com problema de identidade. No Brasil era chamado de “japonês” e no Japão onde esperava realmente ser “japonês” era tratado como estrangeiro, brasileiro, enfim, “*gaijin*”.

A atual dinâmica migratória mundial coloca lado a lado portadores de padrões culturais muito diferentes gerando encontros e desencontros sociais e culturais, tanto nos lugares de destino quanto nos de saída, o que depende da maior ou menor abertura ao processo migratório nesses lugares. Nos dias atuais, a tendência “nacionalista” dos países que historicamente recebiam migrantes, cerrando ou dificultando a entrada de trabalhadores e moradores estrangeiros, principalmente refugiados, conduzem ao agravamento dos desencontros e tensões decorrentes. Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália e Japão, por exemplo, colocam obstáculos cada vez mais rígidos para a imigração. O desenvolvimento da migração enquanto processo histórico não ocorre de modo linear senão contraditoriamente. As crises econômico-financeiras e políticas internacionais e nacionais, em especial após 2008 e, no Japão, o tsunami e o desastre nuclear, com a generalizada diminuição de oportunidades de trabalho e de acesso aos bens materiais e culturais contribuíram para a adesão das populações locais às políticas de fechamento a imigrantes. O retorno em massa dos migrantes para seus países de origem, diminuem drasticamente a proporção

de migrantes brasileiros no Japão, que de mais de 300.000 na década de 90 passa a menos que 180.000, a partir de 2008, ocupando a quarta posição dentre os estrangeiros no Japão, precedidos por chineses, coreanos e filipinos, apesar do aumento dos brasileiros com visto permanente.

Brasileiros e outros grupos da América Latina passam a enfrentar o problema da rejeição de sua entrada em outros países e, contraditoriamente, a defesa do fechamento para a imigração de estrangeiros para seus países, como a atual onda migratória de venezuelanos e outros latino-americanos para o Brasil, Colômbia, Peru, Equador, México, Chile, Panamá e Argentina. Em momentos de expansão econômica e social, principalmente por países com falta de mão-de-obra por vários motivos, inclusive diminuição da população jovem e ativa, acelera a demanda de trabalhadores estrangeiros, como ocorre atualmente, com a recuperação do Japão, a despeito das profundas diferenças culturais.

## 2 ENCONTROS E DESENCONTROS CULTURAIS

Cultura é entendida aqui genericamente como modos de pensar, sentir e agir, que se transformam histórica e contraditoriamente movendo pessoas, grupos e multidões. Ao contrário de uma abstração fixa no tempo e no espaço, dinamizam os processos produzidos, em momentos de transformação histórica, na articulação de diferenças culturais que incluem os hibridismos culturais (BHABHA, 1998). Nessa abordagem, encontros e desencontros culturais se expressam em níveis de profundidade variados e de forma contraditória conforme a inserção social dos estrangeiros nos diferentes estratos e classes sociais.

Os migrantes levam ao Japão um *background* cultural complexo, sem aquela equivocada visão cultural homogênea e estática dos empregadores no país julgando que facilitariam a inserção no trabalho e na sociedade. Contraria também a visão distorcida no Brasil sobre a homogeneidade da população *Nikkei* no país, quando os descendentes são geralmente identificados como japoneses, com base apenas no fenótipo. A heterogeneidade manifesta-se não só fisicamente, com o crescimento da mestiçagem, mas cultural e socialmente. Atualmente essa diversidade se faz presente na migração para o Japão.

A principal especificidade da atual migração para o Japão está na exigência da ascendência japonesa, com a equivocada ideia do Japão de que as comunidades nipônicas no exterior seriam guardiãs da tradicional cultura do país. O foco do Japão na população *Nikkei* (descendentes de japoneses nascidos no exterior) do Brasil, onde se encontra o maior contingente, seguido de longe por Peru, em fins dos anos 1980 e início de 1990, desencadeou medidas migratórias que facilitariam a migração de brasileiros com ascendência nipônica para aquele país, inclusive com mudanças nas leis da Imigração japonesa.

O processo migratório dependia dos intermediários (empreiteiras) para as providências documentais, para inserção no trabalho e na moradia. Inclusive, as empresas exigiam a inserção de trabalhadores estrangeiros via empreiteiras, no sistema de terceirização que atinge também trabalhadores japoneses, para as empresas se desincumbirem dos encargos trabalhistas. No início, migrantes *Nikkei* se sentiam isolados e espalhados entre os moradores locais, que os discriminavam por preconceito ao desconhecido e pela situação desfavorável como trabalhador braçal em funções desprezadas pelos japoneses, apesar da semelhança física. Nessa época, as novas tecnologias da comunicação eram incipientes, o que reforçava a solidão dos migrantes, que buscavam reunir-se com seus patrícios, mesmo que esporadicamente, recebendo notícias do Brasil através de revistas ou jornais que passavam de mão em mão. Os encontros entre eles incomodavam os vizinhos japoneses que não aceitavam as manifestações dos *Nikkei* brasileiros, peruanos e outros latino-americanos, como falar em voz alta à noite em grupos, ouvir música em alto som, e expressar emoções como abraçar e beijar em público. Nessas ocasiões, ocorriam manifestações hostis de ambas as partes, com a solicitação policial pelos locais, decorrentes principalmente do estranhamento cultural entre si, chegando a agressões físicas e verbais.

Na época, a sociedade japonesa apresentava sinais de fechamento social e cultural, especialmente em cidades interioranas, evitando contatos com estrangeiros, especialmente quando estes chegavam em levadas para ocupar funções rejeitadas pelos trabalhadores japoneses, como acontecia com a quase totalidade dos migrantes latino-americanos. O fechamento do povo nipônico, que muitos alegam ao fator da localização geográfica, fundamenta-se, principalmente, na herança dos valores implementados na época do Japão imperialista, como povo guerreiro e superior que merecia dominar a Ásia e posteriormente outras regiões. Essa visão esteve presente nos imigrantes japoneses no Brasil, antes e durante a II Guerra Mundial, de forma tão acirrada, que, quando o Japão perdeu a Guerra, houve manifestações violentas dentre os próprios imigrantes, em defesa dos valores e invencibilidade do país por defensores do Japão Potência contra os denominados derrotistas, que aceitaram a realidade da perda. Desde a entrada no Brasil e outros países latino-americanos, os imigrantes procuravam manter seus valores, padrões de conduta, idioma, escolarização, religião e alimentação, com o intuito de regressar ao Japão, na medida em que se consideravam pertencer a um povo superior. No Brasil, Peru e outros países da América Latina, os imigrantes japoneses consideravam os moradores locais como “*gaijin*” (estrangeiro) e tendiam a se agrupar em comunidades, prática que persiste até hoje em algumas regiões, como Yuba (comunidade exclusiva de imigrantes japoneses e descendentes, seguindo regras da tradição nipônica), Biritiba Mirim em Mogi das Cruzes e locais da cidade de Promissão, todos no estado de São Paulo.

A segregação se baseia tanto na tendência de agrupamento dos imigrantes quanto no distanciamento da população local, além do mútuo preconceito e discriminação de ambas as partes. A população brasileira e outros latino-americanos herdaram a valorização do branqueamento da população, pregando a inferioridade étnica dos povos de origem não europeia. Para ambas as partes o “outro” desconhecido e diferente compreende uma incógnita do “mal”, que deve ser evitado, para não “contaminar” o seu grupo, o que leva ao contínuo distanciamento e até a hostilidade, que transpareceram no período da II Guerra Mundial. De modo geral, atualmente, a herança cultural do *Nikkei* brasileiro expressa uma dupla influência: a tradicional cultura japonesa dos imigrantes e a formação cultural dentro da sociedade brasileira, na medida de sua inserção em instituições sociais, culturais e políticas.

Apesar das mudanças históricas no sentido da convivência em diferentes setores da sociedade, com maior integração social e cultural, hoje ainda permanecem resquícios do preconceito e discriminação, de ambas as partes. Os descendentes dos imigrantes, por mais integrados social e culturalmente são identificados, pela população local, como “japoneses” com base exclusivamente no fenótipo. De sua parte, parcelas consideráveis de descendentes passam a se sentir japoneses no Brasil, especialmente os que mantêm uma elevada influência cultural e convivência grupal através de associações representativas e grupos específicos relacionados com a moderna cultura pop japonesa, como “cosplay”, “mangá” e “animés”. (LUYTEN, 2005; SATO, 2007; KAWAMURA, 2016).

Na atual migração para o Japão, os migrantes *Nikkei* mantêm a esperança de serem considerados japoneses, o que não acontece, mesmo falando o idioma. As palavras ultrapassadas e os caracteres comportamentais e de expressão corporal, associados com aspectos culturais tradicionais internalizados no Brasil, mediante a influência dos ancestrais imigrantes, colocam o *Nikkei* como “*gaijin*” (estrangeiros) aos olhos da atual população nipônica. Ademais, pela própria legislação, que fundamenta a nacionalidade por herança de sangue, os estrangeiros nascidos no país são registrados conforme a origem dos pais, como os coreanos e chineses há várias gerações no país.

Historicamente, a migração brasileira, peruana e de outros latino-americanos para o Japão, deveu-se a necessidade do mercado de trabalho no país e não com o intuito de reintegração de descendentes dos seus antigos emigrantes. Desse modo, apesar da migração ter se iniciado em fins dos anos 1980, há cerca de 40 anos e apesar da permanência de famílias migrantes no país, para no ar a possibilidade de os trabalhadores serem descartáveis, principalmente em períodos de crises e dificuldades nos países de destino. Como mencionamos antes, a precária contratação terceirizada através de empreiteiras facilita o descarte rápido. Hoje, com o fácil acesso às novas tecnologias de comunicação e a vivência digital como parte cotidiana da vida, as relações sociais de modo

geral, fragilizadas no mundo atual, passam a ser definidas através desse meio (BAUMAN, 2011).

A forte diferença cultural provocou desentendimentos e conflitos em diversos setores de vivência dos migrantes. No trabalho, onde o processo é rígido, os brasileiros julgavam poder “dar um jeitinho” e conseguir os mesmos resultados; na moradia, ao manter costumes adotados no Brasil, como conversar em grupo em voz alta na rua, ouvir som em volume elevado, abraçar e beijar em público e não dispor corretamente o lixo de acordo com as rígidas regras do país, eram motivos de desavenças. O mesmo ocorria nas escolas, desentendimentos entre alunos migrantes, seus pais e escolas, por falta de material escolar, lição de casa, corte de cabelo, etc., além do “*ijime*”, (*bullying*), prática comum contra estudantes “diferentes”, mesmo patrícios. Confrontos também ocorriam em lojas de consumo, por desentendimentos culturais e assim por diante.

Nesses 40 anos da migração, ao lado de desencontros culturais, com o impacto das diferenças, foram criadas medidas governamentais e não governamentais com o objetivo de amenizar os conflitos e adaptar os imigrantes ao trabalho, à moradia, à escola e a outros setores por eles frequentados. A introdução de atividades de intermediação dos migrantes brasileiros orientava-se no sentido de incentivos a “japonização” e instalação de meios de facilitar a comunicabilidade entre eles e os japoneses nos locais de trabalho, de escolarização e no mercado de consumo (KAWAMURA, 2003). Assim, surgem “assessores” em escolas japonesas intermediando a escola, os estudantes e famílias. Além disso, setores comerciais japoneses e algumas instituições públicas passam, gradativamente, a colocar indicações e orientações em língua portuguesa e espanhola. As associações culturais introduzem atividades específicas para os migrantes brasileiros e peruanos, buscando sua inserção em atividades culturais locais. De modo geral, o entorno japonês valoriza os migrantes que apresentavam resultados positivos mediante a “japonização”. Esse processo ocorreu facilmente com crianças e jovens nascidos no Japão e escolarizados no sistema educacional do país, o que provocou desencontros culturais entre pais migrantes e seus filhos, destacando uma nova forma de questionamento de identidade. Anteriormente, os migrantes adultos *Nikkei* aceitavam a identidade japonesa, julgando que seriam tratados como tal no Japão. Ao serem considerados brasileiros ou estrangeiros (*gaijin*), os migrantes entravam em crise de identidade. Se no Brasil eram denominados japoneses e no Japão eram chamados de “*gaijin*”, “qual sua identidade?” Já os jovens e crianças nascidas no Japão manifestam a questão “ser ou não ser japonês?” sentindo-se verdadeiramente um japonês, imbuídos da atual cultura nipônica, no entanto, sem aceitação de sua cidadania japonesa.

**Foto 1:** Adolescentes e jovens “japoneses” posam para foto no Japão



Foto da autora

De sua parte, os migrantes desenvolveram uma convivência mútua formando núcleos, localizados inicialmente perto das empresas empregadoras, como cidades de Oizumi, com o agrupamento denominado “Brazilian City (YOKOYAMA, et al (1997); Hamamatsu, com elevado contingente de brasileiros; Toyota (“Homidanchi”); Toyohashi e Kanagawa. Hoje os núcleos de brasileiros estão espalhados por quase todo o país. Os locais de vivência coletiva constituem-se, além de moradias, de abastecimento e convivência de acordo com os padrões próprios, como supermercados, restaurantes, “fitness”, serviços e escolas com conteúdos escolares do Brasil, evidentemente com influências culturais japonesas. A infraestrutura dos núcleos vem atraindo os novos migrantes que já contam com um espaço onde podem extravasar os padrões de comportamento trazidos do Brasil, sem problemas, na medida em que os migrantes vivem isolados da sociedade japonesa. Os núcleos representam o papel dos grandes centros de diversão dos países altamente organizados como o Japão, Estados Unidos, Inglaterra, França, etc., que se espalham pelo mundo, onde as pessoas precisam se liberar para fugir do estresse cotidiano, como “Playcenters”, grandes shows musicais, bares, etc. (FEATHERSTONE, 1995). A integração dos migrantes brasileiros entre si, buscando uma autossuficiência em sua vivência, provoca um hiato dos núcleos com o entorno social japonês. Esse distanciamento favorece o fortalecimento dos padrões de conduta dos migrantes em detrimento da integração a sociedade local, bem como vem diminuindo os desencontros sociais entre brasileiros e japoneses.

Interessante notar a ocorrência das principais festividades e costumes da culinária, esporte e diversão adotados por migrantes no Japão, mesmo que anteriormente não participassem ativamente das festividades folclóricas

(carnaval, festas juninas, etc.), como manifestação da “brasilidade” ou “amor à pátria”. O mesmo ocorre com a alimentação (feijoada, churrasco), a música (samba, sertaneja), dança, futebol dentre outras atividades. Na antiga migração dos japoneses para o Brasil, também foram incentivadas as festividades e comemorações do Japão, com o objetivo de educar os descendentes na tradição do país e retornar como verdadeiros japoneses (HANDA, 1980). Em geral, a migração traz à tona uma nostalgia de sua vivência “romantizada” no país de origem. Na atual migração de brasileiros para o Japão, com idas e vindas contínuas, diferentemente da imigração dos ancestrais para o Brasil, o sentimento nostálgico de sua vivência anterior pode repetir-se em relação a um ou outro país deixado para trás, ora o Japão, ora o Brasil, o que não acontecia com a antiga migração de japoneses ao Brasil, imbuídos do nacionalismo beirando o fanatismo, principalmente no período da II Guerra Mundial.

Apesar do hiato entre os núcleos brasileiros, e peruanos e a sociedade japonesa, esse segmento se insere no mercado japonês não apenas como fornecedora de trabalhadores, mas também como objeto exótico para turismo. No presente, os núcleos brasileiros e as atividades folclóricas brasileiras no Japão passam a ser elementos exóticos e constam de roteiros turísticos para japoneses e outros estrangeiros.

**Foto 2:** *Imigrantes brasileiros descendentes de japoneses apresentam atividades culturais no Japão.*



Foto da autora

Mesmo com fenótipo semelhante, os migrantes brasileiros e peruanos e outros latino-americanos, em vista do modo específico de conduta e valores bem diferentes dos padrões locais, e por serem encaminhados para funções que os trabalhadores locais rejeitam, sofrem preconceito e discriminação pela população japonesa, nos locais do trabalho, escola e outros locais frequentados por japoneses,

gerando desentendimentos e conflitos. Os espaços próprios constituem-se em redutos de expressão dos costumes e atividades relativas a origem dos migrantes, além da possibilidade de acesso aos produtos e serviços do país de origem, sem necessidade de mudar profundamente seus hábitos. Isso não significa uma total integração e entendimento entre si, mas significa uma perspectiva de apoio e comunicabilidade em vários pontos do país, diferentemente dos períodos iniciais da migração, com a vivência individual entre a população japonesa local, com os desencontros que mencionamos anteriormente, quando os brasileiros eram seguidos por seguranças nos supermercados ou lojas de conveniência e ter que enfrentar a polícia chamada pelos vizinhos por conversas em voz alta nas ruas durante a noite. O “outro” desconhecido representa não só o diferente, mas o mal que perturba a tranquilidade dos moradores e assim sucessivamente. Também o “outro” na ótica dos migrantes significa o opressor, com caráter frio, preconceituoso e discriminador. Ambos os lados se avaliam mutuamente de acordo com os respectivos padrões culturais neles internalizados. Quanto mais acentuada a diferença cultural mais forte o preconceito e a discriminação.

O distanciamento entre os imigrantes e a população local decorre da aglutinação dos migrantes em espaços próprios, mas também pela não comunicabilidade, por desconhecimento do idioma, dos valores e padrões de conduta. Além disso, a maioria dos migrantes brasileiros, peruanos e demais latino-americanos colocam-se arredios à “japonização”, com exceção das famílias que desejam a permanência no país ou que tenham filhos nascidos ou criados no Japão, com formação cultural e escolar nos padrões educacionais do país. É interessante observar que mesmo culturalmente integrados, como o caso dos coreanos e chineses, com várias gerações nascidas no país, estes não são considerados cidadãos japoneses, mas sim identificados como coreanos e chineses.

Atualmente, a experiência conjunta de 40 anos possibilitou a população local aceitar a presença dos migrantes latino-americanos, cada vez mais diversificada, com a presença crescente de mestiços e não descendentes de japoneses, além dos jovens e crianças nascidas e criadas desde tenra idade na cultura japonesa, sem considerar os demais migrantes do sudeste asiático (Filipinas, Tailândia, Coreia, China, Bangladesh e outros) (KOMAI, 1995). A diversificação étnica e cultural no país e a inserção mundial da população japonesa através das novas tecnologias permite ao Japão sair da redoma cultural e social. Contudo, não significa o fim do preconceito e da discriminação com o “diferente”, especialmente a presença que incomoda ou se situe em funções tradicionalmente rejeitadas pela população. Tradicionalmente os próprios japoneses eram socialmente segregados por exercerem atividades desvalorizadas como açougueiro, coveiro, lixeiro e afins.

Apesar da convivência distanciada entre migrantes e a população local, surgem medidas de aproximação, pois tanto japoneses quanto brasileiros buscam

atividades que sugerem contatos, como cursos de língua e cultura brasileira, danças, esportes (artes marciais e futebol), culinária, sem, no entanto, significar total integração e assimilação. Escolas japonesas buscam incluir o idioma e elementos culturais dos migrantes e escolas brasileiras adotam o ensino do idioma e aspectos culturais locais. Se na migração inicial o sistema educacional procurava reforçar a “japonização” dos estudantes migrantes, atualmente há, por exemplo, esforços em busca de conhecimento do sistema educacional brasileiro, com grupos de educadores em visita a escolas no Brasil. De sua parte migrantes brasileiros, como peruanos e outros latino-americanos, por trabalharem em grande maioria em empresas e serviços japoneses, incorporam influências culturais em suas atividades no trabalho, na moradia, no lazer, no consumo tecnológico, nos *animés*, mangás, músicas e danças. Contudo, nem os japoneses se tornam culturalmente brasileiros ou latino-americanos e nem os migrantes se transformam em japoneses. As mudanças, muitas vezes independentes das vontades individuais e coletivas, significam estratégias de sobrevivência social e cultural de migrantes no meio desconhecido.

### 3 IDENTIDADES, NOVAS FORMAS CULTURAIS E PERMANÊNCIA TRANSITÓRIA

As migrações de brasileiros para o Japão colocam de modo compulsório grupos culturalmente diferentes vivendo, lado a lado, sob os rígidos padrões culturais do país. Os migrantes carregam consigo valores, costumes, condutas de sua vivência anterior, de modo diferenciado conforme as variedades de influências recebidas no país de origem. Não consiste simplesmente na dicotomia entre migrante e a população local, em vista da complexidade cultural dinâmica entre os integrantes de cada grupo social (CANCLINI, 1998) e suas influências mútuas.

No Japão, os núcleos de vivência de migrantes brasileiros, que se expandiram a partir de meados da década 90, funcionam como locais de encontros, reunião e pontos ligados em redes, por onde transitam os migrantes brasileiros ou outros latino-americanos, mesmo desconhecendo o idioma e os costumes do país. Na maioria das vezes, os locais de vivência foram designados compulsoriamente por empreiteiras contratantes. Outras vezes, a escolha dependeu do baixo custo ou pela presença de grupos patrícios nos locais. No início os migrantes viviam dispersos entre a população local, com a qual mantinham apenas relações de trabalho, consumo e de tramitação burocrática, com dificuldades de contato com o Brasil, por ainda não disporem das facilidades da atual tecnologia de comunicação. Apesar do fenótipo semelhante, os migrantes brasileiros eram socialmente invisíveis, por ocuparem posições nos estratos inferiores da sociedade, sofrendo preconceito e discriminação social. O “outro” desconhecido

passa a significar o mal e a ameaça aos interesses da sociedade de destino, quanto mais distante, estranho e ameaçador se lhes pareçam. Tal contexto deixa propício o desenvolvimento de relações sociais ambíguas, contraditórias e conflituosas. (BOURDIEU, 2004) O desconhecimento e a equivocada imagem mútua entre os imigrantes e a população, a ocupação da maioria em funções rejeitadas pelos nativos e o recíproco preconceito e discriminação, contribuíram para o (auto)confinamento dos brasileiros no Japão. Essa situação repercutiu fortemente na (re)construção dinâmica e complexa da identidade dos migrantes.

Ao entrar no Japão, os migrantes brasileiros, inclusive mestiços, levam suas identidades com base na diversidade étnica e cultural que depende de suas origens, e de sua formação cultural e escolar. Basicamente consideramos três vertentes na formação do Nikkei e “hafu” (mestiço), que se manifestam combinadamente sob variadas formas em suas identidades, quais sejam, 1) a tradição dos ancestrais imigrantes japoneses, 2) a influência cultural local de procedência e 3) a cultura global, em particular a atual cultura pop nipônica associada com a experiência posterior na vivência como migrante no Japão.

Os migrantes eram duplamente homogeneizados. Identificados como japoneses no Brasil, apesar do processo de integração pós-II Guerra, quando os japoneses não tiveram outra opção senão permanecer no Brasil e das novas gerações terem assumidos posições sociais destacadas no país como brasileiros. Ademais, por influências japonesas familiares, de associações nipo-brasileiras e afins, os migrantes esperavam ser considerados patrícios da população nipônica, uma vez que também assumiam as “japonesidades” adquiridas no Brasil. No entanto, ao contrário, a tradição nipônica arcaica dos migrantes era muito diferente da cultura do Japão atual. Assim, os migrantes eram tratados uniformemente como “gaijin” (estrangeiro). Por outro lado, no Japão, os migrantes estavam sujeitos ao processo de “niponização” adotado nos diversos setores com o intuito da integração aos atuais parâmetros culturais básicos do país. Desde o início, a prática empresarial e governamental japonesa, pela urgência de mão-de-obra, foi adotar meios para a japonização dos migrantes, através de regras de convivência, cursos de aprimoramento para o trabalho, orientação escolar aos alunos e pais, aplicação de penalidades por desobediência às regras de conduta em lugares público como, trocar sapatos por chinelos para caminhar no interior de determinados ambientes, rigor no despejo seletivo do lixo, expressar cumprimentos e agradecimentos com reverência física, participar da limpeza coletiva dos ambientes de estudo, trabalho e locais públicos. As regras compulsórias eram filtradas pela ótica cultural dos migrantes, sendo ou não incorporadas ou amalgamadas aos seus próprios padrões de conduta e valores.

A complexidade cultural e de vivência não significa, entretanto, que a cultura tradicional trazida pelos migrantes tenha sido totalmente diluída nesse emaranhado. Pelo contrário, ela se mantém sob dois aspectos importantes.

Um deles se refere a existência de comunidades remanescentes de grupos descendentes de imigrantes que se isolaram para viver no Brasil de acordo com a tradição nipônica, cujo acesso exige a anuência das pessoas influentes e dirigentes do local, como as comunidades no estado de São Paulo, denominadas Yuba e Biritiba Mirim ( Mogi das Cruzes), Bastos e Promissão, dentre outras, antigos fortes redutos da tradição japonesa. Cabe lembrar aqui o forte nacionalismo no período da II Guerra Mundial, quando imigrantes e descendentes com o ideário do Japão Imperialista, lutavam entre si por alguns não aceitarem a derrota do Japão. (“Katigume” e “Makegume”) (MITA,1999).

**Foto 3:** Família de antigos imigrantes japoneses ceando à mesa no quintal de uma casa na área rural



Fonte: S/I

Outro aspecto é a adoção da tradição japonesa, reformulada nos personagens dos *mangás*, *animês*, brinquedos, atitudes de jovens que se fantasiam assumindo os personagens e concursos de “*cosplay*”. O interesse dos brasileiros, descendentes ou não, sobre a moderna cultura internacional japonesa, enquanto admiradores do Japão potência, faz reviver artes tradicionais, como *origami*, *ikebana*, *sumiê* e desenhos de personagens de *mangás* e *animês*, muitos deles originários da tradicional cultura japonesa, além da busca por aprender o idioma ainda no país de origem. Esses caracteres tradicionais persistem nos descendentes de japoneses apesar da internalização compulsória da cultura local no Brasil, através da escola, do trabalho, do convívio e inserção familiar através de casamentos e outras formas de relacionamento com grupos não *Nikkei*, principalmente após os anos 1960, com o *boom* da escolarização universitária.

Os migrantes no Japão compreendem um importante segmento *Nikkei* criado no Brasil, a partir do início dos anos 1990, com a mencionada experiência cultural “sui generis”. Nos 40 anos de experiência na sociedade japonesa, crescente parcela dos migrantes internalizou novos aspectos culturais ao enfrentar os desafios de convivência compulsória com o entorno totalmente diferente da sua bagagem cultural. Desenvolveram seus próprios costumes, pensamentos e sentimentos, formando núcleos de vivência parcialmente integrados, mas não assimilados pela sociedade local. A imersão, mesmo precária, do migrante brasileiro e outros latino-americanos no moderno contexto cultural do Japão, traz novos aspectos culturais decorrentes da construção de novas maneira de viver naquele país. As novas formas culturais criadas vinculam-se a (re)construção da identidade, nem japonesa, nem brasileira, nem peruana ou outra nacionalidade latino-americana, com uma convivência contraditória com a sociedade local. Os migrantes adaptaram as festividades populares, a culinária, as artes (samba, danças, carnaval, festas juninas e outras), o esporte praticado no Brasil em sua vivência no Japão, com toques culturais nipônicos, constituindo-se hoje em atração turística para turistas japoneses e estrangeiros. Por mais que haja uma integração, dificilmente ocorre a assimilação em vista da vivência contraditória entre pelo menos as culturas da sociedade de origem e de destino.

**Foto 4:** *Imigrante brasileiro descendente de japonês em seu estabelecimento comercial*



Foto da autora

Os espaços brasileiros no Japão mantêm uma infraestrutura para a vivência dos migrantes e dos recém-chegados. De modo geral os núcleos brasileiros, articulados entre si, constituem-se em “oásis no deserto” para migrantes e recém-chegados e pontos exóticos com culinária, danças, músicas e festividades para o turismo no mercado japonês. A miscigenação cultural ocorre de modo diverso conforme a interação dos migrantes com a sociedade local, surgindo uma complexa e *sui generis* expressão cultural entre si, como declinar verbos da língua japonesa de acordo com a gramática do Brasil, variar a culinária brasileira com temperos locais, adotar o gestual nipônico misturado ao do país de origem, nos cumprimentos entre si, e assim sucessivamente... (HINATA, 1995). O encontro do tradicional, em sua complexidade, com o moderno diversificado cria novas formas culturais que contribuem para a (re)construção da identidade na migração, que ocorre de maneira diversificada e contraditória, conforme a diferenciação das condições de vivência, cada vez mais complexas, na longa trajetória do processo migratório (LEMOS e BARROS, 1998). O cotidiano da vida migrante está basicamente confinado em núcleos com compatriotas que vivem e e comunicam sob os mesmos códigos, nem japoneses, nem brasileiros, por eles mesmos construídos no decorrer de sua vivência no Japão.

**Foto 5:** *Fachada de estabelecimento de serviços educacionais de imigrantes brasileiros no Japão*



Foto da autora

Os brasileiros compõem os grupos “isolados, mas inseridos”, principalmente aqueles com filhos educados completamente na cultura japonesa local. Essa situação pode gerar conflitos entre gerações sob nova ótica, pais, avós e tios que não conseguem se integrar ao entorno e com os filhos e netos, estes já completamente integrados e ansiosos por serem cidadãos japoneses. Aqui

emerge uma nova abordagem da identidade dos migrantes, a dos filhos que desejam ser japoneses, mas não são legalmente considerados. Nem são brasileiros pois culturalmente são verdadeiros nipônicos, o que levanta uma nova questão de identidade na migração de brasileiros para o Japão: descendentes de imigrantes brasileiros nascidos no Japão que almejam a cidadania japonesa, mas são barrados por lei.

A diversificação familiar no sentido da japonização, com a inserção profunda na cultura local, ao lado da maior integração dos migrantes em cargos superiores no trabalho, uniões matrimoniais, além dos filhos criados e nascidos no Japão, imbuídos plenamente da cultura local, suscita nos migrantes o desejo de permanecer no país, apesar da consciência da posição temporária e descartável. Os próprios núcleos se constituem em infraestrutura para a vivência permanente desses migrantes ou retornados ou novos migrantes, mesmo com a diminuição das atividades brasileiras em épocas de crise, como ocorreu em 2008 (crise mundial) e 2012 (catástrofes devido ao tsunami e ao desastre nuclear em Fukushima). Com a crise mundial de 2008 e as catástrofes de 2012 decorrentes do tsunami e do desastre nuclear no Japão, os migrantes foram os primeiros a serem retirados do mercado de trabalho. Para tanto, o governo estabeleceu medidas de incentivo para sair do país, sem retorno imediato, tendo conseguido elevada aceitação. No retorno ao Brasil, novos encontros e desencontros, agora pelo estranhamento entre os migrantes retornados e a população brasileira, inclusive parentes, amigos e vizinhos, que os julgam diferentes, criando novas crises identitárias. Mesmo em momentos críticos, os núcleos com a redução das atividades, permanece com a infraestrutura básica, facilitando o retorno e a permanência dos migrantes no Japão.

**Foto 6:** Interior de estabelecimento comercial com vários clientes, supostamente imigrantes latino-americanos em seu interior no Japão.



Foto da autora

A permanência dos migrantes no Japão, por melhor situados nas tramitações empregatícias, não significa efetiva permanência. Através de estratégias de sobrevivência, os migrantes buscam a permanência, que, no entanto, depende de inúmeros fatores econômicos, políticos, sociais que envolvem o mercado de trabalho, a vivência, a inclusão de novos migrantes de outras nacionalidades afins com a cultura nipônica, dentre outros. Cerca de 60% dos brasileiros residentes no Japão possuem o visto que lhes dá garantia de permanência contínua no país, independentemente de sua estabilidade no trabalho, fluência na língua japonesa ou intenção de retorno ao Brasil (ISHIKAWA, 2016). Contudo, a permanência independe só da vontade ou necessidade do migrante, mas principalmente das condições locais do mercado de trabalho e da política, uma vez que é o primeiro a ser descartado em crises de emprego, por sua condição precária empregatícia em relação aos trabalhadores japoneses, que hoje estão também cada vez mais em funções precarizadas. Aliás, desde o início, a migração brasileira para o Japão foi considerada temporária e transitória pela própria Emenda a Lei da Imigração Japonesa (KITAGAWA, 1993)

A transitoriedade é inerente à migração uma vez que contraditoriamente a própria permanência é transitória e a transitoriedade pode ser longa dando a ideia de fixação no local presente (SAYAD, 1998; KAWAMURA, 2012). A intensa mobilidade vincula-se às condições de trabalho, vivência, escolas dos filhos, vizinhança, familiares e amigos. Mesmo empregos em empreendimentos brasileiros não conseguem enraizar os trabalhadores migrantes, que continuamente se movem para outras regiões especialmente em tempos críticos. A expectativa do migrante de ser acolhido por patrícios em várias partes do Japão e em seu país de origem, acentua a intensa mobilidade temporária. A dispersão desses migrantes reduz a possibilidade de enraizamento, o que favorece a mobilidade, temporalidade e transitoriedade.

A principal característica da migração internacional é a mobilidade de pessoas dotados de padrões de conduta, valores, sonhos e imaginário entre países, com o fim de viver em outros espaços por motivos econômicos, políticos, culturais, religiosos, familiares e violência (refugiados de guerra, terrorismo, perseguições políticas e religiosas). Nesse processo persiste a ideia de permanência transitória até a solução ou não dos problemas originários da migração. A perspectiva de vivência positiva e feliz, presente no imaginário dos migrantes, é adiada para o seu retorno para viabilizar seu modo de vida no país de origem. O desafio de enfrentar as dificuldades da volta, colocam os migrantes no mesmo dilema, levando-os a adiar novamente seus desejos, objetivos e planos de vida, que, segundo eles poderiam se realizar no país de destino, então também idealizado em seus aspectos positivos. Essa expectativa vem apresentando resultados negativos especialmente na jovem população migrante, dependente dos

anseios e práticas dos adultos , que permanecem sem a formação cultural e a escolarização prevista para o retorno a “outro lugar”, quando não se entregam à criminalidade .

No caso dos imigrantes japoneses, ancestrais dos migrantes *Nikkei*, a ideia de estada provisória, temporária e de perspectiva de retorno ao país de origem esteve fortemente presente, definindo sua vivência conforme esses parâmetros. Expressões da temporalidade foram a forte preservação do idioma, a prática das comemorações festivas e folclóricas do Japão, dos costumes (nascimento, falecimento, casamento, etc.), culinária, e religião. (HANDA,1980). Por mais que houvesse a permanência na sociedade de destino, o imaginário, por vários motivos, ficava distante do lugar presente. No entanto, o imigrante permaneceu no país de destino. As condições históricas da época impulsionaram para a permanência da maioria, pelas dificuldades de locomoção, comunicabilidade e precária situação do país de origem, com a derrota na II Guerra Mundial.

De modo geral, a transitoriedade hoje é facilitada pelas avançadas tecnologias de locomoção e comunicação adotadas pelos países de destino e de origem. Estar em trânsito se ressalta, em vista das facilidades de movimento e comunicabilidade. (MATTELART,1994; CASTELLS, 2008). Nesse contexto, o migrante pode permanecer presentemente em um lugar e, ao mesmo tempo, em outro, de maneira mais rápida e fácil. O padrão transitório do processo migratório, ao significar um parêntesis na vida migrante e o adiamento de objetivos, sonhos e buscas mais centrais e importantes da vida, coloca mudanças que afetam o presente e o futuro, como atrasos na realização dos propósitos, práticas desviantes de conduta, atos de desfrute momentâneo de viver, dentre outras. As dificuldades e os desafios postos pelas sociedades de destino, bem como as de origem, se constituem motivos para adiar a vivência plena a longo prazo em outro lugar. Em geral, o migrante está e não está no lugar, vivendo conforme a precariedade de suas condições de vida no lugar de destino, ao mesmo tempo focalizando seus objetivos de “felicidade” e realização dos sonhos em outro lugar idealizado. Ao estar neste último lugar e necessitar retornar ao anterior, repete-se o mesmo processo e assim sucessivamente.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, **Entrevista exclusiva. fronteiras do pensamento**. São Paulo: CPFL, 2011
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998. P. 241
- BOURDIEU, P. **A Economia das trocas simbólicas**, 5ª.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede: a era da informação**. Economia, Sociedade e Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- DEZEM, R. **Matizes do Amarelo**. São Paulo: Humanitas, 2005.
- FEATHERSTONE, M. **Cultura de Consumo e Pós-modernismo**. Trad de J.A. Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- HANDA, T. **Memórias de um imigrante japonês no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.
- HINATA, N. **Além das Palavras**. Japão: Associação Internacional de Intercambio Cultural. 1995
- ISHIKAWA, E.A. A Identidade Étnica dos Jovens Brasileiros no Japão. **Estudos Japoneses**, no. 36, p.29-42, 2016
- KAWAMURA, L. **Para onde vão os Brasileiros?** 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 2003 a.
- \_\_\_\_\_. “Redes Sociales y Culturales de Migrantes Brasileños en la Ruta Brasil-Japón: Movimiento y Permanencia” in: YAMADA, M. ( org.). **Comparación Interregional entre America del Norte, Europa y Japón**. Osaka, Japão, The Japan Center of Area Studies (JCAS) M/ National Museum of Ethnology, pp.407-420, 2003b.
- \_\_\_\_\_. “Encontros e Desencontros Culturais Culturais na Migração Internacional: Brasil-Japão”. In. TEIXEIRA, P. E; BRAGA, A.M.C.; BAENINGER, R. (orgs). **Migrações: Implicações Passadas, Presentes e Futuras**. Marília/São Paulo: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2012, pp 347-365.
- \_\_\_\_\_. “Desenhos Animados (Mangá)”. In: HARADA, K. (coord). **Intercâmbio Cultural Brasil-Japão**.São Paulo: Cadaris Comunicação/SBCJ, 2016, pp195-218.
- \_\_\_\_\_. “Identidades e Transitoriedade na Migração de Brasileiros para o Japão”. In. BÓGUS, L.; BAENINGER, R. (Orgs.) **A nova face da emigração internacional no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2018. pp.159-176

- KITAGAWA, T. **Relatório de Pesquisa sobre os Trabalhadores Estrangeiros em Hamamatsu** (Brasileiros e Peruanos). Tóquio: Tokyo University, 1993. Mimeografado.
- KOMAI, H. **Migrant workers in Japan**. Londres/New York: Kegan Paul International, 1995.
- LEMOS, M. T. B.; BARROS, J. F. P. **Memória, representações e reações interculturais na América Latina**. Rio de Janeiro: Uerj/Nuseg/Intercon, 1998.
- LUYTEN, S. B. **Cultura pop japonesa**. São Paulo: Hedra, 2005.
- MATTELART, A. **Comunicação mundo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MITA, C. B. **Uma comunidade étnica no Brasil**. São Paulo: Humanitas/USP, 1999.
- SATO, C. A. **Japop – o poder da cultura pop japonesa**. São Paulo: NSP- Hakkosha, 2007.
- SAYAD, A. **A ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- \_\_\_\_\_. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Revista Travessia**, CEM, ano XIII, Nº Especial, jan/2000, pp.3-32.
- TAKEUCHI, M.Y. **O perigo amarelo em tempos de guerra: 1939-1945**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2002. Coleção Inventário DEOPS, Módulo III, Japoneses.
- YOKOYAMA, T. et al. **“Samba no Machi Kara”**. Gunma: Oizumi, 1997. (Japão)

## RESUMO

Neste texto analisaremos sobre como os migrantes no Japão compreendem um importante segmento *Nikkei* criado no Brasil, a partir do início dos anos 1990, com uma experiência cultural “sui generis”. Nos 40 anos de experiência na sociedade japonesa, crescente parcela dos migrantes internalizou novos aspectos culturais ao enfrentar os desafios de convivência compulsória com o entorno totalmente diferente da sua bagagem cultural. Desenvolveram seus próprios costumes, pensamentos e sentimentos, formando núcleos de vivência parcialmente integrados, mas não assimilados pela sociedade local. A imersão, mesmo precária, do migrante brasileiro e outros latino-americanos no moderno contexto cultural do Japão, traz novos aspectos culturais decorrentes da construção de nova maneira de viver naquele país. As novas formas culturais criadas vinculam-se a (re)construção da identidade, nem japonesa, nem brasileira, nem peruana ou outra nacionalidade latino-americana, com uma convivência contraditória com a sociedade local. Os migrantes adaptaram as festividades populares, a culinária, as artes (samba, danças, carnaval, festas juninas e outras), o esporte - praticados no Brasil - em sua vivência no Japão, com toques culturais nipônicos, constituindo-se hoje em atração turística para turistas japoneses e estrangeiros. Por mais que haja uma integração, dificilmente ocorre a assimilação em vista da vivência contraditória entre, pelo menos, as culturas da sociedade de origem e de destino.

**Palavras-chave:** identidade; japoneses; cultura; integração; estratégias

## ABSTRACT

In this text we will analyze how the migrants in Japan understand an important Nikkei segment created in Brazil, from the beginning of the 1990s, with a cultural experience “sui generis”. In the 40 years of experience in Japanese society, a growing parcel of migrants has internalized new cultural aspects in facing the challenges of compulsory coexistence with the environment totally different from their cultural baggage. They developed their own customs, thoughts and feelings, forming living nuclei partially integrated but not assimilated by local society. The immersion, even precarious, of the Brazilian migrant and other Latin Americans in the modern cultural context of Japan, brings new cultural aspects resulting from the construction of new way of living in that country. The new cultural forms created are linked to (re) construction of identity, neither Japanese, nor Brazilian, nor Peruvian or other Latin American nationality, with a contradictory coexistence with the local society. The migrants adapted the popular festivities, cooking, the arts (samba, dances, carnival, festivities and others), the sport - practiced in Brazil - in their experience in Japan, with nippon cultural touches, being today a tourist attraction for Japanese and foreign tourists. Although there is an integration, assimilation hardly takes place in view of the contradictory experience between at least the cultures of the society of origin and destination.

**Keywords:** identity; Japanese; culture; integration; strategies

# Superando as diferenças e quebrando paradigmas: os reflexos de uma parceria entre uma Igreja Batista e uma Instituição Católica em favor da vida humana

*Renato de Lima da Costa*

## 1 INTRODUÇÃO

A questão migratória apresenta-se como um tema global que pede ações urgentes de governos, de entidades diversas e também das religiões a fim de que a vida humana seja preservada em contextos diversos. Diante deste desafio, as religiões podem desempenhar um papel de protagonistas na promulgação de ações conjuntas que beneficiem aqueles que estão em trânsito na direção de possibilidades mínimas de vida. O presente artigo apresenta uma experiência positiva entre duas grandes tradições cristãs que se aproximaram e reuniram esforços no atendimento à necessidade acima posta. De um lado, uma igreja batista de perfil tradicional e, de outro, a Missão Paz, com ampla experiência e profissionalismo no trato da questão migratória. Denominações cristãs distintas que se uniram em favorecimento de imigrantes e refugiados na oferta de cursos gratuitos de língua portuguesa nas dependências da referida comunidade batista.

A parceria reflete as potencialidades do diálogo inter-religioso, tema este que aqui também será destacado a partir de teóricos como Hans Küng e Wagner Lopes Sanchez. Os seus resultados positivos provocam à reflexão quanto ao papel da igreja cristã diante de um universo social contemporâneo repleto de contrariedades, pedindo uma revisão urgente dos paradigmas eclesiais e teológicos que determinam as ações de missão, de evangelização e também sociais promovidas pelas comunidades cristãs.

## 2 UMA PARCERIA ENTRE UMA IGREJA EVANGÉLICA BATISTA E UMA INSTITUIÇÃO CATÓLICA EM FAVORECIMENTO DA VIDA HUMANA

A Igreja Evangélica Batista em Vila Antonieta (IEBVA), São Paulo (SP), é uma comunidade religiosa batista histórica que conserva uma doutrina e uma cosmovisão batista rigorosa, tradicional por assim dizer, perfil eclesial cujos

atendentes buscam preservar com observação contínua de uma moral cristã rígida, estudo sistemático das Escrituras e na preservação de liturgias e práticas elementares da vida religiosa em coerência com os pressupostos teológicos batistas tradicionais.

Assim sendo, em sua maioria, os membros da referida comunidade buscam fazer oposição às pressões oriundas de uma cultura de bases pós-moralistas, cujos valores são determinados por uma lógica do consumo que legitima o individualismo exacerbado e o narcisismo nas mais variadas relações, motivações e anseios, determinando o estereótipo do sujeito moderno. Estes, aspectos caracterizam a cultura contemporânea e estão na base, por exemplo, do movimento de trânsito religioso contínuo percebido no campo religioso brasileiro, sobretudo, no campo religioso evangélico. Pois, a cultura contemporânea, com todas as suas características como as que aqui foram rapidamente citadas, fomentam nas consciências dos indivíduos, mesmo naqueles ligados à grupos religiosos, o convencimento de que, não somente os mercados de consumo, mas também a religião está para lhe servir, como um cliente, sob o ônus de ver o seu trânsito na direção de novas possibilidades de religião ou de espiritualidades diversas sempre que algo lhe desagradar.

No cenário contemporâneo atual, o indivíduo veio para ser servido e não para servir. E, de fato, alguns grupos religiosos já estão aderindo às referidas pressões e, de pronto, se prestam a adequar as suas propostas religiosas de vida, liturgias, conjunto de normas morais, entre outros elementos, a fim de manter cativo à sua oferta um cliente religioso sempre exigente e que sempre ameaça o grupo com a possibilidade de um trânsito. Outros grupos, no entanto, buscam oporem-se aos chamamentos dos mercados e aos reclamos daqueles que querem novidades, inovação e renovação, ou seja, que a oferta possa girar em torno da satisfação do eu.

Assim, a ditadura do narcisismo se impõe com ferocidade, pois tem na sua retaguarda a própria cultura que, há muito, a erigiu e já a legitimou. Mas, há ainda as novas espiritualidades próprias do universo contemporâneo. Lipovetsky (2016) as denominou de espiritualidades de caráter *light*, pois possibilitam o acesso flexível aos seus ambientes, a prática estritamente individual e, portanto, alheia aos riscos inerentes a toda prática e vivência religiosa comunitárias, com baixa exigência de ordem moral e, desta forma, apresentando formas e caminhos mais relacionados à construção de um bem viver aqui e agora do que relacionados a uma realidade futura ainda por vir<sup>1</sup>.

A Igreja Evangélica Batista em Vila Antonieta, por assim dizer, busca preservar a sua doutrina, a sua ética e a sua cosmovisão, a despeito de todas as pressões externas e, em alguns casos, também internas, por mudança e inovação a que estão sujeitas as comunidades religiosas inseridas na cultura moderna em sua configuração atual.

Organizada em 12 de setembro de 1964 por cristãos batistas membros da Igreja Batista Nova Jerusalém (IBNJ), igreja esta localizada no bairro de Vila Carrão, São Paulo, há aproximadamente 6 km do bairro de Vila Antonieta e reconhecida,

portanto, como sendo a igreja mãe, a IEBVA teve o seu início de forma bastante modesta, pois se deu na casa de um morador de Vila Antonieta que, naquela ocasião, era também um cristão batista membro da IBNJ. Ele abriu as portas de sua residência para que ali fosse organizado, como os batistas costumam chamar, um “ponto de pregação”, isto é, um local específico a servir como base para a evangelização naquela localidade. Assim, outros crentes batistas da IBNJ se reuniam na referida residência a fim de que ali acontecessem reuniões de culto e de evangelização dos moradores no entorno. O grupo cresceu e, em 12 de setembro de 1964, foi organizado como igreja, já com departamentos, conjuntos musicais e liderança estabelecidos.

A parceria com a Missão Paz na oferta de cursos gratuitos de língua portuguesa nas dependências da IEBVA e para imigrantes e refugiados que residiam nos bairros próximos ao bairro de Vila Antonieta, como o bairro de Vila Carrão, Vila Formosa, Penha, entre outros, aconteceu como um dos resultados positivos do I Simpósio Internacional sobre Religião e Migração que aconteceu na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) entre os dias 08 e 10 de junho de 2015, organizado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da PUC-SP, pelo Grupo de Pesquisa Religião e Cidade, Missão Paz (dos padres scalabrinianos), CEM (Centro de Estudos Migratórios) e o SIMI (Scalabrini International Migration Institute), da Universidade Gregoriana de Roma.

O autor deste texto, como aluno do curso de Doutorado em Ciência da Religião da PUC-SP em 2015, atendeu ao evento como ouvinte e sentiu-se impactado pelos estudos, realidades e perspectivas apresentados pelos conferencistas no que dizia respeito aos dramas vividos pelos imigrantes, sobretudo, por aqueles que no Brasil estavam chegando, ficando impactado também com os testemunhos de imigrantes que participaram do evento contando suas histórias. Diante disso, desejoso de compartilhar as informações adquiridas com os membros da comunidade batista em Vila Antonieta, na qualidade de seu pastor, no domingo seguinte à semana do simpósio, no momento da homilia e fazendo uso do texto do evangelho de Marcos 6, 30-44, texto que descreve a primeira multiplicação dos pães, as informações adquiridas no simpósio foram compartilhadas com os ouvintes que ali estavam presentes. Informações acerca das motivações que impulsionaram o trânsito, por exemplo, de haitianos para o Brasil, das barreiras com as quais os imigrantes se deparavam quando aqui chegavam e estas não apenas no que dizia respeito aos aspectos culturais, de língua e de poucas possibilidades de engajamento profissional, mas também de natureza preconceituosa, bem como acerca das perspectivas que apontavam para cenários futuros com contínuo fluxo migratório, entre outras, foram todas compartilhadas em culto dominical para os crentes batistas reunidos na comunidade de Vila Antonieta naquela ocasião.

Ao término do culto, foi gratificante notar que aquelas informações sensibilizaram os ouvintes. Uma senhora, por exemplo, compartilhou que estava à procura de uma empregada doméstica para a sua residência e que pensara,

a partir do que havia escutado, na possibilidade de receber uma imigrante em sua casa, se disposto a arcar com todas as despesas que fossem necessárias à formalização de sua função. A maioria se sensibilizou sem, no entanto, saber ao certo como poderia disponibilizar algum tipo de ajuda de modo prático e eficiente. Tudo parecia, à primeira vista, muito complexo, muito aquém das capacidades individuais e comunitárias que compunham a realidade ali compartilhada. Tudo parecia muito pouco diante da amplitude do dilema. Mas, passados alguns dias, um pequeno grupo de crentes batistas da IEBVA se mostrou desejoso de visitar a Missão Paz a fim de conhecer de perto o trabalho dileto que a entidade desenvolvia. Este grupo era formado por crentes que atuavam diretamente no departamento de evangelização e de missões da IEBVA, bem como em seu Instituto, o Instituto Arnaldo Moraes de Miranda (IAMM), instituição social pela qual a IEBVA desenvolve as suas ações sociais aos membros da comunidade e, principalmente, aos moradores do bairro de Vila Antonieta, oferecendo, por exemplo, cursos gratuitos e diversos de artesanato, atividades de recreação e de canto coral com idosos, orientação jurídica, atendimento com psicólogo, grupos de apoio, entre outras ajudas.

Assim, após contato com a Missão Paz, a visita foi agendada e, na companhia de seu pastor, todos foram à visita. Ali chegando, o grupo foi recebido de maneira muito cordial pelo Padre Paolo Parise, membro da coordenação da Missão Paz. Ele levou o grupo às dependências da entidade, apresentando os variados departamentos e explicando o dia a dia do trabalho que ali se realizava, além de compartilhar os desafios superados e os novos desafios que se apresentavam a todo momento. O grupo visitante, representando ali a IEBVA e o seu Instituto, o IAMM, se dispôs a cooperar, a despeito de suas limitações. Foi à esta altura da conversa que, ao saber da localização da comunidade batista, o Padre Paolo comentou que muitos imigrantes se deslocavam de suas residências, em bairros adjacentes ao bairro de Vila Antonieta, na zona leste da capital paulista, a fim de receberem aulas gratuitas de Português na sede da Missão Paz, localizada no bairro do Glicério, que fica no Centro da capital e que, portanto, seria, para os imigrantes, menos custoso e mais prático, se estas aulas pudessem ser ministradas em um local que lhes fosse de mais fácil acesso, isto é, mais próximo de suas residências. Foi assim, então, que o grupo visitante colocou à disposição da Missão Paz as dependências da IEBVA, dentre as quais se encontra, por exemplo, um prédio para a educação religiosa com dois andares e diversas salas, cantina, banheiros e também um berçário, áreas que estavam sem uso nos dias de semana, exceto por esporádicas reuniões que ali se davam ou outras atividades em horários específicos, mas que facilmente poderiam ser remanejadas de modo a não atrapalhar as possíveis aulas com os alunos imigrantes. O grupo reafirmou que isto não traria implicações para a Missão Paz em termos de custo e que, certamente, a IEBVA se submeteria às orientações da Missão Paz quanto a um bom tratamento para com o imigrante a ser observado. Assim, o encontro foi concluído e todos estavam dispostos a dar andamento àquele bom projeto que começava a se desenhar.

O passo seguinte consistiu em reunir a diretoria da IEBVA a fim de compartilhar a recente experiência, isto é, da visita realizada pela equipe, bem como da necessidade que, então, se apresentava. Embora em uma comunidade batista tradicional, geralmente, o pastor ocupe também a função de presidente da igreja, sendo esta também uma pessoa jurídica, decisões mais amplas que envolvem o uso de recursos, o uso das dependências do patrimônio, ações de evangelização e missão, entre outros projetos, necessitam, primeiramente, de aprovação da diretoria ou de seu conselho administrativo, para que, então, possam ser realizados. É somente após a aprovação deste núcleo e, quando houver necessidade, também dos membros da comunidade reunidos em assembleia regular ou extraordinária, que um projeto ou programa pode ter o seu início. Desta forma, em respeito ao modo de se organizar próprio da IEBVA, os passos exigidos foram observados, atendidos e a questão recebeu amplo apoio, podendo ser, de pronto, atendida.

Em janeiro de 2016, com a participação direta do IAMM que, a propósito, assumiu a direção e a coordenação deste projeto, um evento de integração foi organizado na IEBVA a fim de aproximar as famílias da IEBVA com os imigrantes. O evento contou com a participação da Missão Paz que, na ocasião, também explanou e reafirmou aos presentes quais eram os objetivos, a metodologia, os alvos e os desafios vivenciados pela Missão ao longo dos anos em que vem tratando diretamente da questão da migração. Em março de 2016, as aulas de Português tiveram o seu início nas dependências da IEBVA, com professores próprios da IEBVA, além também do apoio direto do IAMM.

### 3 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO EM FAVORECIMENTO DA VIDA HUMANA

Quando a temática do diálogo inter-religioso é levantada nos mais variados diálogos e congressos acadêmicos, nos múltiplos espaços midiáticos de divulgação da informação, bem como nos círculos políticos do Ocidente ao Oriente; sempre que casos de extremismo religioso, de ações preconceituosas e de atentado à vida fundamentados em pressupostos religiosos, entre outras práticas que visam desfavorecer e rebaixar grupos religiosos minoritários em lugares nos quais a maioria pertence à um mesmo grupo religioso, seguramente, as proposições de Küng (1993) tornam-se objeto de discussão e de reflexão contínuas. O autor, centrado na temática de reflexão e de discussão acerca das possibilidades efetivas de construção de uma ética global, isto é, de um conjunto de valores éticos que seja comum a indivíduos de todo o globo, independentemente de cultura, raça, condição socioeconômica e, sobretudo, independentemente de credo, está convicto de que não se pode negligenciar às grandes religiões um espaço neste debate. Küng (1993), na formulação de seu *Projeto de ética mundial*, não estabelece como prerrogativa fundamental de um agir e de um

pensar global as necessidades urgentes de revisão no uso dos recursos naturais a fim de resguardar às próximas gerações as condições mínimas necessárias de subsistência, como o fazem alguns autores observando os sinais dados pelo ecossistema de que a atividade humana altamente predatória já há muito extrapolou os limites impostos pela natureza<sup>2</sup>. Tampouco, Küng (1993) enfoca como prerrogativa primeira o paradigma da responsabilidade como postura ética indispensável para com todo aquele com quem se compartilha espaços, cultura, ideias, ideologias, entre outros elementos comuns a indivíduos numa sociedade global (JONAS, 2006)<sup>3</sup>. Antes, o seu paradigma ético universalizante se fundamenta na necessidade de um diálogo entre as grandes tradições religiosas como pressuposto indispensável à toda discussão enfocada na necessidade de instituição de um conjunto mínimo de valores éticos que seja efetivo em escala universal. E o autor o justifica dizendo

Tantos massacres e guerras não somente no Oriente Médio, mas também em outros lugares são indiscriminadamente fanáticos, sangrentos e impiedosos, porque foram religiosamente fundamentados. Assim podemos enumerar uma série de tais conflitos: entre cristãos maronitas e muçulmanos, sunitas e xiitas, entre palestineses, drussos e israelenses, entre o Irã e o Iraque, entre indianos e paquistaneses, entre hinduístas e siks, entre budistas senegaleses e hinduístas do Ceilão, entre monges budistas e o regimento católico no Vietnã, entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte (KÜNG, 1993, p. 124).

Küng reflete também acerca da lógica por trás de práticas de violência religiosamente fundamentadas e incentivadas

Qual é a lógica? Se Deus está “*conosco*”, com *nossa* religião, confissão, nação, partido, então parece ser lícito fazer qualquer coisa contra o partido adversário, o qual necessariamente tem de ser do diabo. Então parece até ser permitido ferir, queimar, destruir e matar em nome de Deus (KÜNG, 1993, p. 124).

Assim, Küng (1993) está convicto da necessidade de convidar para o debate em torno das possibilidades de construção de uma ética global as grandes tradições religiosas, pois percebe que grande parte dos conflitos armados já testemunhados pela sociedade global civil foi religiosamente fundamentada. Desta forma, na perspectiva do autor, “uma análise de conjuntura que exclua a dimensão religiosa é deficiente! Pois, vista diacrônica e sincronicamente, a religião é um fenômeno universal, assim como a arte e o direito” (KÜNG, 1993, p. 83). O autor segue dizendo ainda que “não se pode por negligência, ignorância

ou ressentimento excluir da análise este fenômeno geral da humanidade” (KÜNG, 1993, p. 83-84). E, por fim, conclui que “não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões. E sem paz entre as religiões não haverá diálogo entre as religiões” (KÜNG, 1993, p. 7).

Apesar do potencial destrutivo que afirmações religiosas fundamentalistas podem provocar, colocando sob suspeita a importância da participação de representantes dos grandes grupos que vivenciam este fenômeno universal no debate e na construção de uma ética global, Küng faz lembrar as potencialidades da religião para uma participação contributiva neste projeto.

As religiões também podem evidenciar-se de forma libertadora, orientadas para o futuro e fraternas no relacionamento com as pessoas. Assim aconteceu muitas vezes. Elas podem espalhar confiança de vida, calor humano, tolerância, solidariedade, criatividade e engajamento social, bem como promover uma renovação espiritual, reformas sociais e até a paz mundial (KÜNG, 1993, p 86).

O autor destaca ainda que

A religião consegue transmitir uma dimensão mais profunda, um horizonte interpretativo mais abrangente diante da dor, da injustiça, da culpa e da falta de sentido. Ela consegue também transmitir um sentido de vida último ante a morte: *o sentido de onde vem e para onde vai a existência humana*; a religião consegue garantir os valores mais elevados, as normas mais incondicionais, as motivações mais profundas e os ideais mais elevados: *o sentido (por que) e o objetivo (para que) de nossa responsabilidade*; [...]. A religião pode fundamentar protesto e resistência contra situações de injustiça: isso já é o *desejo insaciável e atuante pelo “Totalmente Outro”* (KÜNG, 1993, p. 98).

Na perspectiva de Küng (1993), ainda que, à primeira vista, o estabelecimento de um diálogo entre as grandes tradições religiosas possa revelar-se como sendo um empreendimento, sobretudo, desafiador e, para alguns, até mesmo utópico, um olhar atento para os princípios éticos fundamentais daquelas tradições revelará pontos em comum entre elas. Para o autor, a formulação deste conjunto de valores comum, global, partiria, portanto, da reunião destas “Regras de Ouro”, isto é, dos pressupostos éticos que a todos são comuns. Portanto, não busca o autor criar meios políticos para que um determinado conjunto de valores éticos de uma religião específica seja globalmente legitimado e imposto sobre outras tradições. Antes, o seu *Projeto de ética mundial* visa à construção de uma ética civil global a partir do diálogo inter-religioso. Assim, Sanchez (2015), trabalhando com a mesma temática lembra que

o diálogo é, portanto, um caminho, mas não um caminho instrumental; não é um caminho que visa apenas atingir resultados. O diálogo é um caminho necessário e fundamental para a realização daqueles/as que querem dialogar; por si só, o diálogo é o próprio caminho (SANCHEZ, 2015, p. 88).

Küng (1993) convida o leitor de seu projeto a refletir acerca do quadro futuro a se desenhar quando os líderes das grandes tradições religiosas se engajarem na promoção da paz e da convivência humana harmoniosa, dizendo

O que aconteceria para o mundo de amanhã se os líderes religiosos de todas as grandes e também das pequenas religiões hoje se pronunciassem decididamente em favor da responsabilidade pela paz, pelo amor ao próximo, pela não violência, pela reconciliação e pelo perdão? Se em vez de ajudar a provocar conflitos, elas se engajassem na sua solução? E isso de Washington a Moscou, de Jerusalém a Meca, de Belfast a Teerã, de Amitsar a Kuala Lumpur! Todas as religiões do mundo devem hoje reconhecer a sua co-responsabilidade pela paz mundial. Por isso, deve-se repetir sempre de novo a tese, para a qual eu tenho encontrado em todo o mundo apoio cada vez maior: *não haverá paz entre as nações sem uma paz entre as religiões*. Repetindo: sem paz entre as religiões não haverá paz no mundo! (KÜNG, 1993, p. 126-127).

Sanchez, considerando também a importância do diálogo inter-religioso como ferramenta indispensável para a construção de espaços de convivência onde se reflitam valores como o respeito entre indivíduos que professam crenças e cosmovisões diferentes, à semelhança de Küng, enfoca também a importância deste fenômeno no contexto global da sociedade civil atribuindo sentido, significado à existência. Nas palavras do autor,

A dimensão do diálogo é intrínseca às religiões: ao fazerem referência aos seus princípios e valores considerados sagrados, as religiões dialogam com o mundo respondendo aos desafios presentes na natureza e na vida das pessoas. Elas fornecem um quadro de referências que permitem aos seus membros dialogar com o mundo e, portanto, contribuem para dar sentido e significado a tudo o que existe. Ao falarmos de diálogo com as religiões, estamos falando de algo que é desdobramento dessa dimensão das religiões: dialogar para tornar o mundo habitável e mais humano (SANCHEZ, 2015, p. 90).

Assim, para Sanchez, “... nos tempos atuais, o caminho do diálogo inter-religioso é um caminho sem volta. E as religiões que rejeitarem participar desse processo correm o risco de cair no isolamento e na defesa da intransigência e da arrogância” (SANCHEZ, 2015, p. 88).

Os referenciais teóricos aqui mencionados fornecem elementos teóricos e de pesquisa que convencem quanto à necessidade urgente de promoção do diálogo inter-religioso a fim de que novos conflitos armados, religiosamente fundamentados, não venham mais a acontecer. Nesta perspectiva, a parceria aqui relatada revelou-se como sendo um passo positivo na direção do diálogo e da necessidade de reunião de esforços em favorecimento da vida humana. Ainda que o impacto da referida parceria possa ser considerado de pouca amplitude, alcançando apenas um grupo pequeno de indivíduos na oferta apenas de cursos gratuitos de língua portuguesa, a mesma parceria constituiu-se como sendo uma experiência a provocar naqueles que a firmaram, bem como nas instituições representadas, sobretudo, na IEBVA, uma profunda reflexão quanto às possibilidades de reunião de esforços com outras tradições religiosas no embate conjunto às misérias a que foi legado um contingente significativo de indivíduos deslocados do projeto moderno.

Embora, diante da necessidade de mais um espaço para aulas que se apresentava aos crentes batistas da IEBVA com toda a complexidade envolvendo a questão, à primeira vista, pudesse provocar uma reação positiva, até mesmo óbvia, por parte destes cristãos na direção do pronto atendimento àquela necessidade, nem por isso as etapas necessárias ao estabelecimento da parceria que foram descritas no ponto primeiro poderiam ser negligenciadas. A parceria, além de prover ajuda a um grupo de imigrantes com aulas gratuitas de Português nas dependências da IEBVA, consistiu também numa significativa quebra de paradigma no que dizia respeito às ações sociais promovidas pela IEBVA ao longo de sua história. Até àquele momento, as ações de evangelização, missão ou sociais promovidas pela IEBVA haviam se realizado apenas em conjunto com os trabalhos desta mesma natureza promovidos pelas convenções batistas ou por suas juntas de missões batistas. Alguns trabalhos de evangelização ou de missão esporádicos ou campanhas de ajuda com recursos apoiando projetos diversos, já haviam sido realizados em parceria com denominações evangélicas não batistas, no entanto, nenhum trabalho social com a dimensão que se apresentava havia, até então, sido realizado em parceria com uma instituição católica e isto mostrava-se como sendo um passo significativo no seio da comunidade batista, uma grande quebra de paradigma.

Há de se refletir acerca das razões pelas quais a IEBVA, bem como outras comunidades batistas de perfil semelhante, se orientam com predominância pela realização de projetos sociais com atuação mais exclusivista do que inclusivista, isto é, mais organizadas em torno de si, com a ação de seus próprios integrantes, do que em parceria com indivíduos que professam uma fé distinta à crença batista. É possível cogitar haver uma resistência em relação à participação em projetos ecumênicos pelo receio de comprometimento da identidade confessional do

grupo, da doutrina e dos valores éticos próprios de cada tradição. A proposta de uma parceria com uma instituição católica apresentada aos membros da IEBVA, no entanto, no acolhimento a imigrantes e refugiados, foi aceita sem oposições, o que aponta para uma maior sensibilização por parte do grupo batista quanto às necessidades de participação urgente nos engajamentos em favor de prover ajuda a estes grupos de indivíduos que estavam chegando ao país com frequência significativa. Além disto, com uma atuação direta do grupo que esteve visitando a Missão Paz na ocasião em que a necessidade foi compartilhada pelo Padre Paolo Parise, outros eventos foram organizados em conjunto com o projeto das aulas de Português, como uma formatura dos alunos com entrega de certificados e espaço para que alguns alunos pudessem falar em nome do grupo. Esta atividade, por exemplo, aconteceu num culto dominical pela manhã e contou com ampla participação da comunidade batista de Vila Antonieta, aprovando o projeto e se alegrando com os alunos pelas conquistas alcançadas. Na ocasião, uma representante da Missão Paz também esteve presente. Além da formatura, eventos de encerramento do semestre também foram organizados, como cafés da manhã com os alunos, almoços, entre outros. O intuito destas e outras programações era o de aproximar o grupo de alunos às famílias da IEBVA e vice-versa, promovendo o intercâmbio cultural, a troca de experiências e, principalmente, tornando o ambiente mais receptivo ao imigrante. Os relatos compartilhados pelos crentes batistas que participaram destes eventos foram bastante positivos e encorajadores.

#### 4 A IGREJA LOCAL E SUA ATUAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

O relato da parceira aqui descrita provoca uma reflexão acerca do real papel da igreja cristã diante dos dramas e dilemas postos pela contemporaneidade. A despeito de todas as vantagens legadas pela modernidade, como as possibilidades inusitadas de comunicação, de mobilidade urbana, de potencialização dos hábitos de compra pela promoção de uma cultura de consumo, entre outras vantagens que visam à satisfação ininterrupta dos indivíduos, não são poucos os dramas e dilemas provocados pela mesma dinâmica social na qual todos se encontram inseridos. Dilemas como os questionamentos acerca das capacidades de provisão de vida dos recursos naturais e da manutenção de seu equilíbrio, dos avanços nos números relacionados às desigualdades sociais fazendo proliferar a pobreza e a miséria em todas as suas dimensões, sobretudo em países de terceiro mundo, das capacidades das novas tecnologias em conter o aparecimento de novas enfermidades, entre outros reveses do projeto moderno, reclamam ações conjuntas entre governos, sociedade, grupos religiosos e outros setores que possam resultar em práticas e soluções mais efetivas.

Os problemas que afligem a sociedade moderna são de ampla dimensão e, em assim sendo, apenas poderão ser solucionados se forem abraçados, da mesma forma, globalmente. Apesar das muitas vantagens que os modos de vida

na contemporaneidade possibilitam, ainda assim se multiplicam as ansiedades, as incertezas em relação aos quadros futuros a se desenharem no cenário social local e global; as ameaças de um colapso no sistema econômico mundial; de novos reveses da natureza e de novas ações extremadas por fundamentalistas políticos e religiosos comprometendo aqui e acolá as possibilidades de vidas em muitos contextos.

Com o fim das grandes narrativas e a perda das capacidades das instituições, como a religião e depois o Estado, de referenciar a vida, seja pelos extremos legados pelo estabelecimento de filosofias e políticas com bases ideológicas apontadas para práticas nacionalistas e racionalistas exacerbadas seja pela mercantilização dos modos de vida mediante a promulgação de uma cultura de consumo, o cenário social desde o Pós-Guerra vem se mostrando instável e repleto de contrariedades, acarretando sofrimento a um contingente significativo de indivíduos. É quando as religiões, inclusive a cristã, precisam entrar em cena e atuar de modo significativo na reconstrução de uma sociedade mais igualitária, mais justa e na qual os seus indivíduos possam ter acesso às necessidades básicas de vida.

O fato é que não são poucas as barreiras que se levantam ante o diálogo inter-religioso e à possibilidade de aproximação entre tradições religiosas distintas na reunião de esforços em favorecimento da vida humana num cenário tão fragmentado e repleto de contradições como o cenário social contemporâneo. Seja por se orientarem por uma lógica de mercado, visando, portanto, o lucro na atividade religiosa seja por questões doutrinárias acerca dos mais variados assuntos, ou por receios quanto a um comprometimento da identidade confessional, ou ainda, o que seria de gravidade maior, quanto a um comprometimento da relação com o sagrado pelo envolvimento com o diferente, classificado como sendo um “samaritano”, “gentio”, por fim, um “profano”, enfim, pelos mais variados obstáculos, impedimentos de toda ordem separam indivíduos religiosos de ações conjuntas, inclusive os cristãos com as suas plurais denominações. Comblin (2005), no entanto, é contundente ao chamar a atenção da igreja cristã para a sua responsabilidade social que se traduza numa prática efetiva. Ainda que o seu texto faça referência ao universo de atuação da igreja católica, é, seguramente, relevante para a reflexão por qualquer grupo religioso. Assim, comentando acerca da pobreza, por exemplo, como sendo esta uma questão de fundamental importância na reflexão teológica, coloca o autor:

Por isso, a questão teológica primordial, prévia a qualquer exposição, é: vamos falar da pobreza, ou vamos silenciá-la como sendo um não-problema teológico? Qualquer publicação teológica dá uma resposta explícita ou implícita a essa questão. A partir disso já se sabe o desenvolvimento de todo o conteúdo. Qualquer que seja o nome que se lhe possa dar, a teologia deve colocar em primeiro lugar essa questão prévia. Se, como faremos aqui, optamos pela

existência dos pobres, podemos passar para a questão seguinte: por que é que na atualidade as Igrejas, nas suas instituições e nos seus representantes, não gritam? Os que não têm voz têm menos influência hoje do que há 30 anos. A Igreja será a não-voz dos que não têm voz? Apesar do silêncio da instituição, os pobres devem ser o primeiro tema da teologia (COMBLIN, 2005, p. 16).

O autor segue a sua argumentação dizendo ainda que

os pobres estão aí, não podendo ser escondidos – apesar das muitas tentativas nesse sentido. São demais. Estão aí e existem. Já não podemos esconder essa realidade. Sabemos que, no evangelho, para Jesus, essa existência é o pecado básico da humanidade. Não é fatalidade, má sorte, necessidade natural. A pobreza dos pobres está diretamente ligada à riqueza dos outros que não querem partilhar (COMBLIN, 2005, p. 15).

Fica claro que, na perspectiva de Comblin, a igreja tem um papel a desempenhar no universo social dado e não é apenas o de ser a representante da mensagem do Reino, mas também, o de se colocar ao lado daqueles que estão à margem do projeto moderno, esquecidos e com possibilidades de vida comprometidas. Aliás, essa é a mensagem do Reino de Deus promulgada pelo Cristo, bem como a realidade por Ele apresentada sempre que se dirigia ao atendimento de uma necessidade que se lhe apresentava. O Cristo apresentava as boas novas de salvação e se dispunha a curar toda sorte de enfermidades que acarretava sofrimento aos que o buscavam solicitando socorro e, isto, sem fazer distinção entre judeus e samaritanos, judeus e gentios ou entre judeus e publicanos. A sua compaixão estava acessível a todos que o buscavam. Castillo, destacando a essência da compaixão demonstrada pelo Cristo, parte de uma exegese do texto para afirmar que,

portanto, quando os evangelhos utilizam esse verbo, para fazer referência às relações ou comportamentos de Jesus, na realidade, o que falam é algo que diz respeito à sensibilidade de Jesus. Esse fato, frequentemente, não aparece com clareza nas traduções do texto grego original, porque não é raro que os tradutores, ao se depararem com esse verbo, o traduzam por “ter misericórdia” ou “ter compaixão” e, por vezes, “ter pena”. O fato é que tudo isso é verdade. Mas também é certo que, nessas expressões, afirma-se algo que corre o risco de nos fazer pensar que, diante das desgraças alheias, Jesus reagia como qualquer um (que não for desalmado) reage diante de um mendigo

que pede esmola ou um maltrapilho que anda pelas ruas. Muitas pessoas, quando vêem um mendigo assim, sentem “pena” ou experimentam alguma “compaixão” e dão-lhe uma esmola, com o que cumprem uma “obra de misericórdia”. E a coisa não passa disso. Evidentemente, tudo isso é bom. No entanto, nada disso explica o que Jesus fazia e vivia. Embora à custa de me tornar maçante, é necessário insistir em que o verbo *splagchnizomai* significa literalmente “sentir uma comoção das próprias entranhas”. Expressa, portanto, uma *reação visceral*, a sensação mais íntima e humana que uma pessoa pode experimentar (CASTILLO, 2010, p. 93-94).

Como destaca ainda Castillo, “Jesus não suportava ver pessoas passando necessidade, não aguentava a dor dos outros, era algo superior as suas forças. Sua sensibilidade não tolerava isso” (CASTILLO, 2010, p. 94).

Portanto, mais do que uma mensagem a ser repetida, o Reino de Deus é uma realidade a ser multiplicada. É o “dar-lhes vós de comer” a que o Cristo se referia a seus discípulos na experiência da multiplicação dos pães<sup>4</sup>. É o sentido da declaração “pois eu tive fome e vocês me deram de comer; tive sede, e vocês me deram de beber; fui estrangeiro, e vocês me acolheram...”, a qual o Cristo explica, dizendo “o que vocês fizeram a algum dos meus menores irmãos, a mim o fizeram”<sup>5</sup>. No entanto, quantos grupos ainda não agem sob a lógica da lei mosaica, ainda que afirmem se orientarem pela lógica da graça de Cristo? Quantos ainda não condicionam a ajuda, por menor que seja, à necessidade de que o indivíduo necessitante atenda às reuniões de culto ou mesmo que se torne um membro do grupo? A graça de Cristo ainda é a resposta para um mundo repleto de injustiças. Se a violência gera violência, a graça certamente gera graça. Foi deste modo que o Cristo ensinou e sob esta perspectiva atuou, se dispondo a atender às ovelhas de Israel, mas também às ovelhas de outro aprisco, como o chefe da sinagoga que o buscou porque a sua filha se encontrava seriamente enferma<sup>6</sup>; como o centurião que intercedeu em favor de seu servo<sup>7</sup>; como o Zaqueu, chefe dos publicanos, que o recebeu em sua casa<sup>8</sup>. Estava em ação a mais eficaz evangelização e a mais eloquente pregação, isto é, sem o recurso da palavra, mas com o concurso da vida.

Se um dia o cristão, seja ele católico, batista ou de qualquer outra denominação, reconhecer a necessidade de socorro que todos os dias se lhe apresenta chamando-o à consciência e ao agir ético com responsabilidade, como o Cristo o fez, com o seu método e com o seu olhar, talvez, então, um dia o cristão contemporâneo seja novamente chamado de “pequeno cristo” mais do que católico, batista ou evangélico. Como bem colocou Comblin, “Jesus exorta para a conversão sem julgar, sem ameaçar, sem reprovar. Ele nem precisa falar. O contato com ele já é um apelo” (COMBLIN, 2005, p. 79).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como colocado ao longo deste texto, a parceria aqui relatada preenche apenas uma pequena lacuna do amplo espectro de necessidades relacionado à questão migratória que a todos se apresenta. No entanto, as reflexões que ela provocou, sobretudo, quanto às metodologias de ação social adotadas pela referida comunidade batista ao longo de sua história, representam um passo promissor no estabelecimento de futuras parcerias que, à semelhança da experiência aqui relatada, poderão também contribuir no embate às desigualdades, injustiças e carências em geral do mundo global pela reunião de esforços conjuntos entre tradições religiosas distintas. O grupo batista reconheceu ser possível uma aproximação com outras tradições religiosas com o intuito de ajudar pessoas necessitadas sem que, de fato, esta aproximação pudesse trazer qualquer constrangimento ou dano à própria comunidade quanto a vivência de seus valores, escopo doutrinário, modo de interpretar o texto sagrado, visão de mundo etc. Neste sentido, um paradigma foi quebrado no seio da comunidade batista quanto à sua maneira de fazer missão no mundo, isto é, dar testemunho de vida cristã e fazer discípulos, valores estes plenamente fundamentados nas consciências dos indivíduos batistas como parte de sua identidade religiosa.

Esta quebra de paradigma foi resultado ou foi tornada possível, primeiramente, pela obtenção de informações fundamentadas acerca do drama enfrentado por aqueles que estão em trânsito. Isto aconteceu quando da participação do autor, também pastor da IEBVA naquele tempo, no I Simpósio Internacional sobre Religião e Migração na PUC, em 2015. No contexto da IEBVA, como se dava àquela época, não havia uma percepção clara, sobretudo, de parte da liderança ali constituída, acerca da importância deste trânsito e vivência entre os círculos acadêmicos por parte de seu líder religioso em benefício de uma ampliação de sua formação, cujos benefícios seriam, certamente, revertidos para a própria comunidade. Assim, este elemento também foi destacado na comunidade batista ao longo do estabelecimento do projeto.

A quebra de paradigma também foi resultado de uma maior sensibilidade do grupo batista em relação às condições daqueles que sofrem, de uma releitura do evangelho com uma observação estrita à atuação do Cristo diante das necessidades que se lhe apresentavam, de uma revisão da própria ética, isto é, da maneira cristã batista de habitar o mundo e da disposição em querer ajudar.

A parceria aqui descrita testemunha dos muitos benefícios que são legados àqueles que estão em necessidades extremas sempre que diferenças de credo, de cosmovisão, de cultura eclesial, de hermenêuticas teológicas, entre outras distinções, são postas em segundo plano em favorecimento do atendimento à vida humana. Ela reflete também uma maior sensibilidade quanto à atuação do próprio Cristo diante das múltiplas misérias a todo o tempo presenciadas, a saber, o valor da vida deve ser elevado ao *status* de valor absoluto que por todos deve ser observado.

Por fim, a referida experiência é prova da eficácia do diálogo inter-religioso, como o que se deu nas dependências da Missão Paz por ocasião do primeiro encontro com o Padre Paolo Parise, que aqui foi descrito. Naquela ocasião, questões doutrinárias, de fé, de cultura eclesial católica ou batista, nem de longe foram tocadas e a razão é evidente, vidas humanas estavam em risco e em extremas necessidades. Portanto, este havia se tornado, parafraseando Comblin (2005) quando fala a respeito dos pobres, “o tema primeiro da teologia”.

## NOTAS

<sup>1</sup> Lipovetsky descreve o conceito de “espiritualidade *light*” em sua obra *Da leveza*, para uma civilização do ligeiro. LIPOVETSKY, G. **Da leveza: para uma civilização do ligeiro**. Lisboa: Edições 70, 2016.

<sup>2</sup> Como postula Leonardo Boff, por exemplo, na obra *Ética e moral*, a busca dos fundamentos. LEONARDO, B. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

<sup>3</sup> Ver: JONAS, H. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RIO, 2006.

<sup>4</sup> Cf. Marcos 6, 30-44.

<sup>5</sup> Cf. Mateus 25, 31-46.

<sup>6</sup> Cf. Marcos 5, 21-43.

<sup>7</sup> Cf. Mateus 8, 5-13.

<sup>8</sup> Cf. Lucas 19, 1-10.

## REFERÊNCIAS

BOFF, L. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTILLO, J. M. **A ética de Cristo**. São Paulo: Loyola, 2010.

COMBLIN, J. **Quais os desafios dos temas teológicos atuais?** São Paulo: Paulus, 2005.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

KÜNG, H. **Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana**. São Paulo: Paulinas, 1993.

LIPOVETSKY, G. **Da leveza: para uma civilização do ligeiro**. Lisboa: Edições 70, 2016.

SANCHEZ, W. L. **Vaticano II e o diálogo inter-religioso**. São Paulo: Paulus, 2015.

## RESUMO

Este artigo apresenta como se deu uma parceria entre uma igreja batista tradicional e uma entidade católica na oferta de cursos gratuitos de língua portuguesa para imigrantes e refugiados nas dependências da referida comunidade batista. O texto tratará também da importância do diálogo inter-religioso no favorecimento da vida humana, dos reflexos da parceria na comunidade batista e da necessidade de reflexão acerca do papel da igreja cristã diante dos desafios do mundo moderno.

**Palavras-chave:** imigrantes; igreja batista; Missão Paz; diálogo inter-religioso.

## ABSTRACT

This article presents a partnership between a traditional baptist church and a catholic entity in offering free Portuguese language courses for immigrants and refugees into baptist church spaces. The text will also deal with the importance of interreligious dialogue in favor of human life, about the reflections of the partnership in the baptist community and with the need for reflection on the role of the christian church in face of the challenges of the modern world.

**Keywords:** immigrants; baptist church; Mission Peace and interreligious dialogue.

# Configurações da migração haitiana no Mato Grosso do Sul

*Alex Dias de Jesus\**

## 1 INTRODUÇÃO

As migrações internacionais têm marcado profundamente o Haiti. A grande mobilidade espacial de parte significativa da sua população em vários países do mundo tem transformado o Haiti em uma sociedade transnacional através dos amplos e densos laços sociais entre migrantes e não migrantes. De acordo com Alfonso (2012), em pelo menos 25 países há grupos de haitianos superiores a 500 pessoas. A densidade dos vínculos dos haitianos entre origem, destino e espaços de trânsito tem ampliado o espaço social haitiano para além das fronteiras do Estado-nação.

A partir de 2010, no contexto de instabilidade econômica agravada com o terremoto que atingiu o país em janeiro daquele ano, milhares de haitianos passaram a emigrar para o Brasil através de um longo trajeto por vários países da América Latina. Assim, o Brasil foi incorporado como um novo espaço migratório, ampliando as redes sociais da migração por meio de um intenso fluxo nos últimos anos (HANDERSON, 2017).

De maneira semelhante ao que vem ocorrendo em outras partes do Brasil, no Mato Grosso do Sul, a migração haitiana tem sido marcada por uma grande mobilidade interna. Por esse motivo, qualquer informação de caráter quantitativo relacionada à ela deve ser tomada com ressalvas, evitando grandes distorções com a realidade. Frequentemente, temos observado nos municípios sul-mato-grossenses, um grande movimento de chegadas e saídas de haitianos e disso depreendemos dois pontos que consideramos importantes: a movimentação no mercado de trabalho e a atuação das redes sociais.

Nesse sentido, este artigo busca analisar as configurações atuais da migração haitiana no Mato Grosso do Sul, com o objetivo de contribuir com o debate mais amplo acerca dessa migração no Brasil. Para isso, utilizamos metodologias mistas como análise de dados secundários, pesquisa bibliográfica e pesquisas de campo em diversos municípios do estado. Acreditamos que, como fenômeno multicausal, a migração haitiana demanda olhares variados em sua análise, respondendo à pluralidade que ela contém.

---

\* alexdias@ifpi.edu.br

Na primeira parte do artigo analisamos algumas etapas da migração haitiana no Mato Grosso do Sul e apontamos breves considerações em torno das redes sociais e redes migratórias como alternativas para analisar o processo. Posteriormente, traçamos um perfil destacando questões relacionadas ao sexo e ocupação para compreender algumas tendências importantes desse fluxo. Em seguida, discutimos as iniciativas de acolhimento e de inserção social para os haitianos efetivadas em diversos municípios do estado. Por fim, na conclusão, sintetizamos os principais resultados desta investigação.

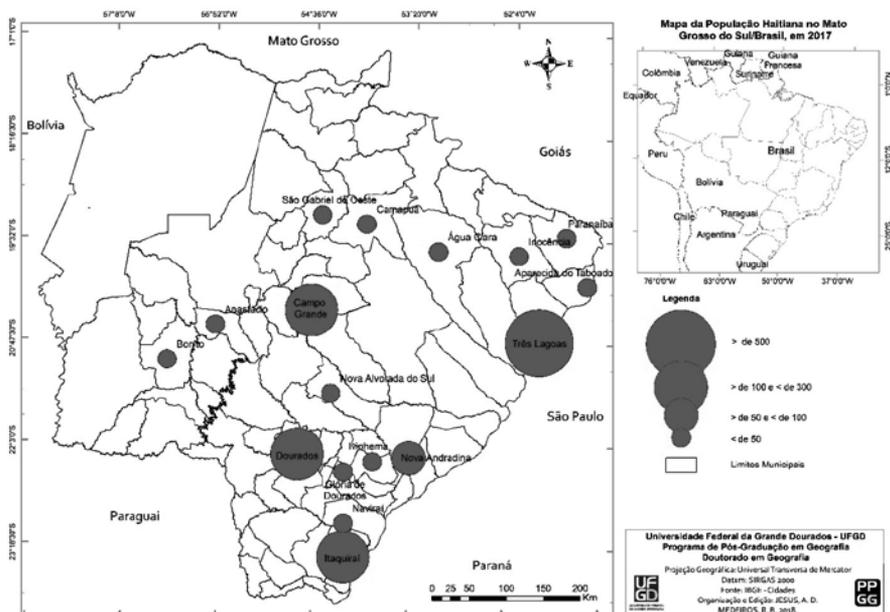
## 2 O MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO HAITIANA

A migração haitiana no Brasil tem se constituído como uma das mais relevantes no campo das migrações sul-sul em todo o mundo. Iniciada de maneira mais expressiva em 2010, ela provocou alterações significativas nos fluxos migratórios na América Latina, em particular no Brasil. Desde 2013, os haitianos formam o principal grupo de estrangeiros no mercado formal brasileiro (CAVALCANTI *et al*, 2017) e sua presença passou a ser notada em muitos municípios brasileiros.

Considerando o universo da migração haitiana no Brasil no que diz respeito à quantidade de migrantes, o estado do Mato Grosso do Sul se insere de maneira periférica no conjunto dessa população. Entretanto, a presença de haitianos em diversos municípios sul-mato-grossenses, bem como as estratégias de mobilidade por eles implementadas, tem alterado profundamente a configuração das migrações internacionais no estado nos últimos anos.

De acordo com os dados da Polícia Federal, sistematizados no Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE), entre 2010 e 2016, mais de 80 mil haitianos entraram no Brasil, através de diversos amparos legais<sup>1</sup>, com destaque para o visto humanitário. No Mato Grosso do Sul, no mesmo período, os dados oficiais registraram a presença de 1.112 haitianos residentes em vários municípios do estado. Embora as informações desses registros sejam insuficientes para captar a intensa mobilidade dos haitianos pelo país, eles podem servir como um importante termômetro da dispersão dessa população, tendo em vista o seu grau de detalhamento até o nível municipal. Ou seja, pode ser tomado como um ponto de partida na análise do fenômeno em questão.

**Figura 1:** Mapa da população haitiana no Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Como afirmamos em outra ocasião (JESUS, 2017), embora a presença haitiana tenha sido registrada no Mato Grosso do Sul ainda nos meses iniciais de 2010, com a entrada pelo município de Corumbá, na fronteira com a Bolívia, naquele momento, ela esteve associada ao trânsito para outros destinos e apenas em 2012 ela passa a ser notada como residência, ampliando-se nos anos seguintes. Com o tempo, não apenas o número desses migrantes sofreu mudanças, mas também as categorias jurídicas e suas estratégias de mobilidade.

De indocumentados, passando por solicitantes de refúgio até os migrantes com visto humanitário, as categorias jurídicas que regulamentaram a migração haitiana no Brasil guardam estreita relação com os percursos e as estratégias utilizadas pelos haitianos em seus projetos migratórios. Isso se refletiu diretamente nas rotas e nas portas de entrada desse fluxo no território brasileiro. Das primeiras chegadas através das fronteiras internacionais do Amazonas, Mato Grosso do Sul e Acre, passando pelo aumento expressivo das entradas pelos aeroportos das principais cidades do país até o atual retorno de uma situação indocumentada, explicitada pelo cruzamento da fronteira com a Bolívia, os haitianos redefiniram suas estratégias de mobilidade frente às políticas migratórias no Brasil e em outros países sul-americanos.

Na dimensão temporal, identificamos que a migração haitiana no Mato Grosso do Sul passou por três fases marcantes. A primeira se deu entre os anos

de 2012 e 2013 com a contratação de haitianos no abrigo público de Brasília, em Manaus e São Paulo para trabalharem principalmente em empresas da construção civil, na indústria de eletrodomésticos e em frigoríficos, dirigindo-se majoritariamente para os municípios de Três Lagoas, Itaquiraí e Campo Grande.

No segundo momento, impactado diretamente pela desaceleração da economia brasileira a partir de 2015, notamos a presença de haitianos que já contavam com experiência migratória em outros locais do Brasil e, encontrando dificuldades de inserção laboral, mudaram-se para o Mato Grosso do Sul, amparando-se nas redes sociais entre familiares e amigos. De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2016, foram eliminados 7.724 postos de trabalho ocupados pelos haitianos no Brasil (CAVALCANTI *et al*, 2017). Isso provocou a mobilidade interna desses trabalhadores, marcando uma nova etapa da migração.

Em um terceiro momento, sobretudo nos anos 2016 e 2017, juntamente com a mobilidade interna, verificamos a chegada de haitianos que vieram diretamente do Haiti para o Mato Grosso do Sul ao encontro de familiares e amigos. Com isso, aumentou a presença de mulheres, crianças e homens mais jovens, reconfigurando o perfil das comunidades haitianas em diversos municípios. Os processos de reunião familiar em curso nos permitem afirmar que a migração haitiana no Mato Grosso do Sul, atualmente, tem grande sustentação nas redes sociais entre os migrantes.

A origem dessa migração no Mato Grosso do Sul, assim como em outros destinos dentro do Brasil, esteve associada à mobilidade da força de trabalho haitiana, como afirmamos. Todavia, a continuidade do fluxo, embora orientada para o trabalho na maioria dos casos, contém também outras motivações e sustenta-se na criação e ampliação das redes sociais e das redes migratórias.

A chegada de jovens abaixo dos 18 anos, inclusive, crianças e idosos, nos permite levantar a hipótese de que a busca por trabalho já não seria a única razão explicativa para essa migração, mas também a busca de educação, saúde e novas experiências profissionais e culturais. Isso seria um indicativo de que estaríamos visualizando um processo migratório em vias de consolidação (SILVA, 2016, p. 212).

No momento atual, em que as mudanças de ordem política e econômica na América Latina têm influenciado diretamente na migração haitiana, as informações repassadas entre os migrantes têm peso fundamental. As redes sociais ocupam, enquanto redes de relações interpessoais entre os migrantes, lugar central na transmissão de informações sobre o destino, bem como sobre os lugares de passagem. Por meio delas, por exemplo, transitam informações sobre as rotas mais adequadas, os meios de transporte, documentos, custos, dentre outras.

Nesse contexto, as tecnologias de informação e comunicação ganham destaque na medida em que potencializam e aceleram as trocas de informações e recursos entre migrantes e não migrantes nos diferentes locais. Por esse motivo, torna-se cada vez mais comum o uso de aparelhos celulares e o acesso à internet como ferramentas fundamentais nos projetos migratórios.

En este sentido, las nuevas tecnologías de información y comunicación se constituyen en los soportes que permiten mantener activos los vínculos de apoyo y confianza (familiares, de amistad, asociativas) entre las personas que están lejos, donde las remesas sociales son el contenido clave en la continuidad y mantenimiento de estos vínculos (...) (TORRALBO, 2012, p. 114).

Muitas vezes, as redes sociais adquirem a configuração de redes migratórias na medida em que passam a viabilizar migrações futuras. As articulações que envolvem os sujeitos nos lugares de atuação de suas redes sociais podem tornar a migração muito mais provável. A rede migratória é um tipo específico de rede social adaptada a um fim: a ação de migrar (SOARES, 2017). Na prática, as remessas oriundas de parentes ou amigos, o compartilhamento de moradias e o auxílio na inserção laboral no destino são exemplos de como a estrutura reticular pode contribuir na continuidade do fluxo migratório.

Especificamente no caso dos haitianos no Mato Grosso do Sul, as recentes transformações ocorridas entre essa população, nos diversos municípios onde ela está presente, apontam para uma migração em vias de consolidação, em grande medida, viabilizada pela atuação das redes migratórias. Isso afirmamos porque têm sido crescente os casos de reunião familiar, o aumento do número de casamentos e de nascimentos de crianças filhas de pais haitianos.

### 3 PERFIL E OCUPAÇÃO DOS HAITIANOS NO MATO GROSSO DO SUL

As análises sobre grupos específicos de migrantes, se atentas às mudanças, podem ajudar a traçar perfis e tendências do fluxo migratório, além de levantar demandas no que diz respeito ao marco jurídico, inserção social e garantias de direitos diversos. Nesse sentido, o levantamento de informações acerca da realidade de determinado grupo, mais do que mostrar certas configurações, podem servir de base para a elaboração de ações mais assertivas. É esse intuito que orienta as análises deste texto.

Os locais de entrada dos haitianos que residem no Mato Grosso do Sul guardam estreita relação com a sua condição jurídica, bem como com os agenciamentos através das rotas em outros países da América do Sul. No início dessa migração, em 2012, a totalidade dos haitianos residentes no estado havia entrado pelo Acre, quando as rotas pelo Equador e Peru estavam bastante ativas e, a grande maioria, portava o protocolo de solicitação de refúgio.

Nos anos seguintes, em consequência da criação e emissão dos vistos humanitários regulamentados pela Resolução nº 97/2012 e principalmente pela Resolução nº 102/2013 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), quando foi possível sair do Haiti ou de outro país de trânsito, como Equador e Peru, já portando o documento, começaram a ser notadas entradas pelos principais aeroportos do Brasil. Mesmo assim, as dificuldades para obter o visto e a atuação de agenciadores ao longo das rotas manteve o Acre como principal porta de entrada até o ano de 2014.

Em 2015, 62% dos haitianos residentes no Mato Grosso do Sul haviam entrado pelo Acre, demonstrando que, apesar da política de vistos, os agenciamentos exerciam forte influência na escolha das rotas e dos meios de transporte. Já em 2016, não se observou mais entradas pelas cidades acreanas, tendo a maioria (59%) ingressado pelo estado de São Paulo<sup>2</sup>. Atualmente, aqueles que se deslocam diretamente do Haiti têm a cidade de São Paulo como entrada principal, com deslocamentos para o Mato Grosso do Sul feitos em ônibus ou avião, em alguns casos, a depender dos recursos financeiros disponíveis.

Seguindo uma tendência bastante comum em migrações de tipo laboral, a presença masculina foi e ainda continua sendo majoritária tanto no Brasil como no Mato Grosso do Sul. Considerando que, em muitos casos, trata-se de um projeto familiar que geralmente envolve recursos financeiros de mais de um membro da família, é comum que o migrante seja aquele mais apto para trabalho destinado aos migrantes. Isso aumenta a possibilidade do envio de remessas posteriores e do cumprimento de obrigações com a família no local de origem ou em outros locais onde seus membros eventualmente residam (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016).

De acordo com Nieto (2014), embora haja financiamentos de terceiros, como empréstimos e fundos próprios, há predominância dos recursos familiares no pagamento das despesas como passagens e documentação. Segundo o autor, os migrantes geralmente contam com recursos materiais e imateriais da família transnacional, caracterizada pela presença de membros no exterior. Nessas famílias, as responsabilidades são repartidas e às vezes os papéis são redistribuídos no interior delas. Um contribui financeiramente, outro migra e outro cuida dos filhos, por exemplo. No contexto das migrações, há mudanças nas relações intrafamiliares, mas quase nunca rompimentos.

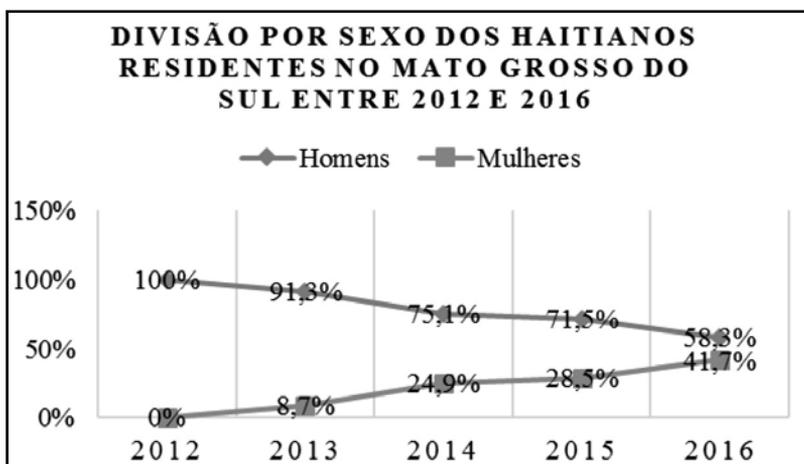
Diante disso, é possível compreender que a predominância de homens em idade ativa para o trabalho nos anos iniciais da migração haitiana no Mato Grosso do Sul está vinculada às estratégias familiares e às expectativas de retorno que ela pode trazer. Entretanto, apesar de uma migração ainda recente, a presença feminina gradativamente vem aumentando, indicando um processo de feminização. Os Gráficos 1 e 2 mostram essa tendência no Brasil e no Mato Grosso do Sul, respectivamente.

**Gráfico 1**



Fonte: SINCRE, 2010 a 2016. Elaboração própria, 2018.

**Gráfico 2**



Fonte: SINCRE, 2010 a 2016. Elaboração própria, 2018.

Em muitos casos, esse processo está vinculado às reuniões familiares, quando as mulheres migram para juntar-se aos seus cônjuges. Todavia, a análise do *status* conjugal das haitianas apontam para uma migração tardia das mulheres e não apenas de reunião familiar. Considerando os registros do SINCRE, entre 2010 e 2016, 71% das mulheres haitianas residentes no Brasil se declararam solteiras ao passo que a porcentagem das que se declararam casadas foi de 25,4%. No Mato Grosso do Sul, no mesmo período, a porcentagem de haitianas solteiras foi de 61,4% e a de casadas 30,9%.

“Considerando-se que a imigração haitiana, tanto para homens como para mulheres, concentra-se na faixa de 20 a 34 anos, os dados sugerem que as mulheres haitianas não vêm ao Brasil no papel exclusivo de cônjuges ou de filhas” (BAENINGER e PERES, 2017, p. 134). Isso acrescenta novas questões na análise dessa migração, tendo em vista que questiona o papel do homem enquanto exclusivo provedor familiar. “Encarar as mulheres como agentes secundários de processos migratórios implica em ignorar complexidades e heterogeneidades” (PERES, 2016, p. 270).

No que se refere à inserção laboral, os haitianos representam o maior número de estrangeiros com vínculos no mercado formal de trabalho brasileiro desde 2013. Porém, em 2016, pela primeira vez, ocorreram mais demissões do que admissões desse grupo (CAVALCANTI *et al*, 2017). No Mato Grosso do Sul, o número de haitianos empregados formalmente no mercado de trabalho foi crescente até 2015 e diminuiu em 2016, seguindo a tendência nacional. A Tabela 1 mostra os municípios do estado onde ocorreram as contratações.

**Tabela 1:** Municípios do Mato Grosso do Sul com haitianos empregados no mercado de trabalho formal

| MUNICÍPIOS               | 2012     | 2013       | 2014       | 2015       | 2016       |
|--------------------------|----------|------------|------------|------------|------------|
| Ambai                    | 0        | 0          | 0          | 1          | 0          |
| Angélica                 | 0        | 0          | 1          | 0          | 0          |
| Aparecida do Taboado     | 0        | 7          | 2          | 3          | 10         |
| Bandeirantes             | 0        | 0          | 0          | 0          | 2          |
| Bataguassu               | 0        | 0          | 0          | 0          | 1          |
| Bonito                   | 0        | 0          | 0          | 0          | 5          |
| Caarapó                  | 0        | 0          | 0          | 1          | 0          |
| Camapua                  | 0        | 0          | 0          | 3          | 7          |
| Campo Grande             | 0        | 55         | 68         | 92         | 70         |
| Dourados                 | 0        | 4          | 7          | 13         | 60         |
| Itaquirai                | 0        | 25         | 100        | 137        | 88         |
| Ivinhema                 | 0        | 2          | 3          | 1          | 1          |
| Navirai                  | 0        | 0          | 0          | 0          | 6          |
| Nova Alvorada do Sul     | 0        | 13         | 0          | 11         | 14         |
| Nova Andradina           | 0        | 0          | 13         | 26         | 25         |
| Paranaíba                | 0        | 0          | 0          | 0          | 2          |
| Sao Gabriel do Oeste     | 0        | 0          | 0          | 0          | 1          |
| Sidrolândia              | 0        | 0          | 0          | 0          | 1          |
| Rio Verde de Mato Grosso | 0        | 0          | 0          | 1          | 0          |
| Tres Lagoas              | 8        | 157        | 204        | 235        | 158        |
| <b>TOTAL</b>             | <b>8</b> | <b>263</b> | <b>398</b> | <b>524</b> | <b>451</b> |

Fonte: MTE/RAIS, 2016. Elaboração própria, 2018.

De acordo com as informações do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2016) disponibilizadas através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no acumulado dos últimos cinco anos, os setores com maior empregabilidade dos haitianos são abate e fabricação de produtos de carne, construção civil, fabricação de eletrodomésticos e fabricação de materiais plásticos.

Em Três Lagoas, município onde reside o maior número de haitianos no estado, os empregados no mercado de trabalho formal concentram-se principalmente em indústrias de fabricação de eletrodomésticos, materiais plásticos e construção civil. Em Campo Grande, a construção civil, comércio e serviços de limpeza foram os setores que mais contrataram. Nos municípios de Dourados e Itaquiraí os haitianos estão empregados quase que exclusivamente nos frigoríficos e em Nova Andradina, em curtumes.

Observamos que, embora o número de haitianos no estado seja estimado em torno de 1.500, menos de um terço desse total aparece com emprego formalizado em 2016, demonstrando que grande parte desses imigrantes está em situação de informalidade ou em desemprego. Isso os torna ainda mais vulneráveis às contratações precárias e à superexploração do trabalho, dificultando a garantia de direitos fundamentais.

A pouca instrução, as dificuldades com o aprendizado da língua portuguesa e a impossibilidade de conseguir a equivalência de diplomas, tem contribuído para que parcela importante do contingente de imigrantes haitianos se engaje em ocupações que exigem pouca qualificação, como na construção civil, em atividades auxiliares ou em linhas de montagem industrial. Em se tratando das mulheres, a situação é mais delicada, pois ao lado das dificuldades com o idioma, soma-se a pouca oferta de postos de trabalho para as mesmas (CAVALCANTI, 2015, p. 32-33).

O grande número de desempregados, a inserção precária por meio da informalidade, o pouco conhecimento acerca da legislação trabalhista brasileira e, não raras vezes, o medo de reivindicar algum direito, são fatores que levam trabalhadores migrantes para atividades com alta carga de trabalho e baixa remuneração, às vezes em situações degradantes e com flagrante violação de direitos. Em Campo Grande, por exemplo, vários casos de superexploração do trabalho haitiano na construção civil foram identificados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT, 2014 e 2015).

#### 4 AS INICIATIVAS DE ACOLHIMENTO E DE INSERÇÃO SOCIAL

A migração haitiana no Mato Grosso do Sul, assim como em outros estados brasileiros, deixou à mostra o despreparo do Estado em relação às políticas de atendimento da população migrante. Apesar de haver uma antiga e constante presença de paraguaios no estado e da passagem frequente de bolivianos

em direção ao Sudeste do Brasil, o Mato Grosso do Sul carece de estrutura governamental para atender as demandas dos migrantes.

Grande parte das ações de acolhimento dos haitianos foi implementada pela sociedade civil, algumas com apoio de instituições públicas, mas o papel do voluntariado foi e continua sendo central em municípios como Corumbá, Dourados, Nova Andradina e Três Lagoas. Iniciativas como aulas de português, intermediação para o mercado de trabalho, aquisição de documentos e doações de roupas e alimentos passaram a ser articuladas ao longo dos anos.

Em Campo Grande, a Pastoral dos Migrantes teve papel fundamental na articulação de diversos parceiros para efetivar ações de acolhimento e intermediação com o Estado. Em Três Lagoas, a Pastoral dos Migrantes é o centro de referência dos haitianos na cidade. Através dela são feitas as solicitações de renovação de passaporte e reunião familiar. Mais recentemente, em 2018, a Pastoral da Mobilidade Humana de Corumbá, também tornou-se o centro de articulação de iniciativas de acolhimento dos haitianos.

O Ministério Público do Trabalho em Campo Grande também tem exercido um importante papel em ações de inserção social. Além de ajuizar denúncias contra a violação de direitos trabalhistas, implementa cursos de ensino de português e qualificação profissional por meio dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), quando multas de empresas são convertidas nessas ações.

O crescente número de haitianos nos municípios sul-mato-grossenses também fomentou a iniciativa das universidades. Em 2016, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas, passou a oferecer aulas de português por meio de um projeto de extensão. A Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul, através do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE) abriu turmas para imigrantes em Campo Grande e Nova Andradina, em 2017; a Universidade Federal da Grande Dourados, no mesmo ano, formalizou projeto de extensão com ações voltadas para o ensino de português e convivência entre os haitianos na cidade de Dourados.

No âmbito governamental, podemos afirmar que a presença haitiana no estado foi fundamental para que uma agenda em torno da questão migratória surgisse. A criação da Associação dos Haitianos em Campo Grande e a articulação de algumas entidades levaram ao Estado, por meio de uma audiência pública em 2015, a demanda por uma política de atendimento a migrantes e refugiados. Derivou-se daí um grupo de trabalho e finalmente o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul (CERMA/MS), em 2016.

Apesar da criação de um órgão para tratar das questões migratórias, sua atuação institucional ainda é bastante tímida. Na prática, igrejas católicas, evangélicas e as universidades, por meio do trabalho voluntário, é que executam as ações, muitas vezes sem estrutura e recursos suficientes para a alta demanda.

Uma prova disso, é que, mesmo passados vários anos da presença haitiana no Mato Grosso do Sul, a chegada de novos grupos na cidade de Corumbá, em 2018, contou, quase que exclusivamente, com a iniciativa da sociedade civil.

No Chile, as mudanças na política migratória do governo de Sebastián Piñera impactaram diretamente na migração haitiana. A partir de abril de 2018, o país passou a exigir vistos de turistas para os haitianos, com permanência máxima de 90 dias. Passou também a emitir vistos humanitários de reunião familiar apenas a cônjuges, filhos menores de idade ou filhos estudantes até 24 anos, com um limite máximo anual de 10 mil vistos. Essas mudanças, além do racismo e xenofobia crescentes e a concorrência com a mão de obra dos venezuelanos, impulsionaram a saída de haitianos do Chile em direção ao Brasil.

Apesar de o governo chileno iniciar um processo de regularização migratória, muitos haitianos cruzaram a Bolívia de maneira indocumentada para chegar ao Brasil através da cidade de Corumbá. Segundo informações da Polícia Federal<sup>3</sup>, cerca de 1.200 haitianos chegaram ao Mato Grosso do Sul nos sete primeiros meses de 2018. Com objetivo de encontrar familiares e amigos em diversos estados brasileiros, com destaque para a região sul, esses migrantes acionam suas redes sociais e põem em prática mais uma etapa do seu projeto migratório.

Entretanto, tampouco encontram facilidades para entrarem e permanecerem no Brasil de maneira regulamentada, pois, desde 6 de abril de 2018, por meio da Portaria Interministerial nº 10, o governo brasileiro passou a emitir vistos humanitários para os haitianos apenas na Embaixada brasileira em Porto Príncipe, no Haiti. Essa medida dificultou a entrada documentada de haitianos que residem em outros países, tendo em vista as dificuldades de retornarem ao Haiti para solicitar tal documento.

Por esse motivo, grande parte dos haitianos que chegou ao Brasil em 2018 recebeu uma notificação para deixar o país em até 60 dias. Com esse documento em mãos, deslocam-se de Corumbá para diversos municípios brasileiros para juntar-se aos familiares e amigos. Sem garantias de emprego e nem mesmo da regularização da situação migratória, utilizam de contatos, informações e recursos de seus conterrâneos para migrarem mais uma vez.

## 5 CONCLUSÃO

Utilizamos os dados do SINCRE como ponto de partida para a análise da migração haitiana no Mato Grosso do Sul, mas complementamos com outras informações a partir de pesquisas de campo em diversos municípios do estado. O uso de metodologias mistas teve como objetivo compensar eventuais falhas na utilização de dados secundários. Considerando que trata-se de um processo em desenvolvimento, a análise em torno da migração haitiana é sempre parcial e limitada.

Indicamos que a presença dos haitianos no Mato Grosso do Sul esteve inicialmente relacionada com a mobilidade do trabalho por meio de contratações feitas por empresas sul-mato-grossenses a partir do ano de 2012. Porém, complementando essa mobilidade, as redes migratórias ampliaram e reconfiguraram a migração haitiana no estado.

Atualmente, estimamos que cerca de 1.500 haitianos residam em diversos municípios do Mato Grosso do Sul. Embora com a presença predominantemente masculina, a migração de mulheres tem alterado gradativamente o perfil desse grupo, indicando que, além do processo de reunião familiar, é grande o número de mulheres solteiras que migram de maneira autônoma. Além disso, o nascimento de crianças brasileiras filhas de pais haitianos já demonstra uma segunda geração dessa migração.

No que se refere ao trabalho, constatamos que cerca de um terço dos haitianos residentes no estado encontram-se empregados no mercado de trabalho formal, principalmente em indústrias pesadas, frigoríficos e construção civil. O desemprego e a informalidade aumentam a vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes que muitas vezes sujeitam-se à funções degradantes reproduzindo situações de precarização e superexploração do trabalho.

Embora com presença marcante em alguns municípios, os haitianos no Mato Grosso do Sul contam, quase que exclusivamente, com iniciativas de acolhimento e inserção social efetivadas por voluntários. Apesar de o Estado ter criado o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas, em 2016, suas ações ainda são incipientes dada a alta demanda que esse grupo apresenta.

Recentemente, durante o ano de 2018, o Mato Grosso do Sul voltou a ser um espaço de passagem dos haitianos que deixaram o Chile em direção ao Brasil, com destaque para os estados da região Sul. As mudanças do governo brasileiro na concessão dos vistos humanitários refletiu no retorno da migração indocumentada, acrescentando dificuldades na mobilidade dessa população.

## NOTAS

<sup>1</sup> A exemplo de visto temporário para estudo, visto de reunião familiar e refúgio.

<sup>2</sup> Reflexo da parceria firmada entre a Embaixada do Brasil no Haiti e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2015, que criou o BVAC (Centre de réception des demandes de visas pour le Brésil em Haiti) com o objetivo de otimizar a emissão de visto e reduzir o tempo de espera, como também combater a migração “ilegal”. O BVAC realizava o atendimento pré-consular. Assim, passaram a emitir um número bem maior de vistos.

<sup>3</sup> Em audiência pública realizada na cidade de Corumbá em 3 de agosto de 2018.

## REFERÊNCIAS

- ALFONSO, H. D. **La migración haitiana en el Caribe**: una propuesta para la acción. Santo Domingo: Servicio Jesuita de Migrantes, 2012.
- BAENINGER, R; PERES, R. Migração de crise: a imigração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.
- BRASIL. **Portaria Interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018**. Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Cingapura/en-us/file/Portaria%2010-2018.pdf>> . Acesso em: 1 de agosto de 2018.
- CAVALCANTI, L. *et al.* (Orgs.) Migração Laboral no Brasil - Desafios para construção de políticas. **Cadernos OBMigra**. Brasília, v.1, n.1, 2015.
- CAVALCANTI, L. *et al.* (Orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2017.
- CNIG – Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº. 97**, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão de visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Resolução Normativa nº 102**, de 26 de abril de 2013. Altera a Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012. Brasília, 2013.
- HANDERSON, J. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Periplos/GT CLACSO - Migración Sur-Sur** | v.1, n.1, p. 7-26, 2017.
- JESUS, A. D. de. Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. **Anais**. Porto Alegre, v. 1, p. 13.034-13.045, 2017.
- MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, R. et al (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Anuário Estatístico da RAIS - 2016**. Brasília: MTE, 2016. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/anuario-rais>>. Acesso em 18 de agosto de 2018.
- MPT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO MATO GROSSO DO SUL. Haitianos que trabalhavam na obra de duplicação da BR 163 denunciam condições precárias e falta de pagamento. (publicado no site do MPT em 08/10/2014). Disponível em: <<http://www.prt24.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-ms/251-haitianos-que-trabalhavam-na-obra-de-duplicacao-da-br-163-denunciam-condicoes-precarias-e-falta-de-pagamento>> . Acesso em: 19 de agosto de 2018.

- \_\_\_\_\_. **Empreiteira desaparece e grupo de haitianos fica sem salários.** Publicado no site do MPT em **04/03/2015**. Disponível em: <<http://www.prt24.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-ms/307-empresaria-desaparece-e-grupo-de-haitianos-fica-sem-salarios>>. Acesso em: 19 de agosto de 2018.
- NIETO, C. **Migración haitiana a Brasil: redes migratorias y espacio social transnacional.** 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- PERES, R. Imigração e gênero: as mulheres haitianas no Brasil. In: BAENINGER, R. *et al* (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- SILVA, S. A. da. A imigração haitiana e os paradoxos do visto humanitário. In: BAENINGER, R. *et al* (Orgs.). **Imigração haitiana no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- SINCRE – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros. **Microdados 2010-2016.** (Publicado no site do Observatório das Migrações/ Ministério do Trabalho em 27 de Junho de 2016, 14h18 | Última atualização em Quinta, 20 de Dezembro de 2018,) Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/microdados>>. Acesso feito em 5 de agosto de 2018.
- SOARES, W. Rede Migratória. In: CAVALCANTI, L. *et al* (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.
- TORRALBO, H. G. Comunicación y contacto transnacional: el uso de las nuevas tecnologías de información y comunicación en la constitución de redes migratorias. In: BLANCO, M. R.; JOHNSON, C. G. (Org.). **Caminos de ida y vuelta.** Madrid: Catarata, 2012.

## RESUMO

O presente artigo analisa as configurações atuais da migração haitiana no Mato Grosso do Sul, destacando a mobilidade do trabalho e as redes migratórias como fatores impulsionadores desse processo. Desde 2012, grupos de haitianos passaram a residir em alguns municípios sul-mato-grossenses depois de serem contratados por empresas do estado. Esse movimento inicial possibilitou a chegada de outros grupos nos anos seguintes, alterando o perfil e as tendências desse fluxo. Como consequência, pode-se observar a feminização da migração e o nascimento de crianças brasileiras de ascendência haitiana.

**Palavras-chave:** Migração haitiana; Mato Grosso do Sul; Redes migratórias.

## ABSTRACT

This article analyzes the current configuration of Haitian migration in Mato Grosso do Sul, highlighting labor mobility and migration networks as booster factors of this process. Since 2012, groups of Haitians have settled in some cities of the Mato Grosso do Sul after being hired by state companies. This initial movement allowed the arrival of other groups in the following years, changing the profile and trends of this flow. As a consequence, one can observe the feminization of migration and the birth of Brazilian children of Haitian descent.

**Keywords:** Haitian migration; Mato Grosso do Sul; Migration networks.

# A imigração haitiana na perspectiva da imagem-ação

*Isis do Mar Marques Martins\**

## 1 INTRODUÇÃO

A imagem tem sido frequentemente uso e recurso para reflexão de fenômenos sociais. Na geografia, por exemplo, a imagem muitas vezes é utilizada como analogia do estudo da paisagem, embora não necessariamente. A imagem em grande medida traduz espaços em movimento a partir de uma *perspectiva* - o que faz toda a diferença - mas também pode ser utilizada como dispositivo de controle ou de discursos muitas vezes contraditórios.

Aqui neste artigo optou-se por um exercício. O exercício de entender as dinâmicas da imagem, da fotografia e da interpretação das paisagens, o que pode nos dizer e o que pode nos passar. Bem como nosso papel, como parte deste mundo, em captar e apreender uma imagem como dimensão que torne este inteligível, dotado de luz e lucidez da realidade. Por muitas vezes, sabemos o quanto é difícil, mas a proposta aqui é tornar este exercício mais usual, mais necessário nas ciências como um todo.

Nesse sentido, por que utilizar a perspectiva da imagem-ação?

Esse termo é utilizado como um dos processos de captura e ação da imagem por Gilles Deleuze (1983) em “Cinema: a imagem-movimento” para apreender o laço do que ele denomina como imagem-movimento, em alusão ao cinema e às potencialidades que o cinema nos traz como categorias filosóficas. Neste artigo nos deteremos à construção do processo da imagem-ação, na compreensão de Gilles Deleuze que a captura da imagem implica o movimento múltiplo.

O movimento múltiplo é algo que procurou-se trabalhar na tese intitulada Do Haiti ao Brasil: estratégias de mobilidade e permanência em grupos migrantes, captando a pluralidade das estratégias de migrantes e agentes sociais que participam diretamente do fluxo migratório e do processo de permanência. As

---

\* A autora é geógrafa, mestre em geografia, doutora em planejamento urbano e regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente é pós-doutoranda na mesma instituição do doutorado pelo programa Nacional de Pós-Doutorado CAPES. Pesquisadora vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios - NIEM (IPPUR-UFRJ).

Contato: [isis.marinha@gmail.com](mailto:isis.marinha@gmail.com)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

estratégias de mobilidade e permanência reúnem as práticas e os agenciamentos de grupos migrantes na tentativa de construir suas relações no lugar em que chegam. Elas coexistem com outras estratégias de mobilidade e permanência que são produzidas no bojo das suas. O Estado tem suas estratégias, o mercado idem, sociedade do lugar em que chega também. A questão que tem de se aprofundar e ser provocada é o porquê dessas estratégias serem opostas, entrarem em conflito, tornando as de migrantes, principalmente migrantes pobres, inimigas às demais.

O objetivo deste artigo é, assim, analisar as estratégias de mobilidade e permanência de grupos migrantes no Brasil, em especial haitianos, entendendo que tais estratégias podem ser absorvidas e interpretadas por fotografias, por imagens e por interpretações diversas do real. Obviamente não se reflete um processo migratório como um todo, mas como já exposto, é também um exercício de alteridade e empatia, tão necessário às políticas de migração no país e a visão posta para a sociedade do que é o migrante e do que é a imigração.

## 2 A IMAGEM COMO RECURSO PARA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS

A imagem-movimento é o processo último dessa captura que combina a sequência de imagens-ação e que traz à tona a identidade e identificação com as emoções. Há, segundo Deleuze (1983), três espaço-tempos importantes para essa captura que leva à imagem-movimento do cinema: imagem-afecção, imagem-ação e imagem-movimento. Atento para os dois primeiros, que revelam a potência da imagem fotográfica e da pintura, por exemplo. Nesses dois laços de análise e vislumbre da imagem, há uma série de caminhos que permitem ao observador captar uma interpretação da fotografia. O interesse envolve, para ele, uma rusticidade, um impulso que leva àquela imagem ter atenção, chamar atenção do público.

Ainda conforme Deleuze (1983), a captura dessa rusticidade se inicia quando algo da imagem é captada e paralisada pelo olhar do observador. No momento em que ocorre essa captura a imagem deixa de se tornar um objeto e torna-se objeto de emoção do sujeito. É quando o afeto transparece.

O afeto é a entidade, isto é, a Potência ou a Qualidade. É um expressado: o afeto não existe independentemente de algo que o exprima, embora dele se distinga inteiramente. O que o exprime é um rosto ou um equivalente de rosto (um objeto rostificado); ou até mesmo uma proposição. Chama-se “ícone” o conjunto do expressado e de sua expressão, do afeto e do rosto (DELEUZE, 1983, p. 114).

Quando Deleuze aponta que o afeto é a entidade, é que para ele a entidade é o que representa o todo que leva ao observador exprimir a emoção na imagem. Seja tristeza, raiva, alegria etc. É algo que eleva aquela imagem a outros

espaços, ou ao que ele define de um lugar sem um espaço definido. É quando a imagem transcende e significa. Este é o laço da imagem-afecção, quando o afeto impulsiona e a imagem não é mais um objeto.

Sejam quais forem suas implicações mútuas, distinguimos, portanto, dois estados das qualidades potências, isto é, dos afetos: enquanto são atualizados num estado de coisas individuado e nas *conexões reais* correspondentes (com tal espaço-tempo, *hic et nunc*, tais caracteres, tais papéis, tais objetos); enquanto são expressados por si mesmos, fora das coordenadas espaço-temporais, com suas singularidades próprias ideais e suas *conjunções virtuais*. A primeira dimensão constitui o essencial da imagem-ação e dos planos médios; mas a outra dimensão constitui a imagem-afecção ou o primeiro plano. O afeto puro, o puro expressado do estado de coisas, remete de fato a um rosto que o exprime (ou a vários rostos, ou o equivalente, que acolhe e exprime o afeto como entidade complexa e assegura as *conjunções virtuais* entre pontos singulares desta entidade (o brilhante, o cortante, o terror, o enternecido...) (DELEUZE, 1983, p. 120-121).

Da imagem-afecção a imagem-ação transforma toda aquela referência de afeto em um processo, em uma sistematização da informação. É quando a imagem é interpretada e o exercício da alteridade transparece. A imagem-ação, nesse sentido, é o resultado desse exercício de alteridade e de empatia com as questões reais e que são escamoteadas pelo contraditório, pelos agenciamentos que mascaram a realidade que em muitos casos não são definitivamente mostradas como realidade.

Quando as qualidades e potências são apreendidas enquanto atualizadas em estados de coisas, em meios geográfica e historicamente determináveis, entramos no campo da imagem-ação. O realismo da imagem-ação se opõe ao idealismo da imagem-afecção. [...] Como vimos, a primeira desenvolve-se no par Espaços quaisquer-Afetos. A segunda se desenvolverá no par Meios determinados-Comportamentos. [...] Uma pulsão não é um afeto porque é uma impressão, no sentido mais forte, e não uma expressão; mas ela também não se confunde com os sentimentos ou as emoções que regulam e desregulam um comportamento. Ora, é preciso reconhecer que este novo conjunto não é um simples intermediário, um lugar de passagem, mas que ele possui uma consistência e uma autonomia perfeitas, que fazem até com que a imagem-ação permaneça impotente para representá-lo, e a imagem-afecção impotente para fazê-lo sentir (DELEUZE, 1983, p. 143).

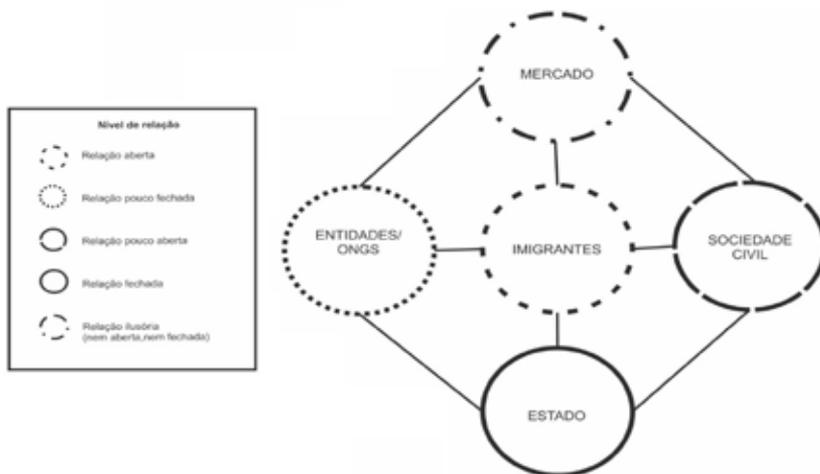
Dessa maneira, depreendemos as realidades hoje no Brasil que são escamoteadas por vários desses agenciamentos. O que mais nos importa é tratar e depreender no caso dos grupos migrantes no país. Mas não só um grupo especificamente oriundo de um determinado país ou origem. Refiro-me aqui aos migrantes pobres, que entre o final do século XX e meados do século XXI tem se destacado nas estatísticas de entrada e permanência aqui. Como esses migrantes são captados pelo Estado, pela mídia, pela sociedade e por si próprios?

Vimos, no caso dos migrantes haitianos, uma série de notícias e imagens que muitas vezes ratificavam sua vinda ao Brasil como algo constrangedor, ou invasivo, ou de caráter ofensivo, seja por um discurso de escasso acolhimento, ou o contrário, de uma benevolência excessiva. Dentre todas as formas apresentadas e representadas por imagens, raras foram as perspectivas pelo movimento político que grupos haitianos impulsionaram a partir de suas estratégias de mobilidade e permanência.

### 3 MIGRANTES NO BRASIL: SUAS ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE E PERMANÊNCIA

Pensemos na articulação dessas estratégias a partir de agentes sociais que mais se encontram com o imigrante, quer seja o Estado, o mercado, as entidades e organizações não governamentais e o restante da sociedade civil. Trabalharemos com mapas conceituais que articulam agentes sociais partícipes do processo migratório no país. Não se tratará aqui de esboçar um histórico desse processo, pois tal articulação não é novidade em outros trabalhos (MAMED, 2016; MARTINS, 2018; THOMAZ, 2015; VIEIRA, 2014; CONTIGUIBA, 2014; HANDERSON, 2015, dentre outros).

**Mapa 1:** Níveis de relação entre agentes sociais selecionados.



Fonte: Leituras e trabalhos de campo. (Elaboração nossa).

O Mapa 1 aponta as imbricações políticas das estratégias de mobilidade e permanência em diferentes agentes. O imigrante, central na relação, possui um nível aberto, indicando receptividade não só enquanto grupo minoritário, passivo e ativo à política migratória, mas também elemento necessário à sua estratégia de mobilidade. Seus desejos e interesses são postos conforme a atuação das demais estratégias.

Entretanto, os variados níveis de relação não condizem com a abertura dos imigrantes. O acolhimento se dá pelas entidades e organizações não-governamentais, no primeiro suporte ou nas denúncias às violências de toda ordem contra os desequilíbrios dos diversos níveis entre agentes.

O Estado, na análise geral, apesar de possuir redes de solidariedade muito próprias, espaços de reivindicação e avanços graças às estratégias como as dos haitianos, ainda está na ordem fechada. As demandas entregues por imigrantes para o Estado requerem mudanças estruturais, mas que em muitos casos são mudanças simples que, apesar do diálogo, amadurecem pouco ou muito pouco quando analisamos a efetivação das estratégias de permanência migrantes.

A necessidade de absorver e compreender as estratégias migrantes requer níveis mais complexos e profundos da relação, que ainda perfaz pelo personalismo e pelo interesse do mercado e de quem está no poder. Isso fica claro ao analisar o restante da sociedade civil, que possui uma relação pouco aberta, pois a partir das estratégias de grupos migrantes, em grande medida, fica à mercê dos demais agentes, da mídia, dos discursos e práticas que em muitas situações são escamoteadas pela herança social construída em relação à migração no Brasil e/ou pelas faces do preconceito, como bem definidas nas impressões desde o Acre até a região sul do Brasil, pelos haitianos.

O mercado possui um nível ilusório, porque apesar de supor tão aberto quanto ao nível da relação dos imigrantes, restringe-os e promove a exploração e a submissão que os prende a somente seu nível. Em convivência com o Estado, o mesmo se constrói em semelhante patamar ilusório.

Todos os agentes aqui apresentados não estão fixos e estarão sempre nesses níveis de relação. Seus agenciamentos mudam conforme a maturação ou não do nível de relação. Talvez desses, o Estado é o que mais se modifica conforme suas práticas e discursos. A absorção e porosidade das relações é indicada a cada círculo, que nas relações apontadas nesta tese são ora fragmentadas, ora tangenciadas, formando o esquema do Mapa 2.



**Mapa 3:** Relação em que se constrói o encontro político entre agentes.



Fonte: Leituras e trabalhos de campo. (Elaboração nossa).

No Mapa 3 é possível perceber que existe uma articulação completa entre agentes no mesmo patamar no nível da relação. Mas isso não indica que eles são uma unidade coesa, já que a tangente passa por todos, e indica que o embate e o conflito promovem a amplificação de suas questões e a promoção política. Embora pareça muitas vezes utópico, não é impossível nem complexo demais para efetivar-se.

Essa efetivação não se dá a partir de sua criminalização, do devir problema, da ideia de roubo e usurpação identitária, social, territorial. A mobilidade e a condição de migrante se articulam produtivamente, e não representativamente. Tal como as possibilidades da produção desejante, o ato de migrar é também um ato de resistência.

#### 4 IMAGEM-AÇÃO DE HAITIANOS NO BRASIL

Agora vamos ao exercício propriamente dito! A intenção aqui é mostrar sob a ótica da imagem-ação as estratégias de mobilidade e permanência de grupos migrantes - no caso do Haiti ao Brasil (MARTINS, 2018), e que as estratégias de demais agentes que interagem direta e indiretamente com migrantes, em grande medida, estão em desacordo, e incitam a um panorama contraditório e escamoteado dos processos migratórios. Analisemos, sobretudo, três estados do Brasil: Acre, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Sabemos que as políticas de imigração no Brasil possuem uma série de acontecimentos que alicerçaram perfis migratórios entre os séculos XIX e XX (SEYFERTH, 2002, 2005, 2007; MARTINS, 2018; etc.). Das heranças de fluxos migratórios de grupos europeus, do final do século XIX para início do século XX, hoje esse processo é visto de forma valorizada, principalmente em muitos lugares, nos quais, antes, os migrantes eram criticados por suas diferenças em relação aos moradores locais. Essa mudança se dá, sobretudo, por esse perfil muito específico – o migrante branco, europeu – em diferença, inclusive, aos novos migrantes, latino-americanos, caribenhos e africanos. A fotografia abaixo é de uma placa de meados do século XX e que é conservada até hoje no Estado do Rio Grande do Sul, em especial na chamada Serra Gaúcha:

**Foto 1:** Placa homenageando imigrantes no séc. XIX no estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Trabalho de campo em fevereiro de 2018.

Nessa mesma região, migrantes haitianos estabeleceram-se principalmente pela maior demanda de determinados postos de trabalho. Essa intensidade também se destaca na Região Sul pela autonomia da produção e do repasse dado nacionalmente e internacionalmente, que se equipara com a diversidade – produção agrícola, agroindustrial, têxtil, metal-mecânica, dentre outros.

Outro contexto que se aplica a imigração mais presente no Sul se dá pela ascensão econômica e social, sobretudo da classe baixa e média no Brasil nas últimas décadas, que promoveu a qualificação do trabalho, desocupando postos mais insalubres, como no caso dos trabalhadores das fábricas e de frigoríficos. A diminuição pela procura por esses postos permitiu o empresariado local rearranjar as estratégias de tais setores quanto ao mercado de trabalho. Esse quadro tem-se modificado muito pela crise política no Brasil intensificada a partir de 2015 (MARTINS, 2018).

Ao mesmo tempo, várias são as questões apontadas por migrantes haitianos quanto à permanência nessas localidades, sobretudo o frio – que abarca mais que o frio sentido fisicamente, mas também o frio e a hostilidade dos moradores da região – e as más condições oferecidas por esses locais para imigrantes como os haitianos. Isso fica clarificado nas imagens 2 e 3, a seguir:

**Foto 2:** *Baz* no centro de Caxias do Sul – RS, chuva e 8°C de temperatura



Fonte: Trabalho de Campo em Julho de 2015

**Foto 3:** Bairro Navegantes, em Encantado – RS: local de moradia de migrantes haitianos na cidade. 7°C de temperatura.



Fonte: Trabalho de Campo em Julho de 2015

A Foto 3 ratifica a distinção territorial de direitos em que muitas vezes os imigrantes que se consolidam nessa região enfrentam. Neste caso, este local é a entrada do bairro Navegantes, local mais procurado para moradia entre haitianos que precisam de uma habitação barata e menos burocrática, diante das adversidades encontradas para alugar na cidade.

As adversidades estão sempre no limiar e na essência das políticas e dos atos políticos do Estado e do mercado para haitianos no Brasil. Como se fosse necessário passar por estas para viver e permanecer no país, ser um entre nós. O que é discordante da própria perspectiva da migração de haitianas e haitianos e muitas outras nacionalidades, que possuem no bojo de suas estratégias de mobilidade e permanência um ato político de opção por uma vida melhor. A imagem 4 revela um pouco o potencial dessas estratégias:

**Foto 4:** Haitianos na Chácara Aliança, em Rio Branco-AC



Fonte: Trabalho de Campo em Fevereiro de 2015

Na entrada do abrigo para imigrantes em viagem via fronteira amazônica, a dimensão de mundo transparece quando se coloca um mapa-mundo à sua frente. Lá eles vislumbram seus sonhos e suas trajetórias e compreendem, ainda que parcialmente, a capilaridade e seu potencial como estratégia de mobilidade.

O que muitas vezes é sufocado, como vimos, pelos diversos agenciamentos que contrariam uma efetiva legitimidade na entrada e aporte de migrantes no país. Ao mesmo tempo que o abrigo possibilitava uma entrada mais digna, como na fala dos agentes ali representados pelo Estado, as imagens e a situação dos migrantes não era nada confortável. Muitas vezes, mostram o constrangimento, o cotidiano sempre a espera, isto é, na expectativa de melhores dias. As Fotos 5 e 6 apontam com mais sensibilidade esta dimensão, que também escancara a situação, a atitude do migrante como vulnerável, o que realmente se efetiva diante das contradições e dos discursos de encontro aos desejos desses migrantes.

**Foto 5:** Haitianos na Chácara Aliança, em Rio Branco-AC



Fonte: Trabalho de Campo em Fevereiro de 2015

**Foto 6:** Haitianos na Chácara Aliança, em Rio Branco-AC



Fonte: Trabalho de Campo em Fevereiro de 2015

## 5 CONSIDERAÇÕES

A reflexão a partir da imagem-ação, desta forma, viabiliza pensar não somente de maneira maniqueísta, mas sempre o que se está por trás, os desdobramentos de um processo que é plural, que é diverso.

A partir do exposto, tem-se quatro perspectivas do cenário da diáspora haitiana no Brasil na interface da sociedade brasileira, que extrapola o borrão acolhimento/preconceito. É salientada pela capilaridade destes, mas também às análises já pesquisadas dessa migração e seus reflexos no país. A ordem dessas perspectivas acompanha o grau de complexidade do processo de inserção dos imigrantes nas respectivas regiões estudadas neste trabalho – Norte, Sudeste e Sul – e suas classificações diante do cenário nacional – a Região Norte com um grau mais intenso de dependência e pouca interação com o dinamismo econômico do capital, e Sudeste e Sul como integrantes majoritários da região concentrada, conforme Santos e Silveira (2001).

A primeira perspectiva, com grau menos acentuado de complexidade, é a migração de haitianos via senso comum. A opinião mais simplória que envolve o discurso da “invasão”, junto ao papel da mídia em assimilar esse discurso e envolver parte da sociedade em uma campanha de defesa ao brasileiro em relação ao haitiano. É também a perspectiva do preconceito rotineiro contra o imigrante haitiano, que difunde as supostas doenças trazidas na região Norte, as ameaças nos postos de trabalho do Sul e os olhares enviesados entre gerações de imigrantes italianos e alemães, por exemplo. É de menor complexidade porque, ao ratificar esse tipo de preconceito, a análise é parcial e dependente, mas é o que mais acompanha os espaços da migração não só no Brasil, mas no cenário mundial.

A segunda perspectiva, que envolve certo grau de consciência das agruras da chegada de grupos migrantes, é do acolhimento aos haitianos, seja pelas organizações e entidades promotoras de suporte a migrantes internos e internacionais no Brasil, pelas entidades religiosas – católicas ou protestantes - ou por parte da população brasileira.

O trabalho desses agentes, muito disseminado e articulado, ajudou também no processo de capilaridade e no apoio reivindicativo, assim como na consolidação do caráter associativista de grupos haitianos. É também o que repassa conhecimento e conscientização da chegada de caribenhos e/ou de africanos nas cidades pequenas, como as que haitianos vivem no sul do Brasil. Ademais, como apontado, o que possibilitou a garantia de sustento e de consolidação das estratégias de permanência de haitianos no país.

A terceira perspectiva possui um grau mais complexo porque está amarrada às duas perspectivas anteriores no sentido do preconceito e do acolhimento. É a perspectiva do capital e do empresariado, cujos interesses na atuação de imigrantes em suas empresas envolvem a conjuntura da urgência da garantia de permanência destes.

É conveniente aos seus interesses o direcionamento do trabalho quando a superexploração pode se tornar a tônica, ainda mais com as dificuldades da língua e o preconceito de parte de funcionários brasileiros. É a perspectiva que se articula com a do Estado (quarta perspectiva) que, em alguma medida, se exime do acolhimento e responde ao trabalho como o caminho mais viável à imigração, sem considerar outros agenciamentos e toda a trajetória de estratégias da diáspora haitiana.

## REFERÊNCIAS

- CONTIGUIBA, G. C. **Imigração haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios. Dissertação de mestrado em História e Estudos Culturais. Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2014.
- DELEUZE, G. **Cinema 1**: a imagem-movimento. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.
- HANDERSON, J. **Diaspora**: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. – Tese de doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.
- MAMED, L.; L, E. O. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes do Acre. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- MARTINS, I. M. M. **Do Haiti ao Brasil**: estratégias de mobilidade e permanência em grupos migrantes. – Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEYFERTH, G. et al. **Mundos em movimento**: Ensaio sobre migrações. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.
- \_\_\_\_\_. Imigração e (re) construção de identidades étnicas. **Cruzando fronteiras disciplinares**. PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Org.). Rio de Janeiro: REVAN, 2005.
- \_\_\_\_\_. Imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, 2002. p. 117-149.
- THOMAZ, D. Z. **A categoria do refugiado revisitada**: transformações na soberania estatal e o caso da migração haitiana para o Brasil. Dissertação de mestrado. PPGRI/PUC-RJ. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/Instituto de Relações Internacionais, 2015.
- VIEIRA, R. **Itinerâncias e governo**: a mobilidade haitiana no Brasil. Dissertação em Antropoçogia/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/, 2014.

## RESUMO

A imagem e a fotografia têm sido propositivas para análise e reflexão do mundo vivido. Nesta premissa, o objetivo deste artigo é, assim, analisar as estratégias de mobilidade e permanência de grupos migrantes no Brasil, em especial haitianos, entendendo que tais estratégias podem ser absorvidas e interpretadas por fotografias, por imagens e por interpretações diversas do real. Obviamente não se reflete um processo migratório como um todo, mas é também um exercício de alteridade e empatia, tão necessário às políticas de migração no país e à visão posta para a sociedade do que são o migrante e a imigração. Analisar-se-á assim imagens fotográficas de trabalhos de campo entre os anos de 2015 e 2018 nos estados do Acre e Rio Grande do Sul, onde, pela consolidação de seus coletivos, as estratégias de mobilidade e permanência são um dos mais incisivos. Pretende-se, desta forma, transpor o conhecimento acadêmico para aproximarmos cada vez mais de uma proposta efetiva de transformação da realidade.

**Palavras-chave:** Haitianos; Imagem; Fotografia; Estratégias de Mobilidade e Permanência.

## ABSTRACT

The image and the photograph have been propositive for analysis and reflection of the lived world. In this premise, the objective of this article is to analyze the strategies of mobility and permanence of migrant groups in Brazil, especially Haitians, understanding that such strategies can be absorbed and interpreted by photographs, by images and by different interpretations of the real. Obviously, a migratory process is not reflected as a whole, but it is also an exercise in alterity and empathy, so necessary to migration policies in the country and to society's vision of what migrants are and migration. We will analyze photographic images of fieldwork between the years 2015 and 2018 in the states of Acre and Rio Grande do Sul, where, through the consolidation of their collective, mobility and permanence strategies are one of the most incisive. In this way we intend to transpose academic knowledge in order to get closer and closer to an effective proposal of reality transformation.

**Keywords:** Haitians; Image; Photography; Strategies of Mobility and Permanence

# A Menina Bana e Sua Mãe Fatemah (um artigo diferenciado)

*Por Ethel V. Kosminsky\**

A partir de:

Alabed, Bana. (2017) **Dear World: A Syrian Girl's Story of War and Plea for Peace.** New York: Simon & Schuster. Traduzido para o português em 2018. ALABED, Bana. Querido Mundo: a história de guerra de uma menina síria e sua busca pela paz. Rio de Janeiro: Best Seller, 2018.

## 1 INTRODUÇÃO

O livro é uma história de sofrimento e de sobrevivência da Guerra da Síria contada por uma menina de sete anos e sua mãe. Bana, cujo nome significa árvore, “forte como uma árvore”, esse foi o nome escolhido pelo pai Ghassan e a mãe Fatemah. Bana é a escritora e a mãe co-autora que explica trechos da história de vida da filha criança e da extensiva família<sup>1</sup>.

Foi antes da guerra – conta a mãe de Bana – Aleppo era uma linda cidade, uma das mais antigas do mundo. Os avós, materno e paterno, arranjaram o casamento e ambas as famílias concordaram que eles deveriam esperar até que Fatemah se formasse em professora de ingles. Diferente do olhar ocidental que parte da ideia de que o casal tem que se apaixonar primeiro para depois casar-se, aqui temos o contrário, os pais (sexo masculino) decidem o casamento. O casal se dá bem, é feliz. Os progenitores dos dois lados constituem famílias extensas. Os filhos são muitos e todos, depois que casam, moram perto uns dos outros. Os laços familiares são bem sólidos, o que dá certo conforto, quando penso como tudo é efêmero no mundo ocidental e, agora na Síria e no mundo todo, infelizmente.

Fatemah se formou em professora de ingles, e quando Bana veio ao mundo foi uma alegria geral nas duas famílias, a primeira neta dos dois lados. O pai de Bana, Ghassan, trabalhava como advogado. Para as duas famílias a chegada da

---

\* Ethel V. Kosminsky é professora Livre-Docente de Sociologia do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Marília (aposentada); Professora Adjunta de Sociologia do Queens College/CUNY (2008-2013)

nova geração significava a continuidade da vida. A mãe conta para Bana como a sua chegada foi muito aguardada e quanta felicidade ela trouxe. Os três primeiros anos da vida de Bana foram cercados de muita alegria, a ida à piscina com o pai, o constante contato com os avós e os tios, os passeios pela cidadela – a cidade velha – foram muito importantes para a sua formação. A mãe começou a estudar Direito, gostaria de ser advogada como o marido. Apesar de Bana querer uma irmãzinha, ela ganhou um irmão - Liath (Leão) Mohamed, chamado por todos de Mohamed - a quem ajudava a cuidar. Quando Bana estava com três anos de idade, a vida se transformou completamente.

Aleppo começou a ser bombardeada em 2012 pelas tropas de Assad, o ditador da Síria, que desde o ano anterior passou a reprimir ferozmente as manifestações de pedidos de reforma em várias partes do país através de bombardeamentos e de uso de gás, contando com o apoio da Rússia e do Iran. As prisões se encheram de presos políticos que foram, na sua maioria, torturados e mortos. Os Estados Unidos da América (EUA) lideraram uma intervenção dos aliados de pequeno alcance. Começou o êxodo dos sírios para os países próximos e distantes como os países da Europa, o Canadá, os EUA – este ultimo com um processo de seleção muito difícil até o impedimento quase total quando Trump se tornou presidente em novembro de 2016 – e a e a América Latina, em especial o Brasil. No Brasil já existia uma comunidade sírio-libanesa que datava do século XIX.

A mãe de Bana precisou parar de ir para a universidade porque o caminho do ônibus ficou muito perigoso. Ela precisaria de mais dois anos para concluir o curso de Direito. No prédio de três andares em que a família morava, cada andar era ocupado por um tio, irmão do pai e sua família. O prédio tinha um porão onde os moradores guardavam coisas que não estavam usando. O porão era muito frio e escuro. Quando os moradores ouviam o barulho dos aviões de bombardeio eles corriam para os porões e permaneciam horas sem água e sem comida no frio e no escuro. Bana aprendeu a reconhecer pelo barulho seis tipos diferentes de bomba. Um dia, enquanto Bana estava na rua com a mãe e o irmão, os aviões começaram a se aproximar, eles só tiveram tempo de ir ao porão do prédio vizinho. Uma família deu-lhes cobertores para que eles não sofressem frio.

Os bombardeios destruíam os prédios e nem todas as pessoas conseguiam sair vivas dos escombros. Foi dessa forma que Bana perdeu a sua melhor amiga, Yasmin, com quem passava os dias brincando de bonecas. A mãe de Yasmin gritava na rua desesperada, pois já tinha perdido o marido e agora também a filha. Bana e Yasmin eram tão próximas uma da outra que a mãe de Bana dizia que eram família.

Bana “queria viver sempre na Síria porque é um lugar especial. É um país muito muito antigo e minha família tem vivido aqui para sempre.” Com o avô Malek, Bana aprendeu que, “é importante compreender de onde a pessoa veio porque isso faz quem você é. Ele disse que nós devemos ser orgulhosos de sermos sírios porque são bondosos e honestos”. Assim, Bana seguiu os ensinamentos do

avô e dos pais aprendendo a dividir o que eles tinham com os vizinhos e a tomar conta da família, pois “família é a coisa mais importante para nós.” A sua família é religiosa. “Nós sabemos – diz Bana – que nós devemos ser sempre generosos, leais e verdadeiros para Allah. Nós rezamos muito para que Deus nos ajude a sermos bons. Nós queremos uma vida simples. Isso é o que nos importa?”.

O terceiro irmãozinho de Bana nasceu num hospital na Turquia para onde a família foi, menos o pai que ficou trabalhando em Aleppo. Todos os hospitais de Eastern Aleppo tinham sido bombardeados. Assim a mãe de Bana, Fatemah, achou mais seguro que o parto fosse realizado em um hospital daquele país. Ela não esperava ficar grávida naquela situação cada vez mais difícil com bombardeios uns atrás dos outros, e com dificuldades cada vez maiores de comprar comida, mas decidiu enfrentar os riscos de dar à luz ao neném.

No dia seguinte ao nascimento do neném, Bana foi ao hospital com os seus avós Alabed que haviam se mudado para a Turquia. Bana achou que a mãe parecia doente. Era um pequeno menino com cabelos louros tal como Bana havia rezado. Eles só puderam carregar o neném por apenas alguns minutos. Ele nasceu pequeno e fraco por causa da guerra, assim pensou Bana, no que ela estava completamente certa. Fatemah disse à filha que o neném nasceu com a metade do tamanho de Bana quando do seu nascimento. Tanto a mãe quanto o neném tiveram que ficar mais tempo no hospital, em recuperação no caso de Fatemah, e no caso do neném, para o neném poder crescer e se tornar mais forte. Depois de dois meses Baba (papai) chegou e chamou o neném de Noor, que significa Luz. A mãe disse que era disso que precisavam.

A guerra separou a família. Os avós Alabed morando na Turquia; o tio Nezar, que tanto gostava de levar Bana, apelidada de Bon-Bon, para passear, se tornou um inválido. Uma bomba atingiu o espelho retrovisor do seu carro e os pedaços pequenos de vidro atingiram a sua face. Ele ficou meses na Turquia sendo operado. Ficou cego e teve o nariz removido. No primeiro momento Bana achou a sua face assustadora, depois conseguiu conversar com o tio. Dois tios mais novos foram enviados para estudar no Egito – não havia mais escolas em Aleppo – e Bana nunca mais os viu. Família, diz Bana, é para ficar o tempo todo junta e os seus membros devem morar perto uns dos outros. Sim, a separação por migração forçada é muito triste e dolorosa.

Apesar dos avós Alabed serem contrários, a família decidiu voltar para Aleppo, pois as saudades eram muito grandes. Foi um grande erro. O sofrimento foi muito grande com os bombardeios e a falta de comida e água. O neném Noor só chorava com o barulho das bombas. Ele só começou a falar aos dois anos de idade quando a família se refugiou na Turquia. Todos chegaram subnutridos, com os cabelos ralos e olheiras debaixo dos olhos.

A vida em Aleppo foi se tornando cada vez mais perigosa. A polícia secreta foi buscar o pai de Bana no trabalho e ele ficou dois dias sem voltar para casa, até que, finalmente, foi solto. Bana ficou com muito medo e assustada. Mohamed chorava porque queria o pai. Bana disse que logo ele estaria em casa. À

noite Fatemah rezou com Bana e deu certo. No dia seguinte ele veio para casa. Ele chegou cansado e cheirando mal, mas ninguém se incomodou, todos queriam abraçá-lo. Como se não bastasse a polícia secreta, existiam as milícias. Uma delas raptou dois tios de Bana por parte de pai e soltou-os depois de receber o resgate que a família teve que pagar. Os bombardeios começaram todos os dias, o dia todo. Bana não pode mais ir para a escola. Ela disse: “O regime não gosta de escolas”.

De acordo com Leah James et al. (2014),

Os homens, mulheres e crianças que fugiram da Síria foram frequentemente submetidos a e/ou testemunharam tortura, raptos e massacres. Eles foram vítimas de estupro e de outras formas de violência sexual. Suas casas e vizinhanças foram destruídas. Eles foram alvos – e viram pessoas serem mortas por bombas e atiradores. Eles sofreram ferimentos físicos resultando em crônica incapacidade, e tiveram os seus entes queridos mortos ou desaparecidos [tradução livre da autora] (JAMES et al.: 2014, p.42).

Assad usou a tática de dividir a cidade em duas, Aleppo do Leste e Aleppo do Oeste, assim como ele faria depois com o subúrbio da capital, Douma. A velha tática de dividir para derrotar, no caso aqueles que eram contrários ao seu regime. Daí em diante ficou muito difícil para as pessoas que estavam na parte leste da cidade irem para a parte oeste. Elas corriam o risco de serem mortas. Bana e a família estavam na parte leste da cidade. Bana descreve os vários tipos de bomba, sendo a pior, no seu entender, a bomba que jogava o gás cloro, pois os seus olhos ardiavam e ela chorava mesmo se não estivesse com vontade de chorar.

A família é religiosa e segue os rituais condizentes. A festa de Eid al-Fitr, quando os muçulmanos celebram o fim de Ramandan<sup>3</sup>, conta Bana, “é um feriado divertido ou pelo menos era antes da guerra. As pessoas limpam bem as suas casas, tudo brilha e cheira bem. As crianças ganham roupas e sapatos novos. As lojas ficam abertas toda a noite. As pessoas fazem um enorme banquete com tanta comida que você come e come até que o seu estômago dói. E você faz orações especiais<sup>47</sup>”.

Além das bombas, um acontecimento assustador aconteceu quando os soldados rebeldes atacaram o prédio onde viviam os avós Alabed, atirando e jogando granadas porque no prédio morava um homem importante que trabalhava para o regime. Fatemah, Bana e Mohamed estavam na casa dos avós Alabed para a celebração de Eid al-Adha. Bana explica que este feriado é comemorado algumas semanas depois de Eid al-Fitr, e significa o término de Hajj, quando os muçulmanos fazem a sua peregrinação para Mecca, o lugar mais sagrado de todos. Ainda segundo Bana, as pessoas podem se sentir perto de Deus. Todos os muçulmanos devem fazer uma peregrinação à Mecca pelo menos uma vez na

vida. A sua Mãezinha foi à Mecca quando tinha 16 anos. Bana, a mãe e o irmão estavam passando uma semana na casa dos avós Alabed porque Baba (papai) estava ajudando o tio Wesam na sua loja de roupas. As lojas ficam muito cheias durante Eid porque as pessoas compram roupas para celebrar. Bana ganhou um par de botas Barbie, cor-de-rosa, com brilho (pp. 37-38). Ela conta como ficou feliz, não queria nem tirar as botas para dormir. A influência da globalização, cujo carro-chefe são os EUA, também está presente na Síria.

A globalização está presente também na influência dos livros de histórias ocidentais nas brincadeiras de Bana e da sua priminha Lana. Assim, Bana brincava de ser Rapunzel a sua princesa favorita. Bana ganhou um iPad usado que o seu pai havia comprado com muita dificuldade e Bana deixava Mohamed assistir o quanto ele quisesse de SpongeBob e SquarePants. Nesse caso, a influência da cultura de massa para crianças criada nos EUA é difundida no mundo. Às vezes ela contava histórias para os seus irmãos de como seria a vida depois da guerra, que eles poderiam comer quantos doces quisessem, e ver sempre os avós.

Quando o regime começou a bombardear o Leste de Aleppo, a vovó Alabed ficou muito assustada com as bombas e decidiu se mudar para o Oeste de Aleppo, que era mais seguro, pois nessa parte da cidade moravam muitas pessoas que tinham apoiado o governo. Entre as duas partes da cidade, onde o Exército da Síria Livre lutava contra o regime, era muito perigoso. Pessoas eram mortas todos os dias.

Bana conta que a sua família e os vizinhos ficaram cercados por três semanas pelo exército de Assad. Então o Exército da Síria Livre planejou resistir e todos ajudaram. Todos começaram a queimar pneus e lixo de modo a formar uma cortina espessa de fumaça para impedir o bombardeio. Bana queria ajudar, mas Fatemah não permitiu. O ar cheirava mal e a fumaça fazia todos tossirem. Depois de uma semana de luta o cerco foi rompido. As mesquitas fizeram soar as preces de Eid, embora não fosse Eid, com o objetivo de encorajar as pessoas. No dia seguinte os caminhões chegaram com comida. (pp. 129-132). A guerra alterou os papéis desempenhados pelas mulheres na Síria. Embora Bana não tenha sido explícita sobre a participação de Fatemah, ela afirmou que todos participaram da queima de pneus. Muito embora Fatemah tenha se definido como totalmente voltada para a família, a guerra, o sofrimento e a luta pela sobrevivência fizeram com que ela se tornasse um agente de mudança. Certamente que essa sua posição influenciou a atitude participativa de Bana (Zerene Haddad, 2014).

## 2 FATEMAH, A MÃE DE BANA

Fatemah refletiu sobre a sua demora em sair da Síria e se tornar refugiada: foi uma escolha muito difícil. Nós sabíamos do que aconteceu após a Primavera Árabe, quando os seus líderes foram depostos e mortos, mas achávamos que isso nunca aconteceria aqui. “Acho que é o que cada um acredita até que é tarde demais.” A vida antes da guerra era boa e não havia violência. “A nossa família

era classe média e profissional liberal. Existia liberdade e era possível construir uma boa vida para a família, assim como os meus pais fizeram por mim e os seus antes deles e assim por diante.” E dirigindo-se a Bana, “uma vida longa e feliz na Síria era o seu direito de nascimento e você foi roubada<sup>5</sup>.”

Mesmo quando a violência começou com a revolta em Daraa em 2011, quando jovens menores de 18 anos foram presos e brutalmente torturados pelo regime por terem feito graffiti contra Assad na escola, ela e o marido ficaram chocados e horrorizados. No entanto, esses terríveis acontecimentos lhes pareciam distantes, pois eles não sentiam uma grande oposição em Aleppo. Porém, quando o regime os atingiu pessoalmente e levou Ghassan, Fatemah ficou em estado de pânico. Ela sabia das torturas infligidas aos prisioneiros, muito embora eles não fossem ativos politicamente. Essas foram as piores horas da sua vida. Segundo Fatemah, eles somente queriam trabalhar e sustentar a família. Ela acreditava que o seu marido estaria bem e que voltaria para casa, o que realmente aconteceu. Muitas esposas na Síria não tiveram essa sorte os seus maridos desapareceram<sup>6</sup>.

Para Fatemah, o otimismo era uma arma contra o medo e o desespero. Ela e o seu marido se esforçaram para acreditar que seriam poupados. Quando a guerra atingiu Aleppo eles se sentiram esmagados. Diz Fatemah, “se nós tivéssemos compreendido desde o começo o que aconteceria em Aleppo ou os horrores que nos esperavam, nós teríamos saído. Muitas pessoas partiram nos primeiros dias quando ainda podiam. Alguns se deram bem, mas nós ouvimos histórias horríveis de segregação e pobreza e o pior, quando pessoas terminaram vivendo em campos de internamento ou morreram tentando atravessar mares perigosos e desertos para alcançarem países que não os queriam”.<sup>7</sup>

Fatemah continuou num diálogo com a filha, explicando como é muito difícil deixar a vida que a pessoa conhece e se tornar uma refugiada. Se a guerra era horrível, o desconhecido era assustador. Como eles iriam viver? Ghassan iria conseguir trabalhar? Ela diz um provérbio sírio que explica bem a situação: “Uma erva daninha não desejada do seu próprio país é melhor do que o trigo de um estrangeiro”. Eles eram muito ligados ao seu país e ao pequeno apartamento onde viviam. E dirigindo-se a Bana: “Uma casa é onde você se sente segura e amada<sup>8</sup>”.

Antes que Fatemah e Ghassan pudessem compreender, se tornou impossível partir. As últimas duas semanas na Síria foram como um pesadelo. Fatemah se interroga: por que eles ficaram? Será que foi por um conjunto de sentimentos: orgulho, medo, negação dos perigos, esperança? Ela se sente culpada como as outras mães, sempre com medo das ameaças à vida da sua filha. Voltando-se para Bana, ela diz: “Você viu mais mortes e destruições na sua curta vida do que muitos adultos já viram, e o seu pai e eu não fomos capazes de lhe proteger. Eu tentei lhe esconder o meu medo o máximo possível para que você não se sentisse com medo<sup>9</sup>”.

A mãe avalia a filha: Bana a guerra lhe deixou marcas profundas e ao mesmo tempo você aprendeu a ter resistência e esperanças<sup>10</sup>. Certamente que Fatemah contribuiu muito para a força de espírito demonstrada pela filha. As duas últimas semanas foram horríveis, o apartamento da família foi destruído em revanche às mensagens enviadas por Bana para o mundo todo. Enquanto estavam vivendo no apartamento e Bana pode frequentar escola, ela aprendeu rapidamente a ler e a escrever. A sua mãe então ensinou-a a ler e escrever em inglês. Bana passou a enviar mensagens em inglês pelo Twitter. Um jornalista sírio foi entrevistá-la para saber se era verdade. Como uma menina de 7 anos escrevia em inglês e mandava mensagens pelo Twitter pedindo paz e que o mundo se levantasse por Aleppo. Pedia também, por favor, para que parassem de bombardear e de sitiá-la cidade.

Quando o apartamento foi bombardeado, aquele jornalista veio e ofereceu o seu pequeno apartamento para eles ficarem. Nesse apartamento eles também não estavam seguros. Então alguém ofereceu uma casa abandonada nos arredores da cidade. A casa estava muito suja e o local para buscar água era distante. Também não tinham mais o que comer depois de uma longa dieta de arroz. A água era racionada, cada criança bebia um pouco de água por dia.

### 3 BANA E AS MENSAGENS

Horas e horas a fio Bana e sua família ficaram no porão do prédio. Como ambas sabiam falar e escrever em inglês, elas podiam se comunicar com pessoas em inglês. Assim receberam mensagens da Inglaterra e dos EUA. Bana pensava que eles poderiam ajudá-los, que ela e a sua família não estavam totalmente sozinhos. Talvez alguém fizesse alguma coisa por nós antes que fosse tarde demais<sup>11</sup>. Bana também pensou que se as pessoas ao redor do mundo vissem a horrível situação em que eles estavam vivendo e como muitas pessoas estavam morrendo – como toda uma família, e o pai e o irmão de Marwa, sua amiga da mesma idade, devido a um bombardeio que destruiu o prédio em que eles moravam – eles iriam ajudar a todos. Diz Bana que, quando um corpo é encontrado depois de um bombardeio, ele parece esmagado como um prédio e cinzento como um prédio também. E o corpo está quebrado, e algumas partes estão separadas como uma perna, um braço ou mesmo uma face. Quem iria querer ver isso<sup>12</sup>.

Além do jornalista sírio que veio entrevistar Bana e lhe disse que ela estava ajudando as pessoas, ela passou a receber agradecimentos de pessoas nas ruas quando a encontravam fotografando ou fazendo vídeo: Não esqueça East Aleppo (o lado Leste de Aleppo)<sup>13</sup>. Os aviões vieram e em vez de bombas, eles jogaram panfletos que diziam: “Essa área vai ser destruída, e vocês serão mortos. Vocês precisam partir imediatamente”. O regime também mandou mais panfletos avisando que em 24 horas o bombardeio iria começar<sup>14</sup>.

Nós não tínhamos aonde e como ir, essa parte da cidade estava sitiada. O Exército da Síria Livre que também estava em East Aleppo seria morto e nós também. Esses panfletos poderiam ser um truque e o regime iria atirar e prender as

pessoas que tentassem ir para West Aleppo (o lado Oeste de Aleppo). Depois dos panfletos, vivemos o pior tempo das nossas vidas. Centenas de bombas maiores e mais bombas de clorine eram jogadas dia e noite. No princípio meus irmãos, primos e eu chorávamos, depois não mais. Não tínhamos mais lágrimas. Também quase que não comíamos mais arroz e macarrão porque o intervalo entre as bombas não permitia.

Era o meio da noite e muito perigoso estar na rua. Fatemah foi ao apartamento destruído e pegou algumas coisas valiosas que estavam na sua bolsa e mais o seu celular, o do Ghassan e mais as baterias. O vovô Alabed, Ghassan e o seu irmão Wesam decidiram ir para o porão do prédio dos avós Alabed. Era muito frio e o tio Nezar era o que sentia mais frio porque a sua roupa estava húmida. Nós todos ficamos muito juntos uns dos outros para nos aquecermos. “É tão bom ter uma grande família quando nós precisamos nos manter aquecidos<sup>15</sup>” (p.162).

Um amigo do pai de Bana disse que conhecia uma casa afastada onde eles poderiam ficar, mas que só era acessível por carro. Ghassan e seu irmão tinham que correr porque o exército estava se aproximando e eles tinham que conseguir um carro. Eles voltaram com um caminhão com a parte de trás sem cobertura. Eram em 19 pessoas no carro. O pai de Bana dirigia muito depressa pelas ruas esburacadas e cobertas de escombros. Eles tinham que se segurar firmemente para não cair. Noor, o caçula, estava gritando sem parar.

A nova casa estava muito suja. Bana disse, “eu a detestei assim que nós chegamos na porta. Ninguém tinha vivido nessa casa por muito tempo. Não havia mobília, comida e aquecimento. Não era uma casa de modo algum. O papai e o tio Wesam saíram imediatamente para procurar água. Eu tentei me lembrar quando eu comi e bebi água. Minha garganta estava tão seca que eu mal podia engulir. A minha barriga estava tão vazia que doía<sup>16</sup>”.

A única coisa boa é que eles estavam longe das bombas, apenas um ou duas por dia. Ghassan tinha que procurar água diariamente e eles só podiam beber um pequeno copo por dia. Também comiam somente uma vez por dia quando Fatemah fazia pão com um pouco de farinha de trigo que ela tinha trazido de casa. Alguns vizinhos dividiram uns poucos cobertores com eles. Eles dormiam todas as noites no chão frio e sujo. Bana ficou muito doente: “Pode ter sido porque o meu coração estava doente e isso fez com que o meu corpo ficasse doente. Eu somente podia ficar deitada porque eu me sentia muito cansada. Não havia remédios para que eu pudesse me sentir melhor. Eu estava cansada demais para ter alguma esperança. Eu estava cansada para lutar e permanecer viva. Eu pensava que poderia ser mais fácil se uma bomba caísse sobre nós e não tivéssemos mais que viver<sup>17</sup>”.

Os pais de Bana acordaram a todos quando o sol estava começando a nascer. Os vizinhos tinham vindo avisar no meio da noite de que o exército estava se aproximando. Ghassan dirigiu muito depressa e foram para outra parte de Aleppo. Enquanto o pai foi buscar os irmãos, Fatemah e as crianças andaram um

pouco. Então eles encontraram o jornalista sírio que havia entrevistado Bana. Foram até o seu escritório e carregaram a bateria do celular de Fatemah e ele deixou Bana acessar o Wi-Fi, assim ela pode usar o Twitter. Quando ele soube que eles não tinham para onde ir, ele ofereceu o apartamento dele e disse que ficaria com um amigo.

Quando o pai e os tios chegaram, estavam todos feridos porque uma bomba tinha caído defronte do carro. Depois de muito chorar, Bana leu os versos favoritos do Quran para o pai. Esses eram os versos que o pai mais gostava: “Somente Deus é o melhor Protetor. A sua piedade é muito maior do que a dos outros<sup>18</sup>”. O prédio, onde todos estavam, ficava no fim da cidade. Agora eles estavam muito próximos dos tanques do exército. Fatemah e Bana tentaram pedir ajuda aos amigos do Twitter. Fatemah soube, de acordo com Bana, que “o ministro de assuntos exteriores da Turquia estava conversando com o regime e com pessoas do Iran e da Rússia e de outros lugares pedindo um cessar-fogo, o que significa que eles iriam parar de atirar e de bombardear, de modo que pudéssemos sair de Aleppo.” Alguns ônibus iriam retirar as pessoas e levá-las para fora de Aleppo, onde elas estariam a salvo<sup>19</sup>.

Ghassan não queria que eles fossem nos primeiros ônibus. Ele tinha dúvidas se eles estariam a salvo. À noite a família ficou sabendo que muitas pessoas conseguiram partir. No dia seguinte eles acordaram antes do Sol nascer e foram para a fila. Havia muita gente e estava muito frio. À tarde eles ouviram tiros e gritos. Eles estavam atirando nas pessoas que estavam tentando entrar nos ônibus. Eles voltaram para o apartamento e enviaram mensagens pelo Twitter dizendo que o cessar-fogo tinha sido rompido. No dia seguinte mais notícias ruins: nós voltamos para o apartamento e enviamos mensagens pelo Twitter dizendo que o cessar-fogo tinha sido rompido. No dia seguinte mais notícias ruins: não havia mais ônibus. A única coisa que eles podiam fazer era rezar. Finalmente no terceiro dia de espera eles acordaram antes do Sol e foram para onde os ônibus estavam parados. Dessa vez poucas pessoas estavam aguardando. Havia uma longa fila de ônibus. Bana conta: “Comecei a chorar de felicidade. Isso nunca tinha acontecido comigo antes. Pensei que nós só chorássemos de tristeza.” As crianças correram e imploraram para que os pais fizessem o mesmo. Finalmente eles estavam no ônibus. Eles ficaram separados dos outros membros da família, mas havia lugares para todos<sup>20</sup>.

Mas, os ônibus não se moveram. As horas se passaram. Não havia banheiro, as crianças fizeram as suas necessidades nas suas roupas, não havia água nem comida. Estava escuro, era de noite. Fatemah ainda tinha bateria no seu celular, assim ela mandou uma mensagem rápida para o governo turco para ver se eles poderiam ajudá-los. O Sol nasceu no dia seguinte e de repente eles ouviram o barulho dos motores e os ônibus começaram a se mover. Parecia um sonho. Depois de 20 minutos, eles viram da janela do ônibus uma multidão que os esperava. Fatemah disse que aquelas pessoas iriam ajudá-los. Bana não podia acreditar que eles estavam salvos. Pessoas bondosas trouxeram comida e água para nós e

para todas as pessoas dos ônibus. “Mohamed disse, ‘Mãe. Estamos no paraíso!’ E nós todos – disse Bana – nos sentíamos do mesmo jeito.” Comemos muito depressa e depois vomitamos, em seguida comemos novamente. “Um homem pediu para a mãe e eu que falássemos na TV, que contássemos sobre Aleppo e como era se sentir salvos. Um médico nos convidou para sua casa para que pudéssemos nos limpar. Quando chegamos lá, alguns homens que trabalhavam para o governo turco vieram nos buscar. O governo sírio não gostava das minhas mensagens no Twitter, que eu queria a paz, assim não seria bom que ficássemos onde estávamos, onde era ainda o interior da Síria<sup>21</sup>”.

Eles foram de carro para uma cidade pequena, perto da fronteira e então tomaram um avião para a Turquia. Bana teve sentimentos mistos, estava com medo de voar – era a primeira vez – e também estava com um pouco de medo e triste de deixar a Síria. Ela tentou ver Aleppo da janela do avião. “Estava escuro e só conseguia ver algumas luzes. O mundo parecia tão bonito do alto no ar – todos os pequenos prédios e as luzes se pareciam com uma casa de bonecas. Não podia imaginar como alguém podia jogar bombas. (...) Mãe se inclinou e falou baixinho: ‘Nós estamos salvos, Bana. Nós iremos ficar bem.’ (...) Adormeci<sup>22</sup>”.

No último capítulo do livro, **Bana pede para que as pessoas acolham os refugiados porque eles não são refugiados porque querem**<sup>23</sup>. Agradece às pessoas na Turquia que têm sido muito acolhedoras para a sua família. Ela enfrenta o leitor afirmando, “Eu estou ajudando as pessoas chamando atenção para a guerra e o quanto ela é ruim, especialmente para as crianças. Você também pode ajudar.” E então ela escreve uma lista de sugestões para o leitor ajudar os sírios e outros refugiados. Agora que ela completou 8 anos de idade, ela conta ao público qual o seu principal desejo: “Eu quero que as pessoas parem de lutar com bombas e armas na Síria e em todo o mundo. Eu quero, por favor, que haja paz<sup>24</sup>”.

Fatemah no começo do livro escreveu que ela era uma mulher da classe média, que gostava muito de estudar, e que ela e o seu marido não tinham interesse em política. Contudo, quando Assad transformou o levante pelos direitos civis em guerra e a sua amada pequena filha se tornou interessada em lutar pela paz através da mídia eletrônica, ela lhe deu todo o apoio necessário. “Eu faria e farei qualquer coisa para salvá-la, Bana, mas eu não a silenciarei. É isso o que eles querem. É isso o que eles têm tentado fazer àqueles que lutam pela paz desde o começo dos tempos: Jesus, Martin Luther King Jr., Ghandi<sup>25</sup>”. Como a guerra tem mudado os papéis desempenhados pelas mulheres na Síria, haja visto a iniciativa de Fatemah de entrar em contato com o governo turco para que os ônibus partissem de Aleppo, penso que Fatemah e sua filha, apesar de criança, são um exemplo de agentes de mudança entre os refugiados sírios na Turquia. Bana e a sua mãe foram recebidas pelo presidente da Turquia que lhes outorgou, bem como a sua família, a cidadania turca.

## NOTAS

<sup>1</sup> Todas as traduções do inglês para o português são livres.

<sup>2</sup> Tradução livre das seguintes frases: “I wanted to live in Syria always because it is a special place. It is a very, very old country, and my family had lived there forever. Grandpa Malek says that it is important to understand where you come from because that makes you who you are. He says we should be proud to be Syrians, because Syrians are kind and honest. (...) family is the most important thing to us. We know that we should always be generous and true to Allah. We pray a lot so that God will help us be good. We want a simple life. This is what is important to us.” (p.15).

<sup>3</sup> Ramadan celebra a revelação do Quran, o texto sagrado do Islamismo, ao Profeta Muhammad. Além de não comer e beber durante o dia, os fiéis passam o mês de Ramadan meditando espiritualmente. O jejum é quebrado todas as noites com uma refeição. Jejuar também significa evitar comportamentos anti-sociais.

<sup>4</sup> “It’s a fun holiday – or it used to be before the war. For Eid, you clean the house so that everything sparkles and smells good. And you get new clothes and shoes – the stores even stay open all night, so you can buy things. Then you have a big feast, with so much food that you eat and eat until your stomach hurts. And you do special prayers.”(p.30)

<sup>5</sup> “I suppose that’s what everyone believes until it is too late. But in Syria, at that time, life was good, peaceful overall. If you were like our family, at least, middle-class and educated, there were opportunities, and you could build a good life for your family, as my parents did for me, and theirs had before them, and so on as far back as you could remember. A long, happy life in Syria was your birth right, Bana, and you have been robbed of that.” (pp. 51-52). Tradução livre.

<sup>6</sup> Baseado nas pp. 52-53.

<sup>7</sup> “If we had understood from the beginning how things would end up in Aleppo or the horrors that awaited us, we would have left. So many people did, at least in the early days when you still could. Some feared well, but we also heard the terrible stories of isolation and poverty and then worse, as people ended up living in camps or died trying to cross dangerous seas and deserts to get to countries that didn’t want them there.” (pp. 53-54)

<sup>8</sup> “There is a Syrian proverb: The weeds of your own country are better than the wheat of a stranger’s.” “(...) a home is where you feel safe and loved.” Pp. 54-56

<sup>9</sup> “You’ve seen more death and destruction in your short life than most adults have ever seen, and Baba and I were not able to protect you from that. I tried to hide my fear from you as much as possible so that you wouldn’t be afraid.” (pp. 57-58)

<sup>10</sup> Baseado na p. 59.

<sup>11</sup> Baseado na p. 144.

<sup>12</sup> Baseado na p. 147.

<sup>13</sup> Baseado na p. 149.

<sup>14</sup> “‘This area will be destroyed, and you will face death. You must leave at once.’ The government also sent texts to warn us that in twenty-four hours terrible bombing would start.” (p.152)

<sup>15</sup> “It’s nice to have a big family when you need to keep warm.” (p.162)

<sup>16</sup> “I hated it as soon as we got in the door. No one had lived in it for a long time, and there was no furniture or food or heat. It wasn’t like a real home at all. Baba and Uncle Wesam left again as soon as we got to the new place. They went to find water. I hoped they would be back

soon, because I was so thirsty. I tried to remember how long it had been since I had had food or water. It gives you an awful feeling in your throat when it's so dry you can barely swallow and in your tummy when it's so empty that it hurts." (p. 168).

<sup>17</sup> "It might have been that my heart was sick, and it made my body sick. But all I could do was lie down because I felt so tired. There was no medicine to help me feel better. I was too tired to have hope anymore. I was tired of fighting to stay alive. I thought it might be easier if a bomb came down on us and we didn't have to live like this anymore." (p.172).

<sup>18</sup> "Only God is the best Protector. His mercy is far greater than that of others." (p.177)

<sup>19</sup> "The foreign minister of Turkey was talking to the regime and people in Iran and Russia and other places so that they would make a case-fire, which means they would stop the fighting and bombing so that we would be able to leave Aleppo. There were going to be buses that would come to pick up everyone who was trapped and drive them away from Aleppo to somewhere where they would be safe." (p. 180)

<sup>20</sup> "I started crying. I was crying because I was so happy – that never happened to me before. I thought you cried only when you were sad" (pp. 183-186).

<sup>21</sup> "Mohamed disse, 'Mamãe! Nós estamos no paraíso!' And that is how we all felt. (...) a man there who asked me and Mummy to talk on TV and tell everyone about Aleppo and how it felt to be safe. After that, a doctor invited my family to his house nearby to clean up. When we got there, some men who worked with the Turkish government came to get us so we would be safe. The Syrian government didn't like it that I was on Twitter and wanted peace, so it wasn't good for us to stay where we were, which was still in Syria but is the countryside." (pp. 188-191).

<sup>22</sup> "But it was dark out, and I could only see some lights. The world looks so pretty from up in the air – all the tiny buildings and lights, like a dollhouse. I couldn't imagine how you could drop bombs on it. (...) Mummy was sitting across the aisle from me. She leaned over and whispered, 'We are safe now, Bana. We are going to be okay.' (...) I fell asleep too." (pp. 191-192).

<sup>23</sup> Negrito da autora da resenha.

<sup>24</sup> "I am helping people by bringing attention to war and how bad it is – especially for children. You can help too. (...) I want people to stop fighting with bombs and guns in Syria and all over the world. I want there to please be peace." (pp. 204-205).

<sup>25</sup> "I would and will do anything to keep you safe, Bana, but I will not silence you. That is what they want. That is what they've tried to do to peacemakers since the beginning of time: Jesus, Martin Luther King jr., Gandhi." (p. 197).

## REFERÊNCIAS

ALABED, B. **Dear World: A Syrian Girl's Story of War and Plea for Peace.** New York: Simon & Schuster, 2017. Traduzido para o português em 2018. ALABED, B. **Querido Mundo: a história de guerra de uma menina síria e sua busca pela paz.** Rio de Janeiro: Best Seller, 2018.

HADDAD, Z. How the crisis is altering women's roles in Syria. **Forced Migration**, Issue 47, September 2014. pp. 46-47).

Disponível em: <<https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/syria/syria.pdf>> .Acesso em: [s/d]

JAMES, L. et al. The mental health of Syrian refugee children and adolescents. **Forced Migration**. Issue 47, September 2014. p. 42.

Disponível em:

<<https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/syria/syria.pdf>> . Acesso em: [s/d]

# **TRAVESSIA** agora também ONLINE

## **Um acervo sem data de vencimento**

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

### **Valor da assinatura**

(3 números por ano)

#### Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

#### Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

### **Forma de pagamento**

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail  
cem@missaonspaz.org ou através  
do novo portal acesse os últimos números  
da revista **TRAVESSIA**

**www.revistatravessia.com.br**

Acesse também o nosso Facebook:

**Revista Travessia - Revista do Migrante**

**www.missaonspaz.org**

Veja, a seguir, novos periódicos, livros, teses e dissertações  
doadas à biblioteca do CEM.

Vol. 26, Nº 54 – Dezembro – 2018

# REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

Migrações na África:  
sujeitos, impactos e desafios



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

## SUMÁRIO

### EDITORIAL

**Quebrar o silêncio sobre a África** - 7-10

Roberto Marinucci

### DOSSIÊ

**Migração forçada na África Subsaariana: alguns subsídios sobre os refugiados em Moçambique** - 11-30

Gonçalves Valzim Patrício, João Peixoto

**Cartografia da migração interna em Moçambique entre 1997 e 2007** - 31-59

Inês Macamo Raimundo, Ramos Cardoso Muanamoha

**Refugiados, reintegração e mobilidade interna: um olhar sobre o caso angolano, 2002-2018** - 61-76

Carlos Manoel Lopes

**Los derechos humanos de los migrantes en Angola** - 77-93

Avelino Chico

**Globalizzazione, mobilità umana e creatività:** - 95-113

Paulo Inglês

**Sob o Arco-Íris** - 115-150

Carl-Ulrik Schierup

**The European metaconfine (temporal borders)** - 151-170

Marco Omizzolo, Pina Sodano

### ARTIGOS

**El proceso de elegibilidad en Argentina** - 171-188

Janneth Karime Clavijo

**Plebiscito de la paz** - 189-211

Sebastián Umpierrez de Reguero, Paula Nimbriotis, Germán Campos Herrera, Ingrid Ríos Rivera

**Efeitos da crise económica e das políticas de austeridade na saúde e no acesso aos cuidados de saúde da população migrante em quatro países do sul da Europa: revisão scoping** - 213-230

Nuno Moita Jordão, Cláudia de Freitas, Manuel García Ramírez

**Coalizões de defesa dos migrantes internacionais e política partidária, durante a transição democrática, em São Paulo** - 231-246

Patrícia Tavares de Freitas

### Relatos e Reflexões

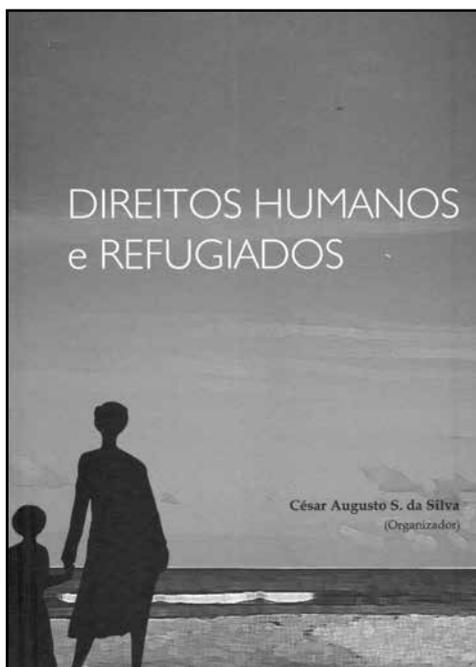
**A Pastoral da Mobilidade Humana na Diocese de Kisantu – República Democrática Do Congo (RDC)** - 247-254

Garbin Marizete, Tuíla Botega

### Resenhas, Teses e Dissertações

**Resenha: “Global Migration: Old Assumptions, New Dynamics”**

Roberto Rodolfo Georg Uebel



CRISTIANO PAIXÃO  
TIAGO MUNIZ CAVALCANTI  
ORGANIZADORES

# COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

## CONQUISTAS, ESTRATÉGIAS E DESAFIOS

- Homenagem aos 15 anos da CONAETE •
- Texto introdutório de Wagner Moura •

**LE**





## NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

**A Revista Travessia publica:** dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

**ARTIGOS** - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**NOTAS DE PESQUISA** – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**RELATOS** – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**ENTREVISTAS** - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**RESENHAS** – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**CONTOS** – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**Obs.** Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

### REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

**Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:**

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Mídias, Documentos eletrônicos, Discos e Fitav, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AU-

TORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.

b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.

c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

*Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.*

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). História dos jovens 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: \_\_\_\_\_ . **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação.* Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.*

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253-259, maio 2007. Disponível em: <[http://www.\\_\\_\\_\\_](http://www.____)>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.*

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <[http://www.\\_\\_\\_\\_](http://www.____)>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias:** mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar:** comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão "In:", nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

**Proceedings...** Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <[http://www.\\_\\_\\_\\_\\_](http://www._____)>. Acesso em: 21 jan. 2004.

#### DOCUMENTO JURÍDICO

*Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.*

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex: legislação federal e marginalia**, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros

*Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

#### DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

*Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros.*

Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERA VI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

*Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.*

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

#### BÍBLIAS

*BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.*

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-  
mênica.

PARTES DA BÍBLIA: *Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.*

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

#### CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: "Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento

adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

#### CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Quando necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESTA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<[http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT\\_6023.pdf](http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf)>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

# Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que cantante: **Os migrantes**

- Politicamente.....** || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;
- Culturalmente.....** || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;
- Economicamente..** || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;
- Teoricamente.....** || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

# dos seus estudos acadêmicos

# da sua produção literária

# da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,  
na gíngua da Travessia,  
as amostras da empiria,  
os embates da teoria,  
as lutas do dia a dia,  
os sonhos da poesia.*

[travessia@missaonspaz.org](mailto:travessia@missaonspaz.org)

[cem@missaonspaz.org](mailto:cem@missaonspaz.org)

[www.revistatravessia.com.br](http://www.revistatravessia.com.br)

[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

# Sumário

## APRESENTAÇÃO

Migração, saúde e acolhimento: intersecções políticas, sociais e culturais  
*José Carlos A. Pereira*

## DOSSIÊ MIGRAÇÕES E SAÚDE

Anatomia da saúde pública. Epidemias e enfermidades na São Paulo dos imigrantes,  
na passagem para o século XX: o caso dos espanhóis  
*Marília Dalva Klaumann Cánovas*

Migrando pelas veredas: a psicanálise no trabalho clínico-político com migrantes e refugiados  
*Miriam Debieux Rosa; Gabriel Binkovisk; Pedro Seicman; Ana Gebrim; Tiago Nogueira*

Serviços de saúde mental para imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo:  
contribuições para um debate  
*Luciana de Andrade Carvalho; Janaína A. Sampaio Cruz;  
Leonardo Augusto Negreiros P. C. Sampaio; Alexandre Branco Pereira*

Um olhar para a cultura, singularidade e saúde mental: o trabalho do Projeto Ponte Sedes  
*Caroline Shan Yuin Yu; Claudia Aparecida B. Sagula; Heloisa Schwarzman de A. Silva;  
Liliana Emparan; Lisette Weissmann; Vania Prata*

## ARTIGOS

Migração Brasil - Japão: estratégias de sobrevivência cultural  
*Lili Kawamura*

Superando as diferenças e quebrando paradigmas: os reflexos de uma parceria entre  
uma Igreja Batista e uma Instituição Católica em favor da vida humana  
*Renato de Lima da Costa*

Configurações da migração haitiana no Mato Grosso do Sul  
*Alex Dias de Jesus*

A imigração haitiana na perspectiva da imagem-ação  
*Isis do Mar Marques Martins*

A Menina Bana e Sua Mãe Fatemah (um artigo diferenciado)  
Por *Ethel V. Kosminsky*

A partir de: Alabed, Bana. Dear World:  
A Syrian Girl's Story of War and Plea for Peace. New York: Simon & Schuster, 2017.

[travessia@missaonspaz.org](mailto:travessia@missaonspaz.org)  
[www.revistatravessia.com.br](http://www.revistatravessia.com.br)  
[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

ISSN 0103-5576



TRAVESSIA ONLINE  
ISSN 2594-7869